

CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E EDUCAÇÃO POPULAR

O CASO DA CRUZADA ABC

Emília Maria da Trindade Prestes
Vicente de Paulo Carvalho Madeira



UCP

EDUCAÇÃO POPULAR E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO O CASO DA CRUZADA ABC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

TEÓFILO FERRAZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

TEÓFILO FERRAZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

Formação de professores e educadores em educação popular e extensão universitária

Formação de professores e educadores em educação popular e extensão universitária

CDU 374.8

UFRJ ABC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
TEÓFILO FERRAZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TEÓFILO FERRAZ

1991

Foi feito o depósito legal



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

reitor

JÁDER NUNES DE OLIVEIRA

vice-reitor

THOMPSON FERNANDES MARIZ



EDITORA UNIVERSITÁRIA

diretor

JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES

vice-diretor

JOSÉ LUIZ DA SILVA

divisão de produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

divisão de editoração

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

secretário

MARINÉSIO CÂNDIDO DA SILVA

Formatação e diagramação: Giuliana Cavalcanti Vasconcelos

Endereço eletrônico: giulianavascon@yahoo.com

P936e

Prestes, Emília Maria da Trindade. Educação popular e contexto sócio-político: o caso da cruzada ABC / Emília Maria da Trindade Prestes; Vicente de Paulo Carvalho Madeira. – João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2001. 194p.

1. Educação popular. 2. Educação de jovens e adultos.

UFPB/BC

CDU: 37.018.8

Direitos desta edição reservados à:

UFPB/EDITORA UNIVERSITÁRIA

Caixa Postal 5081 - Cidade Universitária - J. Pessoa - Paraíba - Brasil - CEP 58.051-970.

www.editora-ufpb.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Foi feito o depósito legal

EMÍLIA MARIA DA TRINDADE PRESTES
VICENTE DE PAULO CARVALHO MADEIRA

**EDUCAÇÃO POPULAR
E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO
O CASO DA CRUZADA ABC**

EDITORA UNIVERSITÁRIA
JOÃO PESSOA
2001

APOIO :



Universidade Católica de Petrópolis

www.ucp.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	07
INTRODUÇÃO.....	17

Capítulo I

<u>NORDESTE, ANOS SESSENTA</u>	21
1. INTRODUÇÃO.....	21
2. A CONJUNTURA ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO NORDESTE NOS ANOS SESSENTA.....	23
3. SÍNTESE CONCLUSIVA.....	34

Capítulo II

<u>A CRUZADA ABC: GÊNESE, EVOLUÇÃO E O CASO</u>	37
1. INTRODUÇÃO: A GÊNESE DA CRUZADA ABC.....	37
2. A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO CRUZADA DE AÇÃO BÁSICA CRISTÁ – CRUZADA ABC.....	48
3. A EXPANSÃO DA CRUZADA ABC.....	60
4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DA CRUZADA ABC.....	69
5. FUNCIONAMENTO PEDAGÓGICO DA CRUZADA ABC.....	71
5.1. <u>Metas e Objetivos Gerais</u>	72
5.2. <u>Conceitos Pedagógicos</u>	74
5.2.1. Primeira Fase de Uma Evolução.....	74
5.2.2. Segunda Fase da Evolução.....	79
5.3. <u>O Método e as Técnicas</u>	91
5.4. <u>O Material Didático</u>	100
5.5. <u>O Corpo Docente</u>	108

5.6. <u>A Clientela</u>	113
6. O ENSINO PROFISSIONAL.....	116
7. PROGRAMAS ESPECIAIS, COM ÊNFASE NA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS.....	124
8. AS CRISES DA CRUZADA.....	130
8.1. <u>A 1a. Crise - As Tensões entre a Cruzada e a Sudene</u>	130
8.2. <u>A 2a. Crise - A Expansão e os Problemas Internos</u>	139
8.3. <u>A 3a. Crise - Extinção da Cruzada</u>	144
8.4. <u>Síntese das Origens, Evolução e o Caso da Cruzada ABC</u>	150

Conclusão

À GUIA DE CONCLUSÃO GERAL: A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DOS MOVIMENTOS DE CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS.....	153
--	-----

NOTAS.....	165
------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	181
-------------------	-----

PREFÁCIO

Não teria condição de me negar ao pedido do meu velho colega Vicente Madeira e de minha conterrânea Emília Prestes para prefaciar-lhes este livro, cuja temática toca e envolve uma linha de desenvolvimento de nossa história pessoal: o compromisso com a educação das massas trabalhadoras.

Para quem, como eu, vem participando da luta pela educação popular no Brasil, desde a adolescência, no lançamento das Escolas Radiofônicas, no Movimento de Educação de Base, no Sindicalismo Rural; para quem, como eu, vive hoje mergulhado na problemática da educação do trabalhador como Diretor Técnico do SESI, como poderia me recusar a unir o meu nome aos nomes de Vicente e de Emília, neste esforço da investigação científica sobre esta temática, prefaciando este trabalho que articula, na produção acadêmica, duas Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Católica de Petrópolis.

Sinto-me muito à vontade nesta tarefa de prefaciador.

Primeiro, porque se trata de um trabalho de recuperação da memória educacional do Nordeste, região onde nasci, cresci e lutei pela formação do povo, chegando a participar de seus problemas educacionais de diversas maneiras, em várias funções, até mesmo como Secretário da Educação e Cultura, no Estado do Rio grande do Norte. Segundo, porque a experiência da Cruzada ABC ocorreu exatamente em uma época em que estive profundamente mergulhado na ação social e de promoção humana da Igreja Católica, na Arquidiocese do Natal, onde se iniciara, bem antes do pós 64, um despertar de consciência cristã para o compromisso histórico com a educação de base das camadas populares.

Interesso-me, por isso, em examinar as mudanças registradas no plano, político e ideológico da sociedade, com reflexos do econômico e social, após a deflagração do movimento dito revolucionário de 1964, quadro em que se vai situar a Cruzada ABC.

Neste contexto, em que se reestruturam de maneira mais sólida, as relações de dependência do Brasil, no quadro do capitalismo internacional, enfatizou-se a nova composição das forças que integraram o bloco do poder, o significado político da hegemonia das classes dominantes, o fortalecimento e radicalização do Estado, para assegurar a continuidade do processo econômico.

8 Isto se deu através da intensificação do capital estrangeiro no processo de internacionalização da economia, no qual o Estado assumiu novas funções de intervenção que, na época, convinham à ordem internacional de então. Conseqüentemente, manteve-se a concentração da propriedade rural e se agravou a concentração na distribuição da renda.

No quadro desta dependência desenvolveu-se uma dívida externa que assegura ainda hoje a sangria permanente da economia do País e floresceu a chamada cooperação internacional que embasava os acordos entre o centro e a periferia, suprimindo os países subdesenvolvidos com recursos para suas propostas de um desenvolvimento que assegurasse a manutenção dessa ordem.

É neste enquadramento que aparecem um organismo como a USAID e um programa como a Aliança para o Progresso. Dependentes deles, convênios e acordos foram firmados para projetos educativos entre os quais a campanha de educação de adultos chamada Cruzada de Ação Básica Cristã.

Percebeu-se, naquelas circunstâncias, que a nova realidade política do País criada pelo movimento de 64 não implicou em ruptura com o projeto de desenvolvimento industrial adotado, e sim no restabelecimento de condições que vinham

sendo criadas desde a década de 30 e que o próprio desenvolvimento do populismo chegou a colocar em risco. Dir-se-ia que não houve substituição de modelo, mas o aprofundamento de uma de suas linhas ou tendências mais abertas à penetração do capital estrangeiro, à internacionalização da economia interna, à dependência associada monopolista.

Na mudança de regime que se verifica no pós 64, para conter as forças políticas e sociais em mobilização anteriormente, instaurou-se o uso da repressão, suprimindo os movimentos e organizações populares e tudo o mais que se voltasse para os interesses das classes subalternas, no âmbito de sociedade global.

No nível concreto da ação institucional, o Estado intensificou seu fortalecimento, atuando mais diretamente nos setores produtivos e intervindo irrestritamente nas várias instituições e aparelhos da sociedade política e civil, incluindo-se aí o aparelho educacional. O Estado empreendedor, como o grande empresário, que agora se procura desmontar pela privatização, era naquele momento o mecanismo de viabilização de um processo de industrialização.

A redefinição e reestruturação da sociedade, no pós 64, pautadas na adoção de um modelo político e ideológico bem definido e menos ambíguo que o do pacto populista, implicaram a utilização de um mecanismo de controle social e a ampliação dos conceitos de Segurança e Desenvolvimento, estratégia ideológica imprescindível para legitimação do novo regime político.

Neste novo contexto, a educação sofreu transformações por sua própria vinculação dinâmica com as estruturas parciais e global da sociedade. Claro que os propósitos de modernização (racionalização administrativa, produção econômica, industrialização e urbanização) do novo Estado brasileiro, repercutiriam necessariamente sobre a educação.

Considerando-se que o novo pacto político prescindia

da aliança policlassista, o Estado foi gradativamente reformulando sua política educativa em função dos seus novos interesses, colocando em primeiro plano, a formação de uma força de trabalho mais escolarizada, com vistas à economia em expansão, sempre de olho na imagem de um Brasil grande e forte que se integrasse entre as nações desenvolvidas. Ora os indicadores educacionais do País sempre o rebaixavam a condições ínfimas.

Diante de uma atitude altamente pragmática, todos os níveis e modalidades de ensino vão gradativamente sofrendo mudanças, a partir da Reforma Universitária - 1968 - e depois com a Lei 5692 - 1971 - para o ensino de primeiro e segundo graus, com objetivo de atender às necessidades do desenvolvimento. A nova perspectiva da educação volta-se inteiramente para o trabalho.

10

Na Cruzada ABC - 1966 - antecipa-se a esta adaptação da educação às novas orientações e tendências. Entende-se que este movimento tenha sido chamado a ocupar o vazio deixado pela extinção ou supressão de movimentos de educação de adultos, no espaço social, sobretudo do Nordeste.

Com efeito, o sistema político apercebeu-se dos riscos do não atendimento a uma demanda reprimida de educação popular e da necessidade de adesão das massas trabalhadoras ao processo de legitimação do poder. Além disto, a divisão do trabalho requeria a exploração das vastas possibilidades de formar um potencial de mão-de-obra semiqualficada, no contexto da abundante oferta de força de trabalho.

A Cruzada ABC surgiu, contudo, com uma provisoriedade, até que o sistema produzisse o seu próprio projeto de educação de adultos a nível nacional, o Movimento Nacional de Alfabetização - MOBRAF.

A reestruturação dos novos programas educativos assumiu, entretanto, uma nova postura deixando de privilegiar o processo educacional, enquanto instrumento de arregimentação

política das massas populares, para se transformar em mecanismos de controle social, aparentemente, neutros e apolíticos.

Assim, a educação, mais uma vez, passa a ser vista como instrumento formador de mão-de-obra para o novo processo de desenvolvimento adotado e mecanismo de doutrinação.

Mas, como aconteceu na maioria dos países periféricos e dependentes, toda a política desenvolvimentista estabelecida sofreu a interferência direta ou indireta dos países centrais.

O Brasil não fugiu à regra, uma vez que na esfera educativa, muitas foram as reformas instauradas com recursos provenientes do United States Agency for the Development - USAID e da Aliança Para o Progresso.

Além disto, sob a sempre aceitável forma de assistência para o desenvolvimento, havia a oportunidade de se implantar movimentos educativos que fossem do interesse destes Programas estrangeiros.

Nesta oportunidade, sempre surgiram espaços para, em função dos interesses políticos, fazer-se a cooptação ideológica dos estudantes e da própria comunidade onde estes movimentos educativos se desenvolviam.

No Brasil do pós 64, os programas internacionais não encontraram maiores obstáculos para por em prática suas estratégias políticas, visto terem todo o aval e endosso dos grupos dominantes que compunham o novo bloco do poder. Isto facilitava sobremaneira, a sua penetração e intervenção nas diversas instituições governamentais.

Foi assim que, contando com os espaços criados através da virada histórica de abril de 1964, a Cruzada ABC por intermédio da USAID, conseguiu impor à SUDENE a aprovação da sua proposta de educação de adultos, malgrado resistências e lutas internas havidas neste organismo.

De fato pode-se contextualizar o Nordeste dos anos 60, numa perspectiva histórica, em três dimensões: as transformações

da base econômica, as transformações das estruturas sociais e a dimensão política do Estado.

O modelo de crescimento econômico via industrialização, que se apoiou em uma região estruturalmente mais preparada para a expansão e a acumulação do capital, a Região Sudeste, alterou as estruturas produtivas da região Nordeste, mas tratou de preservar o modelo agrário existente.

As oligarquias nordestinas, além de terem preservado as estruturas agrárias existentes, mantinham ainda uma posição de interesse pelo investimento do capital estrangeiro nas indústrias. Com efeito, as maciças aplicações do capital internacional no setor industrial, evitavam maiores transferências internas do capital do setor primário para o secundário.

12

Portanto, foi neste esquema que se efetuou a implementação da proposta desenvolvimentista, contando com o apoio da burguesia industrial, de componentes do bloco agrário-industrial e até mesmo com o apoio cooptado do proletariado urbano. As massas rurais, sobretudo as nordestinas, continuavam a ser totalmente ignoradas, nos acordos e conchavos do pacto político praticado pelas elites da Região. Realmente, os trabalhadores rurais assumindo uma atitude de passividade diante da exploração a que eram submetidos, até então, não se constituíam perigos de ameaça para os interesses dos grupos dominantes. Os movimentos de educação de adultos antes de 64, levavam à consciência desta situação. No pós-64, promoveu-se um processo de recuo político.

Na fase pré 64, enquanto no Sudeste, presenciavam-se um processo de modernização das suas estruturas econômicas e até mesmo social e o fortalecimento do proletariado, o Nordeste continuava profundamente arraigado a uma estrutura econômica latifundiária, semifeudal e semicolonial. Por sua vez, as tentativas de industrialização da Região, no final do pacto populista, ainda ensaiavam tímidos passos.

As condições estruturais das massas populares ocasionaram o agravamento das tensões sociais. Este fato, mesmo não tendo culminado na efetivação das mudanças estruturais da região, colocava em risco a estabilidade do sistema de poder.

Naquele período anterior, as forças sociais se organizaram, momento em que os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar, reivindicando reformas radicais na estrutura de produção. Estes movimentos que não deixaram de contar com o apoio e a participação de diferentes grupos, expressos em alianças políticas, tiveram na Frente do Recife, seu componente mais expressivo. Contando-se ainda com as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, estas organizações tiveram vasta repercussão no bloco agrário-industrial nacional e na prática populista da época. Esta situação histórica se refletiu nos movimentos de educação de adultos.

Por sua vez, foi em decorrência das condições de miséria do povo, das grandes massas analfabetas das zonas rurais e urbanas, das tensões sociais existentes e dos riscos advindos de uma revolta desordenada das massas, diante de sua condição desumana, que as Igrejas Cristãs resolveram intervir diretamente nos processos sociais.

Foi a Igreja Católica que, no Nordeste, através da tentativa de organização de sindicatos rurais e da implantação de programas de educação de base, procurou soluções mais humanas e racionais, para os graves problemas sociais existentes. A própria SUDENE nascera sob a inspiração de uma reunião de bispos.

Por outro lado, foram também de ordem social e mais destacadamente os problemas educacionais, que impeliram missionários protestantes a tentar, ainda durante a fase do populismo pré 64, implantar um programa de educação de base.

Entretanto, se a educação se constitui *“uma das primeiras e mais importantes expressões da obra missionária”*, como diz Jether P. Ramalho, o contexto político da época não estimulava

iniciativas levadas a efeito por grupos estrangeiros, principalmente se tivessem a ajuda de organismos internacionais.

Com efeito, os líderes da futura Cruzada ABC, encontraram, nos anos antecedentes a 1964, uma série de obstáculos políticos que inviabilizaram, por algum tempo, a implantação do seu projeto educativo, permeados de nítidos objetivos missionários.

Nos anos pós 64, o Estado fortalecendo sua posição em todas as áreas da sociedade, partiu para incentivar e intervir diretamente nos problemas regionais. Isto ocorreu como forma de acelerar o processo capitalista de produção, solidificando, simultaneamente, os interesses comuns da burguesia e dos proprietários de terra.

Desta maneira, passou-se a investir no Nordeste, utilizando um processo de modernização das suas estruturas, sem, contudo alterar as bases que ainda consubstanciam o grande problema nordestino: a estrutura fundiária.

14

É evidente, que internamente, pode-se considerar que a Região foi beneficiada com inúmeros processos modernizantes. Entretanto, quando se compara o seu grau de desenvolvimento ou a sua participação econômica na produção econômica total do País, vê-se que a região continuou tão pobre, ou até mais pobre que antes. As grandes massas marginalizadas do processo produtivo e dos efeitos da modernização tinham no analfabetismo uma de suas características.

Em função de uma nova redivisão regional do trabalho, aumentou a concentração de renda e os índices de desemprego. A nova proposta política centrou-se em reprimir as forças opositoras, manter baixos os custos de mão-de-obra, aumentar os índices de lucro do capital, bem como o poder de negociação com o capital estrangeiro.

Assim, neste contexto histórico, nasce e se desenvolve a Cruzada ABC.

Oxalá aqueles que a conheceram possam encontrar, nestas páginas, elementos de reavaliação desta campanha ou deste programa educacional e que aqueles que não a conheceram possam tirar as lições que a história lhes oferece.

Otto Euphrásio de Santana

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe analisar a relação existente entre os movimentos de educação de adultos e o seu contexto sócio-político e econômico, a partir do caso específico da Cruzada de Ação Básica Cristã - ABC, dando-se prosseguimento a uma linha de pesquisa iniciada com a tese de doutorado de um dos autores e continuada numa dissertação de mestrado do outro autor.

A hipótese teórica que orientou este trabalho partiu da premissa da existência de uma relação de uma integração dialética entre os movimentos de educação de adultos e as estruturas sócio-política e econômica da formação social, nas etapas históricas de sua evolução.

Diante do objeto a ser estudado, o interesse primeiro não é pelo caso da Cruzada ABC em si, mas pelo que ele sugere a respeito de todos os movimentos de educação de adultos, desenvolvidos na sociedade brasileira, em cada momento da sua história. Em outros termos, através do caso específico da Cruzada ABC, tenta-se chegar à dimensão sócio-política dos movimentos, campanhas e programas educacionais.

É, portanto, pretensão deste trabalho analisar o contexto social, político e econômico do País, ou mais especialmente do Nordeste, nos anos 60, para, a partir daí, tentar elucidar o significado da Cruzada, enquanto um programa de educação, destinado às massas analfabetas:

“Qual a relação existente entre a campanha ou programa de educação de adultos Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) e as condições históricas do Brasil e do Nordeste, na segunda metade da década de 60?”

Originado de uma pesquisa para dissertação de Mestrado, envolvendo a parceria de orientando e orientador, depois

tornados autores, este livro leva as marcas da natureza deste tipo de elaboração e produção científica sobre um tema específico. Situam-se, neste quadro, seus limites e restrições. Na época, o Curso de Mestrado ao qual foi apresentada a dissertação era o único programa de pós-graduação do País, com área de concentração em educação de adultos. Esta foi uma razão a mais para aproveitar-se a oportunidade para uma exaustiva incursão em toda a documentação existente e disponível sobre a Cruzada ABC, enquanto programa desta área educacional. Naquele tempo, este projeto integrou-se na linha de pesquisa intitulada “sócio-econômica da educação”, detendo-se especificamente sobre as dimensões sócio-políticas dos movimentos de educação de adultos. Hoje, esta publicação se faz num trabalho conjunto dos Programas de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - e da Universidade Católica de Petrópolis – UCP, nas Linhas de Pesquisa Educação, Estado e Políticas Públicas e na Linha de Pesquisa Relação Educação e Sociedade na Formação Social Brasileira.

Espera-se, com este esforço, contribuir para o resgate ou a recuperação de parte da memória educacional do Brasil e, mais especificamente, do Nordeste, nos anos 60, pois se trata de uma pesquisa que recolheu e acumulou vasta documentação, o que levou a uma descrição pormenorizada do contexto sócio-político e da organização e funcionamento de um movimento de educação de adultos.

Esta investigação comporta uma tentativa de integração interdisciplinar de vários enfoques ou abordagens. Daí decorre o emprego de procedimentos metodológicos diversificados e complementares que estão implicados no tratamento do objeto.

Antes de tudo, ela é uma pesquisa histórica tendo exigido o recurso a fontes de informação e a documentos, sobre a época do fato em questão e sobre o próprio objeto específico do estudo.

Utilizaram-se os expedientes da consulta sistemática

dos arquivos da imprensa e de órgãos oficiais implicados no programa ABC.

Adotou-se a técnica de coleta de informações empregada nos estudos de história oral, fazendo-se de entrevistas conversacionais dirigidas e informais, meio de reconstituição de informações e de confronto com a documentação recolhida.

Conseguiu-se, paralelamente, a constituição de um certo acervo que se classificou em três categorias: 1) documentos oficiais que serviram de suporte legal para a criação de implementação da Cruzada ABC; 2) material didático e de apoio utilizado na sua operacionalização; 3) relatórios e avaliações periódicas, pesquisas, correspondências e documentos de arquivo da própria Cruzada.

Nem sempre foi fácil conseguir este material. Mesmo no âmbito oficial, o acesso direto a dados considerados de máxima importância para esta pesquisa, por vezes, foi impossível. Entende-se que se trata de uma fase especialmente traumática da história educacional.

19

A análise documental se efetuou na perspectiva do levantamento de temas relacionados com a hipótese teórica geral da integração dialética entre a conjuntura sócio-política e os movimentos emergentes da educação de adultos em cada fase da evolução da formação social.

Este trabalho procede, pois, de um longo itinerário de investigação, resultando em duas grandes partes que vão se tornar duas publicações. A primeira é este livro, mais apto para divulgação, em que a atenção concentrou-se no estudo da Cruzada ABC. A segunda é um texto acadêmico destinado a subsidiar o prosseguimento de estudos das Linhas de Pesquisa que produziram este documento, especialmente a produção de monografias e de dissertações.

Esta introdução não pode, porém, omitir uma advertência que previne contra a crítica fácil dos que procurarem nestes textos

uma atualização bibliográfica. Eles foram produzidos, há alguns anos, e estão sendo publicados devido à insistência de colegas, por um triplice critério: importância da documentação recolhida e referida, relevância teórico-social e atualidade no campo temático. De fato, isto se demonstra pelo uso e emprego que vêm recebendo estes textos em disciplinas, seminários e laboratórios de Linhas de Pesquisa, em alguns programas de pós-graduação.

Esta publicação é, pois, um ato de humildade. Este material é posto em divulgação, na consciência de que deveria ser atualizado, incorporando a mais recente produção sobre o tema. Na impossibilidade, porém, desta tarefa, optou-se pelo bom, deixando-se que outros façam o melhor, no avanço que puderem dar no tratamento deste objeto de estudo e de pesquisa. É esta a contribuição que se pretende oferecer.

Capítulo 1

NORDESTE, ANOS SESSENTA

1. INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é a Cruzada de Ação Básica Cristã – ABC - enquanto esta experiência histórica de alfabetização de adultos revela a dimensão sócio-política da educação. Em outros termos, o que interessa, direta e objetivamente, é aprofundar a relação educação e sociedade na formação social, por meio da investigação de um fato de sua história educacional.

Numa determinada Região do País, em uma época de profunda tensão social, descobre-se a força política da educação de adultos, como mecanismo mobilizador das classes populares, na luta por sua cidadania¹. Desde os anos cinquenta, grupos de educadores, hoje especialmente representados na pessoa de Paulo Freire que se tornou, internacionalmente, símbolo desta descoberta, movimentos e organizações oficiais e não oficiais, religiosos e leigos aparecem no cenário social e político do Nordeste: a experiência de alfabetização de Angicos, no Rio Grande do Norte, as Ligas Camponesas, o Movimento de Cultura Popular do Recife, as Escolas Radiofônicas e o Sindicalismo Rural, liderados, por Dioceses Católicas, o Movimento de Educação de Base da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, campanhas como a Campanha de Educação Popular – CEPLAR, na Paraíba, a Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende a Ler, em Natal e tantos outros.

O trinômio conscientização – politização – engajamento histórico formava uma nova mentalidade nos movimentos de Ação Católica, muito atuantes na Juventude Universitária Católica – JUC, na Juventude Estudantil Católica – JEC e na Juventude Operária Católica – JOC e na Ação Católica Operária –

ACO. Muitas destas militâncias, depois, se refugiaram na Ação Popular – AP e até mesmo em partidos políticos que expressavam uma ideologia esquerdista ou de resistência democrática.

Outras confissões cristãs também se mobilizaram, mesmo antes do golpe militar de primeiro de abril de 1964 que emudeceu o processo participatório de desenvolvimento político do povo brasileiro. A Cruzada ABC vai aparecer, neste contexto, como uma resposta de modernização conservadora de conciliação, na busca de inibição dos conflitos sociais em eclosão, objetivo de uma pretensa revolução que implantou uma ditadura legitimada pela ideologia do anticomunismo e da anticorrupção.

Evidencia-se, desta forma, a função do Estado no pacto social das classes em associações antagônicas e não antagônicas, produzidas pelas condições infra-estruturais do modo de produção e ratificadas pela ideologia dominante. O papel das Igrejas, neste quadro estrutural, é também saliente.

22

O fato político não se desprende das condições histórico-objetivas. A superestrutura jurídico-política não se tem como o andar de cima, sem relação com as bases da formação social. A grande contribuição de Gramsci (1978) aparece, neste ponto, para a reflexão teórica posterior, numa visão de bloco histórico e numa reinterpretação dos determinismos econômicos preconizados pela ortodoxia marxista da época. Mas, nem Gramsci, nem Althusser (1970) com sua proposta de Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE eram conhecidos pela militância daquele tempo (Portelli, 1977).

Resta a pergunta geradora deste capítulo: qual o contexto imediato da origem e da evolução da Cruzada ABC? Trata-se de mergulhar nas condições estruturais da região do nordeste brasileiro ou mais pretensiosamente, tratar-se-ia de explicitar em um nível histórico e teórico, as relações entre os programas, movimentos e campanhas de educação de adultos com as estruturas sociais vigentes.

2. A CONJUNTURA ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO NORDESTE NOS ANOS SSESENTA

De pronto, se apresenta o modelo de desenvolvimento dependente adotado pelo Brasil, baseado predominantemente na industrialização e visando essencialmente à exportação, mesmo quando voltado para sua substituição. Por ele, acentuaram-se os graves problemas econômicos e sociais da região nordeste, progressivamente empobrecida.

Percebe-se que a natureza política necessariamente assumida pela educação no processo de formação de um povo é gestada no interior das estruturas de produção. Há uma relação de integração entre a infra-estrutura econômico-social e a “estrutura educacional” da sociedade.

Com efeito, o “Projeto Nacional de Desenvolvimento”, que desde a década de 20 se esboçava no País, estimulado pelas condições favoráveis que o capitalismo internacional oferecera ao crescimento interno, durante a primeira guerra e depois fortalecido pelo desenvolvimento da indústria, criou novas condições estruturais e conjunturais para participação política das massas.

23

A educação destas massas foi vista, nacionalmente, num primeiro momento como preparação de mão-de-obra para o processo industrial. Mas, em seguida, o próprio processo político do pacto populista descobriu a educação como um dos seus mecanismos mais eficazes de mobilização das massas.

As contradições do pacto populista tinham sua fonte na própria associação antagônica entre o proletariado e a burguesia nacional. Como os interesses permanentes de ambas as partes são contraditórios, o pacto só foi possível nos termos de um acordo provisório, em função de interesses imediatos.

A mobilização das massas tendia a fortalecer politicamente o proletariado como parceiro do pacto político. A educação de

adultos passou a ter um significado político novo de conscientização, de politização, de socialização e de engajamento.

Das antigas campanhas de educação de adultos, voltadas para a alfabetização, que objetivaram a formação de um eleitorado, controlado por oligarquias, chegou-se a uma visão abrangente da educação, enquanto mecanismo de mudanças e transformação no processo social e político.

Os movimentos de educação de adultos, desta época, estavam mais preocupados em levar uma nova visão de mundo às massas, do que lhes ensinar a assinar o nome, ainda que isto viesse como consequência.

O Brasil estava diante do dilema posto pelo capitalismo internacional, ou se optava por um desenvolvimento nacional autônomo, auto-sustentado, ou se escolhia o desenvolvimento dependente, associado ao capital internacional. A burguesia nacional preferiu uma aliança com o grande capital, como mais conveniente aos seus interesses, rompendo o pacto populista.

24

De fato, esta burguesia se sentiu ameaçada pelo avanço político dos trabalhadores urbanos e até rurais, especialmente nas Ligas Camponesas. Temia a perda do controle do Estado, de quem esperava a gerência do crescimento econômico, nos seus próprios interesses. Daí resultou a mudança política de 1964.

Como expressão educacional de um projeto político, os movimentos de educação popular reivindicavam reformas de base, mesmo que não propusessem substituição do *"próprio modo de produção capitalista como um todo"* (Beisegel, 1982).

Com a mudança do golpe de 1964, os movimentos de educação de adultos que se caracterizassem pela opção política pelas massas foram atingidos e dizimados.

Redefiniu-se o universo da educação de adultos e restringiram-se os espaços de educação popular. É neste quadro de redefinição e de restrição que se vai colocar a Cruzada ABC.

Com efeito, nos anos sessenta, como decorrência da ex-

pansão capitalista do Sudeste, em integração econômica com os fracos mercados nordestinos, agravaram-se os problemas das desigualdades regionais, seja em função de uma situação econômica regional de estagnação, seja em decorrência do redesenho do papel do Nordeste e do seu ajustamento às novas condições de mudanças do País².

Processa-se uma drenagem tanto de recursos humanos, por via das migrações internas para o sudeste e para o sul, fornecendo a força de trabalho e mão de obra, como de recursos financeiros, por via da divisas conquistadas no mercado externo e aplicadas no parque industrial do sudeste. Concomitantemente, atinge-se a cultura regional com a imposição de padrões exógenos.

A conjunção desses fatores, onde aparecem nitidamente as próprias contradições do desenvolvimento capitalista, ofereceu condições objetivas para as transformações das relações sociais e da divisão social do trabalho regional. Ofereceu, também, oportunidade para o surgimento, entre os anos 50 e início da década de 60, de movimentos populares e de um novo componente social no cenário político do Brasil: a massa rural.

A presença organizada destas massas teve longa repercussão no novo bloco agrário-industrial, suportes básicos da nova situação de industrialização. Como chama atenção Andrade (1981, 35):

“Em termos nordestinos os grupos oligárquicos e seus aliados burgueses, detêm o controle do poder, reafirmando a organização e as reivindicações das camadas populares e, no plano nacional, apesar de possuírem uma elevada percentagem dos representantes do povo no Parlamento, têm pouco poder frente às arregimentadas representações políticas do Sudeste. (...) Organiza-se assim, uma aliança entre as classes dominantes nordestinas e os grupos poderosos do

Sudeste e do Sul, através da qual o Nordeste é transformado, (...) em área fornecedora de mão-de-obra, em área de aplicação de capitais e em área exportadora de produtos agrícolas e produtora de divisas que são apropriadas pelo Sudeste e pelo Sul”.

Ora, as indústrias recém-implantadas no Nordeste, nesta ocasião, não estavam preocupadas nem com o desenvolvimento sócio-econômico da Região, nem com a absorção da sua abundante mão-de-obra existente.

Isto significou uma redução do trabalho, em conseqüência das medidas modernizadoras dos setores empregadores – tanto no meio rural como nas indústrias recém implantadas, como o declínio das tradicionais indústrias nordestinas, momento em que se viu, segundo Oliveira (1981, p.64):

26

“A destruição ou fechamento de fábricas, a invasão de produtos agrícolas do Centro-sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul”.

Este fato significa que mudou a estrutura de produção industrial da região, cabendo-lhes, a partir daí, uma nova função no contexto da então divisão inter-regional do trabalho industrial no Brasil³.

Convém lembrar que o declínio e flutuações da economia agrária nordestina geram uma mão-de-obra, disponível para atuar como bóias frias nas entressafras. Como analisa Oliveira (op. cit., p. 64):

“A constituição desse semiproletariado levou para o coração da economia capitalista do açúcar-têxtil, uma forma de mão-de-obra que não era força-de-

trabalho, que não era totalmente mercador, já que cuidava de sua própria subsistência”.

Por sua vez, à proporção em que a nova política econômica regional passava a ser ditada pelos interesses do capital industrial, apareceu em cena, com maior contorno, o proletariado urbano, crescendo à medida que se expande o processo de industrialização. Ocorre, entretanto, que os ritmos de crescimento sendo desiguais implicam em que a força de trabalho disponível ultrapasse as próprias necessidades do mercado, formando em consequência um exército industrial de reserva, provocando a “agudização” dos crônicos problemas econômico-sociais.

Em 1970, por exemplo, a força de trabalho regional, era representada por um contingente de 8,4 milhões de pessoas, significando 30% de toda a população presente na área. Nos anos sessenta, o crescimento geométrico anual da população economicamente ativa apresentou-se na ordem de 1,6%, enquanto o da população inativa situava-se em torno de 2,5%.

27

Considerando-se ainda que, em 1970, a taxa de indivíduos de 15 anos e mais, potencialmente preparada para o trabalho, apresentava-se na ordem de 2,1%, conclui-se que o incremento da população absorvida na força de trabalho - 1,6% - foi inferior ao ritmo geométrico anual registrado para a população total presente na região. (Moura, 1971).

Considere-se, ainda, que um significativo número de trabalhadores, oriundos da zona rural, ao migrar para os centros urbanos, já encontrava nestes centros, inúmeros componentes da força de trabalho em estado de desocupação ou sub-ocupação.

Aliás, devido às próprias contingências da expansão capitalista do Sudeste e até mesmo do Nordeste, há uma visível preocupação em se ampliarem a rede rodoviária e os transportes, com vistas a facilitar tanto o deslocamento das matérias primas e

dos produtos para outras regiões, como também para propiciar o deslocamento de milhares de pessoas provenientes do campo.

As dificuldades encontradas por estes indivíduos para se engajarem na mão-de-obra existente concorrem, acima de tudo, para que estes passem a oferecer sua força de trabalho a qualquer preço.

Esta superexploração do trabalho é, na verdade, um dos fatores que consolidam a formação de uma sociedade, nos moldes capitalistas. A não participação de um grande número de indivíduos das classes trabalhadoras na apropriação dos excedentes econômicos *“acelera a evolução do capitalismo na região e favorece, também, o aumento do número de capitalistas e de suas riquezas”*. (Cavalcanti & Ferreira, 1981, p. 74).

28 Apesar do crescimento da acumulação capitalista na Região, as desigualdades regionais e as tensões sociais delas decorrentes, começaram a preocupar o bloco do poder. Este grupo via na superação dessas desigualdades, uma forma de destruir a ameaça que pairava em torno de sua hegemonia nacional. (Germano, 1982).

Como analisa Cohn (1978, p.111): *“O atraso ou a situação de introversão em termos econômicos do Nordeste (...) gera diretamente implicações políticas e sociais regionais, que por sua vez, adquirem alcance nacional”*.

Foi, portanto, no quadro dos interesses hegemônicos dos grupos detentores dos poderes políticos e econômicos — incluindo-se aí a Igreja Católica — que se criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, a despeito de algumas oposições por parte de representantes das oligarquias nordestinas.

Surgindo no Nordeste, em 1958, tendo como principal objetivo a implementação do desenvolvimento econômico, com base na expansão industrial, a SUDENE, passou por uma evolução.

“A partir de 1964 (...) sem alterar seus objetivos explícitos sofreu uma mudança de caráter na sua política, a partir da definição de um novo modelo de desenvolvimento a nível nacional (...) Tornou-se assim, parte de uma nova situação e de novas necessidades para as quais serviriam diretamente os mecanismos de política criados anteriormente (1961) e até então muito pouco utilizados. Ademais, as possibilidades de reformas passaram a ser freadas totalmente”. (Moreira, 1979, p.63).

Muito já se escreveu a respeito dos mecanismos da política regional. Neste estudo tornam-se dispensáveis maiores detalhes a este respeito.

Cabe destacar, entretanto, que a expansão industrial nordestina, através dos benefícios dos incentivos do famoso 34/18, efetuou-se principalmente por intermédio das indústrias dinâmicas da economia. Este era o instrumento legal que regulava a administração dos incentivos fiscais em investimentos, pela SUDENE. Citava-se pelo número de um artigo do Decreto n.º 3.995, de dezembro de 1961 e 18 é o número de um artigo do Decreto n.º 4.239, de julho de 1963 que faz alterações ao primeiro Assim se formou um conjunto de incentivos financeiros ao desenvolvimento das atividades privadas no Nordeste.

Este mecanismo legal permitia a concessão de estímulos e incentivos fiscais e financeiros a projetos industriais, agropecuários e de telecomunicações localizados na área de jurisdição da SUDENE. Na sua formulação inicial o sistema de incentivo possibilitava às pessoas jurídicas nacionais, a dedução de 50% do imposto de renda e adicionais devidos, para fins de investimentos em projetos industriais considerados de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. (Gooldmam e Albuquerque, 1974, como também Araújo, 1982)⁴.

Sendo a palavra de ordem para a região, Desenvolvimento e Industrialização, evidentemente que todos os esforços se concentraram em atingir ao menos um desses objetivos: a industrialização. Como focaliza Furtado (1975, p.63), *“um país ou uma região pode alcançar um determinado nível de industrialização, ainda que permaneça substancialmente subdesenvolvido”*.

É nesta perspectiva que se situa o Brasil e, por excelência, a região Nordeste, na década de 60.

Apesar da política de incentivos, o Nordeste, no período considerado, ainda era uma região de baixos níveis de industrialização. Aliás, a realidade comprova que a região durante esta década teve uma crescente perda na participação no produto total do País.

Com efeito, o setor primário, que em 1959, participava com 27,94% da renda interna regional no total do País, decaiu para 20,26% no ano de 1970.

30

No que se refere ao setor secundário, o decréscimo, na sua participação nacional, foi de:

“7,51% em 1959, para 5,78% em 1970. Ainda quando o setor isoladamente tenha crescido a 4,6% a.a. neste período, o País obteve um acréscimo de 7,1% a.a. notadamente devido à atuação da região Sudeste”. (Brasil – Departamento de estradas de rodagem, 1979, p. 81).

Os Planos de Ação da SUDENE confirmam ter havido, a partir de 67, uma aceleração no setor industrial em torno 1,4%, considerando a relação entre crescimento do produto industrial e o crescimento do produto regional. (Brasil – Ministério do interior - Plano de ação para o nordeste, 1974, p. 89).

Note-se, entretanto, que concorreram para a elevação deste índice, o crescimento dos serviços industriais de utilidade

pública, água, energia e a construção civil. (Idem, *ibidem*, p.89).

O setor terciário foi na verdade, o único que cresceu no citado período, aumentando de 12,79% para 13,06%. A sua participação de 7,6% a.a. foi até mesmo superior à taxa nacional que apresentou um valor de 7,4% a.a. Brasil – Departamento de estradas de rodagem, op. cit., p. 81).

De forma geral, o crescimento anual da região foi na ordem de 4,1%, ao passo que o País cresceu a uma taxa de 6,2% a.a. (Idem, *ibidem*, p.81).

A dimensão do desequilíbrio fica mais patenteada, quando se focaliza o aspecto da renda. A representatividade da renda interna nordestina, em relação ao valor total do País, entre 60/70, cai de 14,44% para 11,60%. Neste espaço de tempo, a per capita regional sofre uma refração de 41,9% para 35,3%, ao se considerar a participação da região na renda per capita nacional.

Os índices da distribuição da renda expandiram-se a uma taxa de 3,4% a.a., enquanto para o Nordeste, esta taxa atingiu apenas o valor de 1,8% a.a. (Idem, *ibidem*, p.98).

Através dessas sucessivas tendências de decréscimo, nota-se a incapacidade do modelo em manter um crescimento regional equilibrado, com uma efetiva participação no processo de desenvolvimento ou de industrialização nacional.

Após 1964, as ações do Estado, através de um planejamento de intervenção e incentivos, se fizeram presentes na região Nordeste, sejam nas áreas urbanas, seja nas rurais.

O Estado partiu, assim, para implantar uma política modernizadora, porém de caráter conservador, tendo como meta maior a aceleração das formas capitalistas de produção, a solidificação dos interesses das classes “burguesas” e dos proprietários de terras, e a própria cooptação das massas populares (urbanas e rurais) para a consolidação da base de legitimidade do novo regime.

Dentro dessa perspectiva, na área urbana, a região pas-

sou por um intenso processo de modernização de sua infra-estrutura básica, suporte fundamental para o desenvolvimento das atividades e empreendimentos produtivos da região, essenciais para a industrialização. Desta maneira, criaram-se ou ampliaram-se vários serviços básicos como transporte, energia e comunicação, fato que sem dúvida, propiciava maiores comodidades às populações atingidas.

O processo de modernização atingiu também a área rural ou ao setor agrícola, através de várias medidas.

Há uma tentativa de reforma agrária, estabelecida pelo Estatuto da Terra sem, contudo, haver nenhum interesse de modificar a estrutura fundiária existente.

Simultaneamente, o Estado parte para implantar uma nova política, como diz Carvalho (1981, p.254 apud Seminário Internacional sobre Disparidade Regional, op. cit., p. 254):

32

“Uma política do capital industrial no campo, através de expansão de máquinas e insumos modernos, da criação e expansão de empresas agrícolas e agroindustriais e cooperativas capitalistas, da incorporação de novas áreas de fronteiras, da subordinação formal e real da pequena produção, e finalmente da proletarianização da força de trabalho”.

É interessante observar que a partir do final da década de 60, para que este planejamento se torne exequível, foi criada uma série de organismos e programas, seja a nível nacional, seja a nível regional. Daí têm-se, por exemplo, a EMBRAPA, EMBRATER, PROAGRO, PROTERRA, POLONORDESTE, PROJETO SERTANEJO, PRO-VALE, PROCENTRO, etc., além de uma reestruturação do sistema de crédito.

No quadro do contexto estrutural da região Nordeste, uma constatação de suma importância para este estudo refere-se

à situação dos seus recursos humanos em relação à distribuição etária da sua população, à estrutura ocupacional e à situação de escolaridade desses indivíduos.

Quanto à estrutura ocupacional da região, observa-se na distribuição das categorias *“41,0% de empregados, 4,0% de empregadores, 34,0% de trabalhadores autônomos e 21,0% de pessoas sem remuneração”*. (Idem, ibidem, p.65).

Por sua vez, *“75% do total da força de trabalho desempregada era composta por pessoas na faixa etária de 15 a 20 anos”*. (Idem, ibidem, p.64).

Estes dados apresentados são quase suficientes para se comprovar a incapacidade do sistema produtivo de gerar emprego na medida do crescimento da força de trabalho existente na região.

No aspecto de escolaridade, constatou-se a existência de:

“Déficit de escolaridade para a faixa etária de 7 a 10 anos de 25% na zona urbana. Na zona rural, no grupo de 7 a 14 anos, este déficit atingiu o montante de 78,0%. Isto significa que no grupo de crianças e adolescentes com idade escolar de 1º grau, havia em termos absolutos um total de 3.171.617 pessoas, sem freqüentar escola”. (Idem, ibidem, p.67).

33

Logicamente que, conservando-se esta situação de déficit no 1º grau, é inevitável que os índices de analfabetismo continuem por processo cumulativo a se manter também elevados.

Aliás, cabe aqui destacar que:

“Em 1970, 8,4 milhões de pessoas de mais de 14 anos eram analfabetas. Isto significava 55,0% do total da população incluída nesta faixa de idade.

Deste montante, 2,3 milhões (35,0%), concentravam-se nas zonas urbanas, enquanto 6,1 milhões, ou seja, 70,0% desta população encontravam-se na zona rural". (Idem, ibidem, p.67).

Isto vem demonstrar as condições estruturais em que se realizam os programas ou campanhas de alfabetização voltadas para uma população adulta desintegrada econômica, política e socialmente do processo participativo nacional. As próprias estruturas produtivas da região, via de regra, não exigiam, nem tampouco estimulavam o conhecimento da leitura e da escrita para essas massas, em função do seu engajamento na força de trabalho. Isto significava a perpetuação de mecanismos de discriminação entre os que podem e os que não podem compartilhar ou usufruir o seu direito à educação por razões eminentemente estruturais.

34

Pelo que se pode apreender, no contexto conjuntural da sociedade brasileira, no decorrer, dos anos 60, a tentativa de desenvolvimento da região Nordeste, inclusive já tardia dentro do conjunto nacional, não poderia deixar de se apresentar sem conflitos que manifestam as contradições dos interesses antagônicos de grupos sociais um tenso confronto.

A proposta de industrialização do Nordeste tem as marcas do desenvolvimento dependente e associado do capitalismo periférico. Ela se orienta necessariamente por interesses extra-regionais, tornando-se insuficiente ou inadequada para responder satisfatoriamente as necessidades da região e de sua população econômica, política e socialmente.

3. SÍNTESE CONCLUSIVA

Em síntese e à guisa de conclusão, no Nordeste, a acele-

ração e diversificação do parque industrial e a modernização da estrutura urbana e do setor agrícola ocorreram no auge da crescente internacionalização da economia brasileira, em pleno desenvolvimento do oligopólio e através de um Estado autoritário e centralizador.

A redefinição e reestruturação da sociedade, no pós-64, pautadas na adoção de um modelo político e ideológico bem definido e menos ambíguo que o do pacto populista, implicaram a utilização de um mecanismo de controle social e a ampliação dos conceitos de Segurança e Desenvolvimento, como uma nova ideologia do Estado. Nisto se fizeram as estratégias imprescindíveis para legitimação do novo regime político, mas que resultaram também no efeito perverso de uma intensa repressão policial e pára-policial apoiada pelo aparelho estatal. Já não havia mais condições para mobilização das massas ou suas organizações, reivindicando a participação do poder, seja econômico, seja político.

35

Este pacto de sustentação possibilitou o regime autoritário militar por vinte anos e um clima da chamada cooperação internacional que embasava os acordos entre países do centro e da periferia, suprimindo os países subdesenvolvidos com recursos para suas propostas de um desenvolvimento que assegurasse a manutenção da ordem internacional.

É neste enquadramento que aparecem um organismo como a United States Agency for the development - USAID e um programa como a Aliança para o Progresso. Dependentes deles, convênios e acordos foram firmados para projetos educativos entre os quais a campanha de educação de adultos chamada Cruzada de Ação Básica Cristã.

Nos documentos analisados sobre a Campanha aparece uma certa euforia da convicção de que a ABC seria a resposta moderna para a educação das massas no Brasil, em uma nova ordem política.

Capítulo II

A CRUZADA ABC: GÊNESE, EVOLUÇÃO E O CASO

1. INTRODUÇÃO - A GÊNESE DA CRUZADA ABC

O objetivo desse estudo é a dimensão política dos movimentos ou campanhas de educação de adultos, a partir do caso concreto da Cruzada ABC.

Nosso questionamento se formula nestes termos: como surgiu a idéia de um movimento de educação de adultos, nos meios presbiterianos, no início da década de 60? Quais os obstáculos encontrados para suas propostas iniciais e quais foram as circunstâncias que propiciaram seu desenvolvimento no clima político das mudanças pós-64?

Para chegarmos à elaboração deste texto, propôs-se um quadro de referência histórica para situar no tempo e no espaço o fato da origem, desenvolvimento e extinção da Cruzada.

37

Retomamos nossa hipótese teórica subjacente a toda esta análise: a existência de uma relação de integração de unidade e de coerência entre o contexto econômico, social e político e os movimentos ou campanhas oficiais ou oficializadas de educação de adultos. Estes movimentos nascem, crescem e morrem de acordo com as pressões deste complexo contexto.

Neste capítulo se analisará a Cruzada ABC, descrevendo sua origem e desenvolvimento, organização, estrutura e funcionamento.

O esforço analítico não é, porém simplesmente descritivo. Ele pretende identificar e caracterizar as relações da cruzada ABC com o contexto já referido, a partir da crítica desta campanha, em si mesma, da sua própria natureza e de seu funcionamento como projeto pedagógico.

A história da proposta, implantação e implementação

da Cruzada ABC se insere no quadro de um despertar missionário das igrejas protestantes, de modo especial nas missões Norte do Brasil⁶.

Oriunda dos ideais missionários presbiterianos de origem norte-americana, endossados pela Diretoria das Missões para o Mundo, através do subcomitê de campo para a América Latina⁷, surge no Nordeste do Brasil, no ano de 1965, um movimento de educação de adultos denominado Cruzada de Ação Básica Cristã ou Cruzada ABC – como ficou conhecida.

Esse programa educativo que durou até ao ano de 1970 foi desenvolvido em cinco Estados nordestinos, bem como no antigo Estado da Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro.

Os documentos históricos do programa relatam que desde 1947, os líderes da Cruzada ABC, vinham participando “na história da Alfabetização no Brasil”⁸. Esta participação limitava-se, porém, ao preparo do material didático, especialmente

38 Cartilhas para Alfabetização. Até ao ano de 1961, foram preparados, com a participação de missionários protestantes, os livretos Ler e Saber e a Cartilha ABC, impressos e distribuídos pelo Ministério da Educação e Cultura, quando da implantação do Programa de Educação Popular denominado Programa de Emergência⁹.

Este programa, com vigência de seis meses e objetivos fixados à luz das orientações da Aliança para o Progresso, elaborados na Reunião de Punta Del Este, pretendiam integrar as propostas educacionais aos objetivos globais do desenvolvimento nacional, antecipando-se, inclusive, as futuras diretrizes assumidas pelo sistema educacional no Brasil, a partir de 1964.

Esse Programa de Emergência possibilitou que alguns professores presbiterianos, vivenciando com mais proximidade a problemática da educação de adultos, elaborassem um projeto com vistas à, em cooperação com o Governo do Estado, desenvolverem um trabalho educativo nas escolas primárias do Recife.

Este projeto, aprovado pelas Missões Norte do Brasil, após o endosso da Diretoria das Missões para o Mundo, foi encaminhado pelas Srtas. Gertrude Maisson, Edla Oliveira, Irecê Wanderley, Ann Pipkin e pelo Prof. Mauricio Wanderley, representantes do Colégio Agnes Esrkine¹⁰ ao então Governador de Pernambuco, Sr. Cid Sampaio no ano de 1961.

No dia 28 de dezembro daquele ano, o Sr. Cid Sampaio assinava um acordo com o Colégio Agnes, no sentido de aproveitar os alunos do Curso Normal, para supervisionar escolas primárias evangélicas, localizadas na cidade do Recife.

Por esse acordo o Governo, através da Fundação de Promoção Social, pagava aos professores e constituía um fundo para administração e equipamentos das escolas primárias, mantidas em prédios escolares fornecidos pela Igreja Evangélica, além de fornecer merenda para as crianças.

Este programa foi efetivamente desenvolvido em escolas do Recife. Acreditava-se ser desnecessário a aprovação do Governo Federal, posto estarem a educação primária e normal sob o controle do Governo Estadual. Ainda assim, encaminhou-se ao Ministro da Educação e Cultura, o referido acordo para aprovação oficial.

Os recursos destinados a esta experiência foram originados do Convênio USAID/SUDENE/Estados Nordestinos, assinado em 1961, - destinados a suprir programas de ensino primário e educação de base - e gerenciado pela Fundação da Promoção Social do Estado, em convênio com o Colégio Agnes.

Segundo seus organizadores, em aproximadamente dois anos, o Programa de Alfabetização chegou a alfabetizar 2.100 alunos do ensino primário, através da utilização do método Laubach, contando para isto com a participação de 1.200 professores voluntários, preparados pelos implantadores no Brasil, do referido método.

Em termos de estruturação, a cidade do Recife, foi divi-

dida em dez zonas, cada uma delas com um supervisor responsável pelo funcionamento do curso na sua área específica. Como material didático, adotou-se a Cartilha “Podemos Ler em Pernambuco”, textos mimeografados e cartazes, além de utilizarem-se técnicas audiovisuais.

Durante a vigência do referido convênio, as aulas funcionaram em 110 unidades do Recife, chegando inclusive a penetrar no interior de Pernambuco. (Diário de Pernambuco, 1963).

Apesar de não se ter informações mais precisas sobre o término do convênio, acredita-se que este tenha se verificado no final de 1962, vez que no início do ano de 63, o Presidente em exercício da Fundação da Promoção Social, responsável por este programa, Sr. Luiz Fernando Guedes Pereira, esclarecia à reportagem do Diário de Pernambuco, “*nenhum sentido político ou doutrinário orientou (grifo nosso) as Escolas da Fundação dentro e fora do plano Laubach (...)*”. (Diário de Pernambuco, 1963).

40

Ora, por essa afirmação nota-se que o programa já havia sido extinto como também, que o seu propósito educativo não parecia adequar-se ao estilo do projeto de educação defendido pelo novo Governo de Pernambuco, voltado mais diretamente para a consciência crítica dos alfabetizados sobre as condições políticas do País¹¹.

Da parte da Igreja Presbiteriana, a grande preocupação era a de manter o caráter missionário e evangélico nos seus programas educativos, sem uma perspectiva de mobilização política das camadas populares. Logo, aquela pequena experiência levada a cabo pela Missão Presbiteriana do Norte do Brasil, tendo a frente o Colégio Agnes em convênio com o governo do Estado administrado pelo Sr. Cid. Sampaio não era mais o tipo de iniciativa que tivesse aceitação de quantos defendiam uma educação de adultos com engajamento político.

Neste outro momento, Pernambuco contava, com um razoável número daquelas novas experiências de educação popu-

lar, mesmo que não se tivesse ainda garantido uma unidade de orientação que reunisse os vários movimentos em torno de uma frente única, na área da educação popular.

Mesmo quando as propostas educacionais dos missionários presbiterianos fossem inadequadas às propostas político-pedagógicas dos movimentos de educação da época, a equipe missionária presbiteriana de Recife não deixou de encaminhar para a diretoria das Missões para o Mundo, um amplo projeto de Educação Primária, a ser desenvolvido em todo o Estado de Pernambuco e demais Estados do Nordeste.

Em reunião ocorrida nos dias 22 e 23 de janeiro de 1962, a Diretoria das Missões aprovou o Plano apresentado, levantando a possibilidade de se estabelecer um outro convênio com o Governo de Pernambuco e com o Colégio Americano Presbiteriano George Peabody, localizado em Nashville - Tennessee, nos Estados Unidos¹².

O Secretário das Missões Presbiterianas para a América Latina, o Sr. Joseph R. Woody admitia, que *“este programa em cooperação com o Colégio Peabody, servirá como base para se construir um programa maior”*¹³.

Adiantava ainda este senhor, ser recomendado que a Diretoria das Missões concedesse permissão para a Srta. Gertrudes Maisson e ele próprio (Sr. Woody) representarem o Colégio Agnes e as Missões, nos contatos a serem efetuados com o Colégio Peabody. Finalmente, alertava para que a Missão Norte do Brasil tomasse medidas para manter o chamado caráter cristão do Projeto Educativo¹⁴.

Em princípio, pensou-se que, através da cooperação formal, o Colégio Peabody poderia assumir a responsabilidade pela administração técnica do novo projeto - junto com a Escola Normal Agnes Erskine - e o financiamento necessário de fundações americanas, que apoiavam outros projetos similares, nos quais o Peabody já havia participado.

Existia, nestas alturas, uma visível preocupação destes protestantes seja no que tange ao encaminhamento das propostas missionárias de evangelização, como também quanto aos rumos das próprias relações internacionais, em um mundo dividido em dois blocos antagônicos, com recrudescimentos de guerra fria.

No ano de 1962, o presidente do George Peabody College For Teachers, Sr. Felix C. Robb, pronunciando-se a respeito do referido projeto de assistência técnica para a educação primária do Brasil dizia: *"Nós estamos agradecidos pelos planos de prestação de serviço no sul do continente. (...). Nesta época em que as relações internacionais, assim como a cristandade mundial estão em jogo"*¹⁵.

42 Ora, após o ano de 1961, as condições históricas da sociedade brasileira ofereciam dificuldades para implantação de um projeto educativo levado a termo por pessoas de origem americana, sobretudo se tivesse o endosso e o suporte financeiro da Aliança para o Progresso, como era a intenção do grupo proponente¹⁶, não que se negasse apoio oficial, mas porque o clima político se mostrava hostil.

Ainda assim, durante todo o ano de 1962 e 1963, muitas foram as correspondências mantidas entre os membros da diretoria das Missões para o Mundo e a Missão Norte do Brasil.

As propostas tinham, entretanto, uma diretriz única: encontrar os possíveis caminhos para implantação do projeto educativo. Foi com este propósito que se enviou ao Brasil o missionário Pierre Dubose Júnior, então residente nos Estados Unidos. Este Senhor que no futuro se transformaria no Presidente da Cruzada ABC, era considerado a pessoa adequada para negociar o projeto junto às autoridades americanas e brasileiras, tendo em vista a sua carga de informações sobre os procedimentos formais que se deveriam adotar, na área da burocracia estatal¹⁷.

Desta feita, como representante direto das missões presbiterianas no Brasil e do Colégio Agnes Erskine, haveria

maiores chances de se formalizar o necessário pedido de ajuda, aos organismos federais do Brasil e às autoridades da AID.

Saliente-se, que foi o próprio Pierre Dubose (1963), quem orientou as missões no sentido de modificar o seu projeto inicial. Ao invés do programa se voltar para a educação primária como se havia pensado, inicialmente, este deveria se preocupar com a problemática do adulto analfabeto¹⁸.

Partiu também dele a sugestão que se mantivessem contatos com outros órgãos federais e Ministérios, com vistas a atacar todos os possíveis caminhos alternativos.

É neste sentido, portanto, que Dubose (op. cit.) enfatizava: *“Enquanto se pressiona a SUDENE, mantendo-se a ocupada, é minha opinião que não se deveria contentar em trabalhar apenas com a SUDENE e a AID em Recife”*¹⁹.

Ao mesmo tempo, em relação aos problemas do Brasil, prosseguia:

43

“Há uma urgência, tanto do ponto de vista da necessidade do Brasil, como da pressão, para demonstrar o sucesso da AID nos próximos 18 meses desta administração de Kennedy.

Nossa posição neste programa tal como eu vejo é: Ser a força inicial.

Quem é mais qualificado do que nós para saber as necessidades do Brasil e as possibilidades dos Estados Unidos e como unir as duas coisas?

(...) Eu tenho achado que é muito mais fácil interessar as fundações dos Estados Unidos a fazer concessões para o nosso programa específico (educação de adultos), em todo o contexto do programa brasileiro – AID, do que em um programa que foi inicialmente imaginado educação de crianças).

As concessões das fundações para o nosso programa

específico nos permitirão perseguir certos objetivos particulares que a AID não cobrirá²⁰.

Logo, nós teremos a oportunidade de iniciar um programa básico geral de educação no Brasil, que está desesperadamente necessitado de uma fundação para construir uma sociedade democrática forte que funcione como uma das agências guias em desenvolvimento. (Esquematisando nossos 100 anos de experiência Brasil X Estados Unidos)²¹.

Nota-se através das colocações de Dubose que este, por excesso de conhecimento ou por negligência fazia questão de ignorar a realidade conjuntural brasileira daquela época. Não foi considerado que, naquele momento floresciam com todo o vigor nos cenários nordestinos, programas voltados para o Povo e impregnados de conotações educativas totalmente antagônicas à sua proposta.

44

Para estes programas a mensagem educativa deveria propiciar ao alunado a tomada de consciência política, fato que ajudaria às mudanças estruturais da sociedade.

O novo governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arraes, ao substituir o antigo dirigente Cid Sampaio, deixava bem claro sua posição anti-imperialista, como de resto era a posição de seu staff e dos grupos de pressão, fossem esquerdistas, fossem nacionalistas intransigentes.

Em julho de 1963, o Secretário das Missões para a América Latina já não se mostrava tão otimista. Na sua opinião a missão deveria transformar o projeto inicial em um outro de dimensões mais modestas. Este outro projeto educativo seria supervisionado por líderes evangélicos brasileiros empregando recursos oriundos das missões e fontes nacionais.

Realmente, sérios obstáculos precisavam ser transpostos: a indisponibilidade do Colégio Peabody para se envolver no Pro-

jeto, sem ter maiores seguranças dos recursos; dificuldades de se conseguir ajuda financeira da Fundação para um projeto privado²² e, acima de tudo, as dificuldades encontradas no Brasil, para se obter o apoio do Governo Local, com um projeto sobre a proteção da AID.

A situação sócio-política do Nordeste, principalmente de Pernambuco, não era ignorada pelos missionários radicados no Brasil. Tanto foi, que, em resposta à otimista carta de Dubose, à Srta. Ann Pipkin, Secretária da Missão Presbiteriana Norte do Brasil, salientava:

“Questões têm aparecido a respeito do uso dos fundos da AID para executar este projeto.

Estas questões têm surgido por causa das modificações que ocorreram no Brasil desde que o Projeto foi aprovado pela 1ª vez, pela diretoria, em 1961.

(...) Deveríamos considerar que o anti-americanismo no Brasil tem se tornado muito mais intenso. Os estudantes (...) têm sido alvo especial (...) da propaganda comunista e alguns sucumbiram. (...) Parte da propaganda é que os missionários estão (no Brasil) como agentes de seus governos imperialistas.

Dúvidas surgem nas mentes dos missionários se seria conveniente para as Missões de tornar mais associadas aos Governos, através de promoções de projetos financiados por estas instituições. Afirma-se que a Igreja não deveria se ligar ao Estado e suas políticas²³.

45

Mais adiante a Srta. Pipkin, ao fazer uma análise sobre o novo governador pernambucano, ressaltava:

“O atual governador, Miguel Arraes, é identificado

com os esquerdistas.

O *Jornal do Comércio de Recife* publicou a seguinte nota, no dia 25 de março deste ano:

“O governador Miguel Arraes, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Aliança para o Progresso, lembrou as críticas que fizera anteriormente aos acordos celebrados por Pernambuco com aquele programa de ajuda, afirmando entre outras coisas, que a Aliança tencionava intervir no campo educacional.

O governador não quer que, “no ensino dos nossos filhos haja interferência de quem que seja”. Não admite “tal influência que ofende nossas leis”.

Além disso, a Aliança para o Progresso representa para o Sr. Arraes um perigo para a unidade nacional²⁴.

46

Acrescenta ainda Miss Pipkin, “o novo Secretário Estadual de Educação Dr. Germano Coelho tornou clara sua posição, em um discurso sobre “a Revolução Brasileira”, pois, “falou fortemente contra a Aliança para O Progresso, dizendo que os americanos estavam usando tudo isto para dominar o País²⁵”.

Continuando o seu relato, alertava que:

“Um maior obstáculo para que o governo do Estado solicite fundos da AID (...) é que a Aliança planeja solicitar que os brasileiros contribuam para os fundos em qualquer projeto; (...) uma com a visão política das autoridades estaduais, sendo o que são, não seria de bom gosto que elas contribuiriam para um programa conjunto²⁶”.

Nota-se através de passagens desta correspondência, que

o grupo não encontrava a fórmula necessária para a concretização do seu projeto educativo. Por um lado, havia a necessidade de estabelecer contatos com as agências oficiais, mas, por outro, havia o temor de que o envolvimento da Igreja nas questões políticas do Estado pudesse trazer conseqüências desagradáveis para o próprio trabalho missionário²⁷.

Há de convir-se que o sentido maior do projeto para os missionários protestantes tinha uma dimensão eminentemente evangélica, tida como proselitista por seus críticos.

Como diz Ponce, 1982, p.119-20):

“O protestantismo, ao dar ao homem a responsabilidade da sua fé e ao colocar a fonte dessa fé nas Sagradas Escrituras, assumiu, ao mesmo tempo a obrigação de colocar todos os fiéis em condições de salvar as suas almas mediante a leitura da Bíblia. Desse modo, a instrução elementar passa a ser o primeiro dever da caridade...) Lutero compreendeu a estreita relação que existia entre a difusão da rede escolar e a propriedade econômica.”

47

Cabe agora uma indagação: seria possível desvincular o processo educativo do comprometimento com as políticas do Estado? Estreitamente relacionada à estrutura econômica das classes sociais, a educação dependendo de cada momento histórico, não poderia deixar de ser um reflexo necessário e até certo ponto prioritário das aspirações dessas classes. Desta forma, o caráter evangélico que dava ênfase ao trabalho deste grupo, não poderia sob nenhuma hipótese, se desvincular das pressões exercidas pela estrutura econômica e social em que se realizava.

Infelizmente, não se dispõe de documentos referentes à evolução do projeto educativo proposto pelas missões, a partir do segundo semestre do ano de 1963. Acredita-se, que muito

provavelmente, as tramitações e negociações continuaram a ser mantidas, uma vez que, no dia 23 de agosto de 1965, na Sala de Conferências da SUDENE, era assinado um acordo entre o Colégio Agnes Erskine, SUDENE e USAID, para se implantar no Nordeste do Brasil um programa de alfabetização de adultos chamado Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC)²⁸.

2. A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO CRUZADA DE AÇÃO BÁSICA CRISTÃ - CRUZADA ABC

Descrita a preparação para o surgimento da Cruzada ABC, pergunta-se, agora, como esta se estruturou e como se implantou, a partir do Recife em alguns estados brasileiros, no pós-64?

48

As mudanças do regime político em 1964, convergiram perfeitamente para as aspirações daquele grupo de missionários protestantes que idealizava um projeto de educação a ser desenvolvido no Nordeste do Brasil, com características de uma proposta educacional dita apolítica.

Com efeito, após um período de quase cinco anos de indefinições, puderam-se, finalmente, concretizar as formalidades exigidas para a consecução do perseguido projeto educativo.

Consta nos documentos oficiais da Cruzada ABC, que:

“imediatamente, depois da revolução de 31 de março”, os mesmos líderes da Cruzada ABC que vinham participando da história da alfabetização no Brasil, desde de 1947, “reuniram-se no Colégio Evangélico Agnes Erskine e fizeram o planejamento de um programa extensivo de educação de base de adultos”. (Objetivos da Cruzada ABC, 1968, p.2).

Acatando, possivelmente, as determinações do Sub-Co-

mitê de Campo para a América Latina – Diretoria das Missões Presbiterianas para o Mundo, não foi mencionado qualquer envolvimento destas Missões com o movimento - Cruzada ABC.

Assim, contando com a presença dos Srs. Stewary Van Dyke, Diretor da USAID para o Brasil, David Bronheim, Diretor da USAID para a América Latina, de João Gonçalves de Souza, Superintendente da SUDENE e da Srta. Edla Oliveira, Diretora da Cruzada ABC, foi assinado, no dia 23 de agosto de 1965, como já se mencionou, o convênio efetivado entre a SUDENE/ USAID/ AGNES, para a implantação do movimento no Estado de Pernambuco.

As regras do jogo político haviam mudado. Em primeiro lugar, a política nacionalista e anti-imperialista cederam vez a uma nova orientação, totalmente voltada para conciliar os interesses dominantes no sistema econômico e político-social com os interesses do capital internacional, especialmente representado pelos Estados Unidos. Considere-se, ainda, que o Governador Miguel Arraes havia perdido o poder, e com ele todo o seu staff. Logo, as barreiras existentes, naquele Estado, puderam ser mais facilmente transpostas.

49

Em segundo lugar, muitos dos movimentos populares, desenvolvidos no Nordeste, foram suprimidos e até severamente reprimidos.

Finalmente, a nova postura político/ideológica do Estado, precisava contar com instrumentos que veiculassem suas novas propostas e atendessem seus interesses, no âmbito da educação das massas populares.

◀ Desta forma, a Cruzada poderia perfeitamente, como um programa de caráter emergencial, preencher as lacunas deixadas pelos extintos movimentos educativos, enquanto se ajustava aos interesses do novo regime.

Pela constatação das intenções proclamadas do recém-implantado regime político, vê-se não existirem maiores preocu-

pações em favorecer a participação das massas na vida política do País. Assim, conforme Martins (1975, p.37-8):

“Há uma preocupação em suspender os movimentos populares, enquanto expressão de uma vontade própria que emana de fontes enraizadas na sociedade civil e reclamam, por conseguinte a substituição desses movimentos por formas organizacionais, liderança política, condição de vida e conteúdos ideológicos, principalmente planejados e calculadamente outorgados de cima para baixo, pelas vias alternativas e complementares representados pelo aparelho repressivo e o aparato publicitário. Em contrapartida das as clivagens que configuram o quadro político, (...) supõe a formação de uma frente de combate em que as forças populares marchem ao lado do liberal-imperialismo”.

50

Enquanto os novos ocupantes do poder estruturavam as modificações na política do Estado brasileiro, os líderes da cruzada ABC claramente manifestavam seu apoio, ao movimento militar:

“Os líderes militares brasileiros que se voltaram contra a corrupção e o comunismo na Revolução de 31 de março de 1964, voltaram-se novamente em outubro de 1965, para tomar até medidas mais fortes a fim de preservar os ideais da democracia”. (Smith, 1965, p.105).

Ao se apreciar o projeto educativo recém-implantado, a marca religiosa do movimento fica bem caracterizada.

“Cruzada é a palavra do dia do Brasil. Nós da Igreja Evangélica estamos engajados em grandes cruzadas para o evangelismo, alfabetização e o desenvolvimento do homem de acordo como Deus deseja que ele seja. No Norte e Nordeste do Brasil, com 23 milhões de habitantes, problemas de massa como doença, pobreza e analfabetismo, todas as forças devem se unir para combater. Certamente (Cruzada) é uma palavra apropriada visto que parte da sua tradução original significa marcar com a cruz. Isto representa que somente o poder de Cristo pode fazer com que os males sejam remediados”. (Idem, ibidem).

Observam-se aí, um equívoco e um risco: em primeiro lugar em achar que através desse movimento educativo, poder-se-ia libertar o homem da doença e da pobreza, quando é sabido que estes males são decorrências diretas das relações de produção vigentes e da opressão e dominação a que as massas populares estão submetidas. Em segundo lugar, uma mentalidade religiosa acrítica que mistifica a pessoa de Cristo e a adesão do homem a ele, sem uma ação política eficaz, resulta em *“fator de alienação ideológica”* (Alves, 1979, p.45).

Tendo como *“meta prioritária ensinar a ler e escrever a um milhão de adultos, durante um espaço de cinco anos, a Cruzada ABC, iniciou sua experiência através de um projeto Piloto, realizado na cidade do Recife, nos bairros de Pina e Brasília Teimosa, no mês de julho de 1965”* (Relatório sumário das atividades do departamento da cruzada de ação básica cristã – RSADCABC, 1967, p.1), ou seja, antes mesmo que se oficializasse o necessário convênio.

Nesta experiência que contou com a participação de 200 professores voluntários²⁹ e com uma matrícula de, aproximada-

mente, 2.000 alunos, foram testadas as técnicas de ensino e o material didático. “Prepararam-se a seleção do pessoal para os diversos departamentos e a dos futuros professores voluntários. Elaborou-se, também, o conceito de desenvolvimento de comunidade, assim como, a filosofia de educação de base do movimento” (Idem, ibidem, p.1). Experimentaram-se, enfim todas as estratégias que iriam ser utilizadas no programa definitivo.

A respeito desta experiência, pronunciaram-se os autores do relatório já citado:

“hávia muito receio da parte dos técnicos da Cruzada ABC de que não teriam a desejada receptividade nas comunidades.(...) Surpreendentemente, ao contrário do que se esperava, a receptividade foi muito além do previsto, apesar de certas reservas e dúvidas de alguns sobre um programa novo, num bairro que fora muito explorado anteriormente, por vários outros programas inadequados ou falsos”. (Idem, ibidem, p.3).³⁰

52

No programa experimental, as classes funcionaram em média cinco meses; com 66 aulas, num total de 99 horas de ensino básico. O material didático utilizado foi principalmente a Cartilha ABC, (preparada durante a experiência do programa de emergência em 1961), após uma prévia revisão efetivada pelo Departamento de Currículo da Cruzada. Aos alunos praticamente já alfabetizados, foi oferecido material de leitura suplementar, introduzido paralelamente com o ensino da Cartilha. Ao final da fase de experiência, ministram-se noções de ciências e matemática.

Os resultados apresentados neste trabalho foram os seguintes:

- a) alunos matriculados:2.079;

- b) média de assiduidade às aulas: 95%;
- c) número de concluintes do curso: 1.1989;
- d) desistência: 14,2%;
- e) reciclagem de 610 pessoas para adquirirem proficiência e um vocabulário básico de 700 palavras.

Acredita-se que o percentual de desistência 14,2%, não tenha sido calculado considerando-se a matrícula inicial (2.079) e o número de concluintes (1.189). Se assim fosse, esta taxa de abandono, passaria de 14,2% para 55,2%.

Enquanto esta experiência era implantada no Recife, em João Pessoa-PB., desenvolvia-se, também, uma experiência com alfabetização de adultos, seguindo o método Laubach. Mas, ainda não era, propriamente, a Cruzada ABC.

A respeito desse movimento, assim se pronunciou Lídia Almeida, implantadora do referido programa de alfabetização de adultos nesse Estado:

“Em 1963, fui convidada pelo então Secretário da Educação do Estado, Dr. Nominando Diniz, para implantar um pequeno movimento de Alfabetização de Adultos, utilizando o método Laubach e contrapondo-se conseqüentemente ao método Paulo Freire”³¹.

Este trabalho foi realizado no Varjão, um dos bairros mais pobres e populosos da cidade, naquela época, e contou com a participação de 30 mulheres analfabetas pertencentes à Igreja Protestante.

A extinção dos programas que seguiam a metodologia proposta por Paulo Freire, em 1964, propiciou a ampliação desta tentativa experimental no campo da educação de adulto.

Com efeito, a partir de então, a organização passou a ter a melhor aceitação do Gabinete do Secretário de Educação do

Estado, recebendo toda a infra estrutura necessária à sua implementação, inclusive recursos vindos do Ministério da Educação destinados, anteriormente, aos extintos programas de Educação de Adultos. (Idem, ibidem).

Faltavam, entretanto, maiores condições financeiras para que se expandisse a programação por todo o Estado, como era o objetivo³², ainda que o regime da chamada revolução de 64 tenha oferecido todo o apoio à implementação desta experiência.

Para a líder da implantação da Cruzada no Estado, a identificação entre o seu trabalho educacional e o aparelho estatal aparece claramente neste trecho de sua entrevista:

“Certa vez, o Arcebispo do Estado (...) tentou criticar o movimento durante um sermão, dizendo que ele tinha um caráter evangélico e que na sua ação existia influência evangélica.

Fui procurar o Governador e disse: Governador, o Arcebispo, que tem muitas tendências comunistas, está falando contra o serviço de educação do Estado (...). Ele atacou o nosso trabalho, criticou o nosso programa, mais esqueceu que ia acabar com o Estado. Estamos em plena revolução”.

54

Observe-se que a forma como foi colocada esta denúncia não implicava, apenas, em fazer cessar o discurso que poderia obstacular a concretização dos interesses educativos do movimento educacional evangélico. A questão assume uma dimensão mais abrangente, colocando esta ação educativa como uma autêntica representante da ordem estabelecida e da manutenção do status quo.

A oportunidade para que a Cruzada vá se implantando e assumindo este papel hegemônico na Paraíba, surge quando a educadora entrevistada, na sua condição de evangélica, toma

conhecimento de que os *“americanos estavam investindo boas verbas na experiência de Recife”* já então denominada Cruzada ABC.

Assim, entrando em contato com os líderes da Cruzada ABC, a professora Lídia propôs integrar-se a este movimento, em troca de benefícios financeiros, oferecendo em contrapartida, sua experiência e prática nesta área de alfabetização de adultos. Colocava ainda à disposição da Cruzada ABC, seus professores, já treinados no método Laubach, os técnicos da SEC/PB, e o próprio compromisso do Estado em assumir este movimento.

Esta oferta era de suma importância para a pretendida expansão da Cruzada, uma vez que a SUDENE, órgão repassador de seus recursos financeiros, exigia uma contrapartida dos governos estaduais, para garantir a sua propagação, em outros estados.

Ora, o apoio do Estado da Paraíba, iria permitir o repasse de recursos à campanha, numa fase em que se fazia o segundo financiamento oficial do movimento. Além do mais, a Paraíba oficializaria a ABC, integrando-a aos programas supletivos de educação de adultos, sob a direção SEC/PB.

55

Mas, a Paraíba, depois de Pernambuco, foi apenas uma segunda etapa de expansão da Cruzada cuja implantação e crescimento inicial foi possibilitado, graças aos recursos obtidos por força do acordo USAID/BRASIL.

Para tanto, a Srta. Edla Gabriel de Oliveira, Diretora do Colégio Agnes Erskine, e então Presidente da Cruzada, encaminhava no ano de 1965 um ofício dirigido ao Sr. Cícero Sales, Diretor da Assessoria Internacional da SUDENE, solicitando que este tomasse conhecimento do projeto de alfabetização, enquanto pleiteava junto a USAID/BRASIL – “Uma contribuição financeira durante o ano de 1965, no valor de quinhentos milhões de cruzeiros” e junto à SUDENE – “Autorização de executar o programa no Nordeste do Brasil”.

O referido ofício solicitava, também, a este Diretor, encaminhamento tanto do Plano de Ação da Cruzada ABC, como

do anteprojeto do convênio que pretendia firmar com a SUDENE/USAID/S

O Plano de Ação da Cruzada ABC era constituído das descrições dos objetivos, currículo, e de suas estratégias de atuação, naquela fase inicial. Era previsto, por exemplo, *“que o programa daria ênfase especial às cidades com mais de 50 mil habitantes, podendo, todavia, assistir cidades de menor porte, inclusive de penetrar na zona rural”*. (Plano de ação da Cruzada ABC, 1966, p.3).

O anteprojeto do convênio, posto à apreciação da SUDENE, justificava sua razão de ser, com base nos acordos celebrados entre os governos dos Estados Unidos da América do Norte e do Brasil, quais sejam:

- 56
- a) O acordo datado de 19/12/1950, relacionado com a cooperação técnica;
 - b) O acordo datado de 30/05/1953, relacionado com os serviços técnicos especiais;
 - c) O acordo datado de 13/04/1962, que fornecia bases para a Promoção do Desenvolvimento Sócio-econômico do Nordeste brasileiro;
 - d) Os acordos feitos com os representantes das Repúblicas Americanas, reunidas em Punta Del Este, Uruguai, que concordaram com a Fundação da Aliança para o Progresso, visando propiciar melhores condições a todos os povos do continente, e que estabeleceram bases para a *“eliminação do analfabetismo entre os adultos”* (Exposição dos motivos do anteprojeto do convênio Agnes/ SUDENE/ USAID, 1965, p.1).

Constava do documento do anteprojeto que o programa teria por finalidade:

“Aperfeiçoar e estender a educação de adultos e educação fundamental básica pelos estados nordestinos, através de um curso intensivo de vinte e oito meses,

nas escolas supletivas gratuitas de caráter popular”. (Idem, ibidem, p.1).

Partia-se, neste texto, da concepção pela qual analfabetos adultos não eram *“somente aqueles que não lêem e escrevem, mas ainda, os que não conhecem os rudimentos da cultura a que pertencem”* (Idem, ibidem, p.2). Assim, o alfabetizado seria a pessoa com habilidade para ler um jornal comum, e com capacidade de entendimento e domínio de pelo menos 2.000 palavras.

Além do mais, era a pretensão da Campanha tornar o adulto membro responsável pela *“comunidade cristã-democrática em que vive, para não ser objeto de exploração, mas elemento de integração na cultura do País”* (Idem, ibidem, p.2).

A respeito deste objetivo, os dirigentes da Cruzada ABC justificavam que havia no,

“Nordeste do Brasil, cerca de 9.400.000 adultos analfabetos (...) classificados sob o ponto de vista econômico como vivendo em condições subumanas.

Politicamente eles são matéria-prima para exploração dos extremistas. Sob o ponto de vista social (...) não tem condições para integrar-se de modo satisfatório, numa sociedade democrática-industrial”. (Melhoramento e ampliação do sistema de alfabetização de adultos no nordeste do Brasil, 196-, p.2).

57

Com este propósito, visavam atingir uma população de um milhão de adultos nordestinos na sua fase inicial de alfabetização. Logo em seguida, pretendiam aproveitar, pelo menos duzentos e cinquenta mil, destas pessoas, oferecendo-lhes o curso primário completo em um prazo de cinco anos³³.

Tratava-se, como se vê, de um projeto educativo que assumiu dimensões identificadas, bem de perto, com os objetivos

imediatos do processo de reorientação econômica e política da sociedade brasileira após 1964.

Em primeiro lugar, utilizando os recursos provenientes da USAID, a ABC integrava-se ao elenco de projetos educativos, assumidos pelos programas de cooperação para o desenvolvimento da educação brasileira. Desta forma, seguindo as linhas gerais da USAID, a campanha compartilhava diretamente da proposta da “ajuda internacional para o desenvolvimento econômico”.

Em segundo lugar, já se podiam vislumbrar, através das suas concepções educacionais, os rumos nitidamente econômicos adotados pela política educacional brasileira, a partir do final da década de 60. Ao se destacar que se deveria preparar o analfabeto para “ser membro responsável pela comunidade cristã democrática” em que vive, ou que o analfabeto “não tem condições de integrar-se de modo satisfatório, numa sociedade, democrática-industrial”; pode-se afirmar que o processo educativo seria concebido como o instrumento capaz de levar o recém-alfabetizado através das técnicas de ler, escrever e contar, a vivenciar os problemas de sua comunidade. Simultaneamente, isto lhe garantiria o ingresso na mão-de-obra qualificada e a possibilidade de participar como força produtiva, no processo de desenvolvimento implantado no País.

Finalmente, ao se conseguir formar entre o alunado, através da ação direta do processo educativo, uma consciência “cristã e democrática” contra as possíveis influências de “grupos extremistas”, estar-se-ia compactuando com os “ideais revolucionários” do Desenvolvimento com Segurança.

No primeiro convênio oficial de apoio à ABC, coube à SUDENE a responsabilidade da supervisão técnica e financeira, sendo reservado à USAID/Brasil, o papel do agente financiador, podendo ainda prestar assistência técnica quando solicitada; enquanto ao Colégio Agnes competia a execução total do programa.

De acordo com as cláusulas contratuais, os recursos seriam depositados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, ou em outro banco oficial, através de conta especial. Foi exigido, no entanto, que a escolha dos bancos deveria ter aceitação oficial da SUDENE e da USAID/Brasil, por serem considerados como parte dos recursos que a USAID se comprometia em por à disposição do convênio³⁴.

A respeito da ajuda da USAID, valeria a pena recordar o esclarecimento do próprio Departamento de Estado Americano:

“O maior erro mantido a respeito do programa de ajuda ao estrangeiro é o de acreditar que enviamos dinheiro do estrangeiro. Nós não o fazemos. A ajuda ao estrangeiro consiste em material, matérias-primas, serviços e produtos alimentares americanos. Desta forma, 93% dos fundos da AID são gastos diretamente nos Estados Unidos”. (Gand, 1980, p.601 apud Madeira, 1982, p.465.

59

Sem embargo, deve-se atentar para o fato de que a política dos países do centro não pode deixar de atender seus interesses beneficiando diretamente sua política econômica. Assim, como diz Tavares (1980, p.21):

“A ajuda financeira da USAID, no campo da assistência técnica, apesar das afirmações em contrário, é canalizada pelos setores do interesse de companhias norte-americanas, em áreas que beneficiam diretamente os americanos e os seus aliados tradicionais”.

O material permanente da ABC_v deveria ser comprado no Brasil ou nos Estados Unidos, no caso de não existir similar no Brasil. Este material seria considerado patrimônio do Colégio Agnes.

No tocante à publicidade, a Cruzada ABC, faria todo o *“possível para dar divulgação adequada aos objetivos desse acordo como parte da Aliança para o Progresso”*³⁵.

Obedecendo esta recomendação, a Cruzada ABC, por longo tempo, afixou e manteve em quase todos os seus documentos e material didático-pedagógico, o logotipo da Aliança para o Progresso. Este símbolo constava ainda nos cartazes e nos locais onde funcionavam algumas escolas ou classes pertencentes ao movimento.

A este respeito, já salienta Arapiraca (1965, p.113 apud Paiva, ibidem, p.344):

*“A USAID, querendo ressaltar sua condição de doador, exigia que tudo fosse feito no sentido de divulgar os acordos de assistência técnica, como parte da Aliança para o Progresso. Assim evidenciava-se “a intenção norte-americana em se apresentar como doador, quando, na verdade, sua participação no processo foi mais identificada como a de um prestador”*³⁶.

60

Finalmente, constava, nos dispositivos oficiais das cláusulas contratuais, que este convênio teria a vigência de dois anos, podendo ser estendido para cinco anos, conforme a avaliação dos seus resultados.

3. A EXPANSÃO DA CRUZADA ABC

A esta altura desta investigação, pode-se perguntar: como se expandiu a Cruzada ABC e como se desenvolveu o seu relacionamento com os Estados? Qual o papel da SUDENE e da USAID e como se fez a integração com os Ministérios, a nível

nacional? Finalmente, na perspectiva da expansão como se deu a difusão de projetos especiais?

O ano de 1967, o segundo em exercício da Cruzada, foi caracterizado como o ano de expansão do movimento, no nível interno e no nível externo.

No nível interno, ampliou-se o programa, introduzindo-se um ensino mais adiantado, 2ª e 3ª fases supletivas, para os alunos que haviam concluído a alfabetização na 1ª fase. (Relatório de 1967, p.1).

Novas frentes de trabalho foram abertas, ocorrendo, por exemplo, sua penetração no Estado da Paraíba, durante o Governo João Agripino, atingindo cento e trinta e sete dos cento e cinquenta e sete municípios existentes. (Idem, ibidem, p.2).

No nível externo, a Cruzada conseguiu penetrar em novos Estados: Ceará, Guanabara, Rio de Janeiro e Alagoas. Apesar de o Governo do Ceará não ter formalizado o convênio, devido a problemas financeiros, (os Estados convenientes assumiram parte das despesas), foi concedido ao movimento todo o apoio. A ABC responsabilizou-se por toda a execução do programa, no Ceará, limitando seu campo de ação à capital. (Idem, ibidem, p.2).

Em contrapartida, na Guanabara, a Cruzada encontrou uma grande receptividade, firmando convênio com o governo estadual, através do Fundo Estadual de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, durante o exercício do Sr. Benjamim Moraes Filho, como Presidente do Fundo Estadual de Educação. Este Senhor, ex-presidente do Supremo Conselho de Igreja, considerado o líder dos pastores protestantes³⁷, foi a pessoa que convidou a Cruzada, a penetrar na Guanabara. Foi também através de sua influência que se implantou o programa no Estado do Rio de Janeiro, durante a gestão do Governador Geremias Fontes³⁸.

Na época da celebração do convênio com o Fundo Estadual de Educação e Cultura do Estado da Guanabara/ Cruzada

137
127 → 82%

ABC, o Secretário da Educação e Cultura da Guanabara era o Prof. Luiz Gonzaga da Gama e Filho. Nota-se que a Cruzada não firmou convênio diretamente com esta Secretaria e sim com o Fundo Estadual de Educação e Cultura, um outro organismo diretamente responsável pelo financiamento da educação neste Estado. O representante desta instituição, na época, junho de 1967, era o Sr. Benjamim Moraes Filho.

Ainda assim, sem uma ligação direta com a Secretaria, o movimento ABC passou a fazer parte de um Programa Educacional e Comunitário, sob a responsabilidade da Divisão de Ensino Primário Supletivo, do Departamento de Educação Primária da Secretária da Educação e Cultura do Estado da Guanabara. Este órgão encarregou-se de executar o Programa ABC, como também, se responsabilizou pela sua direção administrativa.

62 No ano de 1966, a Cruzada objetivando expandir suas atividades, partiu para firmar um novo convênio, desta vez com o Ministério do Planejamento.

Deve-se recordar que a Cruzada, ainda nas suas origens, já pretendia expandir suas atividades pedagógicas, apoiada por Ministérios.

78
A nova relação com o Ministério do Planejamento era uma saída para contornar as dificuldades que a Cruzada encontrava no seu relacionamento com a SUDENE. No dia 30 de setembro de 1966, a Cruzada transferiu a responsabilidade técnica e financeira do movimento, da SUDENE para o Ministério do Planejamento e Banco Central³⁹.

Este novo convênio assinado quando eram Ministros os Srs. Roberto Campos (Planejamento) e Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda), teve seus recursos oriundos do Fundo de Contravalor do empréstimo programa AID.512.2.055⁴⁰.

Mais uma vez, a ABC fazia depender o desenvolvimento da sua programação da ajuda de recursos externos. A carta convênio que formalizou este acordo, justificava a doação dos recur-

sos, considerando o êxito da primeira experiência: o notável sucesso dos métodos e técnicas da ABC, na alfabetização de adultos, a inestimável contribuição para o crescimento e desenvolvimento nacional, representada pelo aumento de alfabetização de adultos e o interesse do governo brasileiro em continuar a expandir o programa⁴¹.

Foi estipulado no convênio que os recursos doados a ABC deveriam ser usados até ao dia 30 de junho de 1967, sendo restituído ao Fundo Especial àqueles que não tivessem sido firmemente comprometidos⁴².

Finalmente ficava estabelecido que a Fundação Agnes que desde o início respaldava a Cruzada como uma entidade mantenedora podia ainda usar, para expansão deste movimento, recursos próprios ou oriundos dos vários Estados ou municípios brasileiros, além de outras fontes existentes. (Paiva, op. cit., p.273 e notas 191-2/ p.347).

Nestas altura, a Cruzada já contava com várias fontes de financiamento. Contou com a ajuda financeira de instituições como: Banco Brasileiro de Desconto (BRADESCO), Igrejas Evangélicas da Holanda e da Alemanha, Fundação Reynald Tabacco Company, Legião Brasileira de Assistência, além de algumas indústrias e sindicatos brasileiros. Mesmo assim, seus dirigentes perceberam a necessidade de partir para explorar novas formas de obtenção de recursos. Foi então que a ABC manteve novos contatos com a USAID/ MEC/ MINIPLAN com vistas a assegurar a continuidade de seus propósitos educativos.

Após alguns encontros dos dirigentes da ABC, com representantes do MEC, foi assinado no dia 10 de agosto de 1967, o convênio com o Ministério da Educação e Cultura, através do seu titular Ministro Tarso Dutra.

Com a formalização do convênio, a avaliação técnico-pedagógica da ABC seria feita pelo MEC, com o endosso da USAID. A partir de então a responsabilidade financeira deste

organismo seria transferida para o governo federal (Relatório da ABC, 1961, p.5).

O estabelecimento deste novo compromisso oferece a ABC a oportunidade de se integrar efetivamente nas atividades desenvolvidas pelo MEC.

Nesta fase a Cruzada achou que havia alguma possibilidade do movimento educativo se tornar um programa de alfabetização de âmbito nacional. Seus líderes, movidos, possivelmente por estes propósitos, reformaram os estatutos da Campanha de Educação, tornando-a uma sociedade civil (Reforma dos estatutos sociais apud Diário oficial, 1969, p.4007-1).

Esta nova sociedade passou a ser mantida com recursos do MEC, MINIPLAN, USAID e governos estaduais, que adotassem o Programa de Alfabetização (Relatório da ABC, 1968, p.1).

91 64 A inclusão da ABC nos programas semi-oficiais do Ministério da Educação, ofereceu ao movimento maiores oportunidades de se tornar conhecida nos círculos governamentais ao País.

A ABC no final do ano de 1966, ainda em sua fase de implantação, já obtinha sucesso nos meios da administração estadual de Pernambuco, ao ser reconhecida como programa de utilidade pública – Lei 5.947 de 27/12/66 e pelo município do Recife – Lei 9.703 de 17/12/66.

Enfatizando sempre o seu papel de um movimento disposto a restringir a problemática do analfabetismo e de cooperar com as propostas desenvolvimentistas do País, a Cruzada ganha a adesão do MEC e do Governo Federal.

Com efeito, de um modo geral, as atividades experimentais da Cruzada mostraram resultados positivos, a ponto de a ABC ser considerada como entidade de utilidade pública pelo governo federal. Este fato se deu através do Decreto de nº 63.635 de 19/01/68, assinado pelo Sr. Presidente da República General Artur da Costa e Silva.

Ainda que seus recursos se mostravam insuficientes para atender todos os objetivos propostos, a Cruzada vivenciava uma época de plena ascensão, expandindo substancialmente sua área de atuação e suas atividades.

Finalmente, um convênio foi estabelecido entre o governo de Alagoas e a Cruzada, através da prefeitura da Capital, em novembro de 1967⁴³.

O clima da campanha era de entusiasmo e até mesmo euforia. Realmente, além de penetrar oficialmente em sete Estados do País, por intermédio de convênios firmados com governos estaduais, outros acordos e convênios se efetivavam com prefeituras municipais, entidades educacionais, indústrias, presídios, colônias rurais, quartéis do Exército e Marinha, empresas de Construção Civil, Voluntários da Paz, Rede Ferroviária Federal, etc.

Foi assim que a Cruzada, na sua condição de executora de "Projetos Especiais de Alfabetização", conseguiu estender suas atividades aos Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal⁴⁴.

65

A Cruzada porém já não se dava por satisfeita em ser apenas um programa educativo responsável por cursos de alfabetização ou pelo ensino supletivo.

À medida em que se tornava aceita pelas comunidades e pelas entidades governamentais, como entidade educativa, tentava ampliar simultaneamente seus horizontes.

Pelo que se pode detectar nos seus documentos, a Campanha que foi implantada como tendo caráter emergencial e missionário, tornou-se mais permanente e menos pastoral.

A partir de então transformou-se numa Fundação, momento em que se apresentou como uma instituição de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública, com duração por prazo indeterminado.

Como toda sociedade civil, a ABC não mais se denomi-

nava um programa emergencial, como havia sido inicialmente pensada. A sua vigência não seria mais de cinco anos, conforme as cláusulas contratuais do primeiro convênio. A dissolução do programa, pelos seus estatutos, somente ocorreria por decisão de dois terços (2/3) dos seus associados, ou quando o Programa não pudesse mais atender ao objetivo social. Isto ficaria, entretanto à critério da Assembléia Geral. (Paiva, op.cit.).

Nesta nova proposta, a grande preocupação da ABC voltou-se para a profissionalização do adulto semi-alfabetizado, como se verá na prática desenvolvida. Foi elaborado um plano de semi-qualificação profissional, com vistas a atingir uma média de 50,0% dos alunos que não tinham profissão.

66

Com efeito, a Fundação ABC queria ir mais além. Em um dos seus relatórios do ano de 1968, figurava a proposta de construir salas de aulas. Para tanto, a entidade educativa chegou, inclusive, a firmar contratos no sentido de se fabricarem algumas salas padronizadas, desmontáveis do tipo pré-moldado. Naquela época, o custo do metro quadrado das referidas construções estava orçado em cerca de nove dólares. A Cruzada ABC esperava construir quarenta unidades deste tipo de sala, medindo cada uma delas quarenta e dois metros quadrados. Este projeto, entretanto, não chegou a sua plena realização.

No ano seguinte, 1969, a Cruzada planejou, ainda, instalar um Centro de Treinamento avançado de técnicos e professores de educação de adultos. Propagava a ABC, que este projeto deveria se voltar para atender a demanda de pessoal mais qualificado nas funções de comando, chefia e liderança para atuar nesta área de ensino.

Acredita-se que este Centro teria um caráter de instituição a nível de pós-graduação. Caso se concretizasse esse intuito, ter-se-ia o primeiro curso de especialização, na área de educação de adultos, do Brasil.

Escudada por tantos projetos, elastecendo anualmente

suas metas, a ABC, evidentemente, não poderia prescindir de um amplo e seguro suporte financeiro.

Basicamente apoiada na efetivação deste propósito e desses novos objetivos, a Cruzada, mais uma vez, recorreu tanto à USAID como ao MEC a fim de conseguir os recursos que lhe eram necessários. Ao contrário de se privatizar um empreendimento público, no caso da ABC, instituição de direito privado, se lhe confere um apoio governamental de modo a torná-la como instituição pública e até estatal. Era um clima de publicisação do privado, no interesse imediato do regime ou da ordem política vigente.

A resposta da USAID, entretanto, a esta nova proposta de financiamento não satisfaz, totalmente, as expectativas da ABC.

Realmente, aquela agência, tentando transferir suas responsabilidades iniciais relativas à ABC, para uma instituição brasileira, informou sobre sua impossibilidade de fornecer um novo suprimento financeiro à Campanha., naquele momento. Evidentemente, mudaram as condições políticas que de início levavam os Estados Unidos a este tipo de cooperação. As circunstâncias do momento orientavam os seus apoios em outras direções. Em contrapartida, a USAID, com a força que tinha junto ao governo brasileiro, sugerira que o próprio Ministro da Educação assumisse este encargo.

“Integrar mais intimamente a ABC com o programa do MEC, utilizando o ímpeto e a experiência da Cruzada para, ao mesmo tempo, instituir um programa unificado de educação de adultos em âmbito nacional”. (Paiva, Op. cit., p.346).

Assim, já se percebem no quadro das relações internacionais, as indicações para a criação de um amplo projeto educativo,

voltado para as massas marginalizadas, mas de caráter de caráter nacional, assumido oficialmente pelo governo.

Esta proposta que assumiu forma concreta na institucionalização do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, representou a tentativa de solução da problemática da educação de adultos, nos moldes do novo sistema político.

De qualquer modo, após uma série de relutâncias e dificuldades apresentadas pela USAID, esta ainda veio a se dispor a libertar para a Cruzada, a quantia de NCr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros novos), menos do que dois milhões de dólares, provenientes do empréstimo programa AID/512/L/064, de 1964.

Para a liberação destes recursos pela USAID, equivalentes a menos da metade do necessário para as pretensões apresentadas pelos Planos da Cruzada, foi preciso, entretanto, que o próprio Ministério da Fazenda, aprovasse a solicitação encaminhada pela ABC.

68

Como dizia o Professor COIMBRA:

"(...) mesmo tendo sido a USAID a mola mestra da criação e expansão da Cruzada, esta já mostrava uma certa relutância em doar recursos financeiros de grande vulto, ainda que continuasse a enviar ajudas para o programa, revestidas em forma de máquinas e outros equipamentos"⁴⁵.

Salienta-se que, na perspectiva expansionista das suas atividades, a Cruzada ABC, no ano de 1970, havia firmado um total de sessenta e um convênios em vários Estados do País, como se mencionou anteriormente⁴⁶.

4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DA CRUZADA ABC

No desenvolvimento das suas atividades administrativas e pedagógicas, como se estruturou a Cruzada ABC? Quais os cargos e funções existentes ?

Definindo-se juridicamente como uma sociedade civil, de caráter cultural, educacional e assistencial, de fins filantrópicos, a ABC era administrada por uma diretoria composta de seis membros, não remunerados, que exerciam suas atribuições colegiadamente.

Imediatamente abaixo da diretoria, encontravam-se o grupo de seus assessores, composto por três funcionários de nível executivo, exercendo, respectivamente, os cargos de superintendente, assistente administrativo e assistente técnico, sob o regime de trabalho da CLT, incumbidos de executarem as diretrizes emanadas da diretoria.

A base estrutural da instituição era composta de vários Departamentos: o Administrativo, o Comercial, o Comunitário, o Contábil, o de Currículo (ou Pedagógico), e o de Desenvolvimento (ou de Ensino), tendo cada um deles, atribuições específicas ainda que fossem praticamente independentes⁴⁷.

A ação educativa do programa efetivava-se por meio de atividades do ensino e das denominadas de extra-classe.

A direção da ABC contava com uma equipe de supervisão e orientação, um diretor auxiliar e dois auxiliares administrativos, responsáveis pelo recrutamento do pessoal, treinamento, planejamento e execução das atividades e planejamento de ensino no âmbito global do programa.

Os entendimentos e ligações com as Diretorias Regionais, visitas, inspeções e preparação de relatórios constituía-se função do Diretor Auxiliar.

Era responsabilidade da equipe de Orientação e Supervi-

são assistir às várias regiões, supervisionar a programação e o aspecto técnico-pedagógico do trabalho, treinar as pessoas responsáveis pela avaliação ao nível de Estado e efetuar a análise e avaliação de todo o material didático, em conjunto com o Departamento de Currículo.

Em cada Estado existiam unidades administrativas, denominadas Diretoria Regional, administradas por diretores regionais, dois assistentes administrativos e um secretário.

A organização da Cruzada seguia de perto a estrutura das missões presbiterianas, significando isto a influência direta daquela entidade sobre a ABC.

Nos Estados convenientes, o funcionamento administrativo da Cruzada, praticamente obedecia a mesma organização da sede, respeitando-se algumas especificidades locais necessárias ao desenvolvimento da programação.

70 A supervisão, por exemplo, atuava em vários níveis. Havia um grupo de supervisores que trabalhava com o pessoal de treinamento e avaliação. Estes promoviam em conjunto com o Diretor Regional, treinamento do pessoal técnico, e supervisionavam, regularmente, os treinamentos de professores.

Outro grupo de supervisores, trabalhava sob a orientação administrativa dos diretores de áreas e estava ligado à equipe de orientação e supervisão técnica. Em geral, era ele responsável pela preparação dos professores, dos trabalhos comunitários e das visitas diárias às escolas, momento em que mantinha contatos com professores e alunos.

Existiam, ainda, os supervisores rurais, quase sempre profissionais do sexo masculino, devido a dificuldade de locomoção, o que os obrigava a utilizar moto como meio de transporte. Estas contingência, em uma época em que as mulheres não estavam, ainda habituadas ao manejo dessas máquinas faziam que a ABC desse preferência ao trabalho masculino, neste setor.

Finalmente, havia os Coordenadores. Estas pessoas, no

início do trabalho de implantação do movimento, eram distribuídas nas comunidades e instaladas em casas alugadas pela ABC que serviam, também, de escritórios ou de depósito de material didático. O Coordenador era a pessoa que estabelecia contatos mais diretos com a comunidade e com seus líderes, com vistas a operacionalizar o programa educativo. Era ele quem levantava as potencialidades existentes nas comunidades (principais lideranças, prováveis professores, alunos, escola), distribuía material didático, administrava a programação, procurava despertar o interesse comunitário pelo movimento e promovia ajuda técnica. O tamanho da equipe de Coordenação variava conforme a necessidade dos trabalhos desenvolvidos em cada Estado⁴⁸.

A figura do Coordenador, que desempenhava o mesmo papel de um animador de comunidade, foi retirada do programa, quando a Cruzada ABC passou a trabalhar com as Secretarias de Educação. Os documentos da ABC justificavam o fato por ter se tornado o movimento bastante conhecido, dispensando-se esta mediação para sua procura⁴⁹. Hoje, esta informação pode parecer como indicador da evolução do movimento que se tornava, naquela época, um mecanismo oficial da ação do Estado na educação popular: mais estatal e menos comunitária.

71

5. FUNCIONAMENTO PEDAGÓGICO DA CRUZADA ABC

Enquanto uma Campanha voltada para a Educação do Adulto Analfabeto, como funcionou pedagogicamente a Cruzada ABC?

A estrutura e o funcionamento pedagógico da Campanha apresentava certo nível de complexidade, razão por que este item do capítulo subdivide-se nos seguintes subitens: 5.1. Metas e Objetivos Gerais; 5.2. Conceitos Pedagógicos; 5.2.1. Primeira Fase de uma Evolução; 5.2.2. Segunda Fase da Evolução; 5.3.

O Método e as Técnicas; 5.4. O Material Didático; 5.4. O Corpo Docente; 5.6. A Clientela; 5.7. O Ensino Profissional.

5.1. Metas e Objetivos Gerais

As primeiras atividades fundamentais da Cruzada, consistiram na efetivação de um trabalho de alfabetização de adultos e adolescentes, em três fases denominadas A, B, C.

A fase inicial – A - constituiu-se propriamente de um curso de alfabetização. A fase seguinte – B - era considerada uma etapa intermediária, momento em que se iniciava a introdução de um currículo equivalente à educação primária, e finalmente a última fase – C - em que se consolidava o programa proposto ao se procurar ampliar o treinamento referente à educação vocacional para homens e mulheres.

72,

À medida em que o programa evoluiu, ampliou-se para cinco, o conjunto global de fases da Cruzada, sem contar ainda, com a fase destinada ao treinamento profissional do alunado.

Compondo-se, portanto, de cinco fases, pretendia o movimento desenvolver-se, em um período de aproximadamente 2 anos, tendo sido calculada uma média de cinco meses para cada fase. Seria a preparação do adulto analfabeto fornecendo-lhe um nível de instrução equivalente ao ensino primário.

O esquema de funcionamento previa que o aluno concluinte da fase C, a 3ª, tivesse algumas opções em torno de três centros de interesses.

No primeiro deles, agrupavam-se os alunos que pendiam para uma educação relativamente formal. Neste propósito, as 4ª e 5ª fases, introduziram no currículo, o ensino de matérias exigidas para uma habilitação ao ginásio.

Para a clientela do sexo feminino, seriam acrescentados conhecimentos relacionados com artes industriais e domésticas,

ainda que estas tivessem por intenção prosseguirem seus estudos. Este era considerado o segundo grupo.

O terceiro grupo, seria formado, via de regra, por pessoas do sexo masculino, dispostas a adquirir conhecimentos profissionais de soldagem, serralharia, marcenaria, carpintaria, mecânica de automóvel ou artes gráficas⁵⁰.

Pretendia, finalmente, a Cruzada, num objetivo educacional eminentemente político, que o aluno, ao concluir as 5 fases do seu programa, tivesse condições de *"saber discernir e escolher os seus dirigentes e decidir sobre a sua própria vida, levando-o em segurança por caminhos por ele escolhido"*⁵¹.

De posse desses conhecimentos, o adulto *"onde quer que ele vá, estará seguro de que será não um sozinho na multidão, mas estará agora habilitado a fazer parte integrante dessa mesma multidão"*⁵².

Era nesta perspectiva, portanto, que o trabalho educativo com a população adulta não deveria se limitar apenas à alfabetização, uma vez que esta significava *"ser um ponto de partida para a educação de adultos"*⁵³.

Educar o adulto por sua vez, se relacionava diretamente com o desenvolvimento, uma vez que o processo educativo *"é uma pré-condição para o avanço ao desenvolvimento econômico e social"*⁵⁴.

Assim, considerando-se que o adulto analfabeto já tinha perdido muito tempo para integrar-se ao desenvolvimento do País ou Região, achava-se que este homem tinha interesse em apressar seu próprio desenvolvimento. Portanto, a educação de adultos necessitava ser desenvolvida a curto prazo⁵⁵, para que o homem ao alcançar a relativa habilitação profissional, *"pudesse prover condignamente a sua subsistência"*⁵⁶.

5.2. Conceitos Pedagógicos

Constata-se uma evolução da Cruzada ABC na formulação e aplicação de suas concepções pedagógicas. Por isto se distinguem as seguintes fases.

5.2.1. Primeira Fase de uma Evolução

O discurso pedagógico da Cruzada apresenta uma evolução, ao longo de sua história. A provável preocupação em não relacionar explicitamente o processo educativo aos seus objetivos missionários subjacentes, principalmente nas suas propostas iniciais, fazia com que se informasse:

74

“Como filosofia da educação não somos intervencionistas, preferimos dar elementos ao homem para que ele se auto-promova. Não desejamos também doutrinar numa linha confessional, se bem que defendamos que um programa de educação, onde se procura entender o homem no contexto da sua cultura e dentro dela despertá-lo à sua autopromoção, não poderia alijar o aspecto religioso (...) visto que a religião ou crença é patrimônio cultural de indivíduos, grupos e povos”⁵⁷.

Esta inspiração missionária e evangélica da Cruzada foi, de certo modo, dissimulada através de concepções antropológicas às quais se integra uma visão econômica da educação, como foi corrente a partir a década de 60:

“O sentido pedagógico (...) tem como (...) base o homem, relacionado, (...) com as circunstâncias de vivência. (...) Aceitamos que o homem é a razão

*natural de ser do desenvolvimento e que a educação como processo de desenvolvimento deve ter o intuito de levar o homem à sua afirmação e crescente bem estar. (...) Compreendemos que o atraso é antagônico ao desenvolvimento. Assim aceitamos que a educação é uma pré-condição para o desenvolvimento econômico e social*⁵⁸.

As idéias pedagógicas da Cruzada parecem representar, naquele primeiro período, uma mistura de conceitos filosóficos e pedagógicos de movimentos anteriores dos inícios dos anos sessenta revistos, porém, sob outra perspectiva, pretensamente descomprometida ideológica e politicamente.

Com efeito, nascida em uma época em que profundas mudanças se operavam no quadro político-social do Estado brasileiro, a Cruzada teve como principal objetivo político, a “responsabilidade” de substituir, em caráter emergencial os programas que foram extintos, em consequência da mudança de regime político, no ano de 1964.

Diante disto e, considerando ainda sua condição de ação evangélica, pode-se dizer que a ABC pode ser identificada como um movimento de amplas propostas.

Como não poderia deixar de ser, a alfabetização aparecia como o ponto básico das suas propostas de ação. Este trabalho educativo, porém, entrava em conexão com seus interesses missionários, com as suas idéias desenvolvimentistas e com um sugestivo discurso dotado de orientações políticas.

*“Impõe-se a cada dia, com maior urgência a tarefa inadiável de acabar com o analfabetismo (...) como passo inicial para o desenvolvimento e progresso do Brasil, para a paz política e social e para o bem estar de todos”*⁵⁹.

Desta forma, baseada em tais premissas, a Cruzada desenvolveu suas atividades educativas, tratando fundamentalmente de preservar a ordem social vigente. Para muitos, passava despercebido que esta era uma função ideológica e política que o novo Estado brasileiro conferia à ABC.

Tanto na ação educativa como na participação comunitária procurou-se aprofundar as formas de atuação, em torno das mais variadas abordagens teóricas e filosóficas.

Inicialmente, enfatizava-se o emprego das modernas técnicas da psicologia comportamental – condicionamentos operantes – acreditando que através delas se conseguiria, provocar na população, não somente mudanças de atitudes, bem como interesse e entusiasmo pelo trabalho comunitário.

O trabalho comunitário, porém, se apresenta como uma atração motivada por valores cristão mesclados a ideologias sociais.

76

“(...) pelo idealismo cristão do serviço desinteressado ao próximo. Fortes doses de patriotismo e a ambição sadia aumentam a motivação para a busca de uma vida mais produtiva, mais útil, mais elevada, mais completa”⁸⁰.

Do ponto de vista pedagógico, pode-se acrescentar ainda, que a educação era interpretada pela ABC, como instrumento que a possibilitava a transformação básica do homem, permitindo a sua inserção nos processos de mudança da sociedade.

A possibilidade de se atingir concretamente estes objetivos teria, no entender do movimento, alguns obstáculos.

Em primeiro lugar, acreditava-se que dever-se-iam romper “as barreiras do conformismo e apatia” que cercavam o analfabeto. Neste propósito é interessante se destacar esta passagem:

“Vivendo por gerações em estado de indiferente

primitivismo e apatia, grande parte da população nordestina deixou que o conformismo criasse ratzes na própria alma do indivíduo e do grupo marginalizado. Somente o impacto de um acontecimento sensorial como a distribuição gratuita de alimentos, teria poder suficiente para abalar a rotina de uma existência vaga, inútil e sem sentido para uma arrancada em busca das dimensões mais altas da existência". (Idem, ibidem, p.5).

Conforme se pode notar tratava-se de um discurso cheio de indefinições e equívocos.

Em primeiro lugar, não existia uma explicitação dos processos histórico-sociais e conseqüentemente dos motivos que transformam "indivíduos ou grupos em criaturas apáticas ou conformadas". Ao que parece, a Cruzada reduz esta situação ao arcaísmo econômico da região, ainda que não se tenha absoluta clareza da idéia explicitada; "vivendo por gerações em estado de indiferente primitivismo".

Não se pode esquecer, todavia, que a Cruzada se desenvolveu em determinado contexto histórico em que dominava uma imagem preconceituosa do homem analfabeto, associando-se com bastante facilidade "apatia e conformismo" a uma possível falta de escolarização formal.

Este aliás era um discurso comum a quase todos os movimentos voltados para a educação de adultos. Ocorre entretanto, que a alfabetização, em si mesma, não favorece maiores condições para uma mudança de vida, seja individual, como essencialmente grupal. Para tal fim seria necessário um processo de politização dessas pessoas.

Como se sabe, a despolitização das massas tende a gerar, nestes grupos, um tipo de comportamento apático, aliado a uma "carência de reações", por uma situação de dependência e de medo, mesmo em momentos de revolta.

Em resumo, as diferentes relações, que se desenvolvem em uma determinada formação social, atuam como forças determinantes no processo de consciência ou comportamento de indivíduos ou grupos diferenciados. Na teoria de Marx (1973, p.28), por exemplo:

“Os homens estabelecem relações determinadas necessárias, independente de sua vontade (...) O modo de produção da vida material, condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que inversamente determina sua consciência”.

78

Em segundo lugar, no quadro da dependência estrutural da formação social do Nordeste, o risco de assistencialismo às populações mais carentes era evidente. Muitas medidas paliativas eram postas em prática na região, especialmente ligadas ao processo eleitoral e de socorro em calamidades como as secas periódicas. Passada a fase de euforia, em que prevaleciam em geral, interesses dissimulados dos aproveitadores, o povo continuava tão marginalizado e faminto como antes. Os projetos assistencialistas nada mais eram que inquestionáveis atos políticos dos grupos detentores do poder.

Foi nesta perspectiva assistencialista, que a Cruzada procurou justificativas teóricas em conceituações psicológicas, sociológicas e pastorais.

Mas, “a rotina de uma existência vaga” não deve ser atingida nos seus sintomas, mas nas suas causas estruturais. Uma simples distribuição de recursos (“sommas valiosas e abundantes de alimentos”) não vai alterar o processo contínuo de formação da pobreza.

Havia, porém, na Cruzada, uma inspiração teórica de

aceitação da sociedade tal qual existe como se fosse intocável na sua ordem estrutural. Por isso, ela servia para ocultar contradições fundamentais do status quo, desencorajando tentativas de transformações das estruturas sociais.

Evidentemente não se poderia esperar de uma Campanha como a Cruzada ABC, por suas origens (de grupos missionários americanos) por sua proposta (de conciliação em substituição a movimentos anteriores), por sua natureza, perspectivas e vinculações, viesse a propor soluções efetivas para os problemas estruturais da sociedade.

Finalmente, referindo-se a sua proposta educativa, a Cruzada justificava em seus documentos que o programa visava a atender, prioritariamente, a uma faixa da população composta *“pelos menos favorecidos, pelos desempregados, pelos marginalizados e pelos famintos”*⁶¹.

Em síntese, do ponto de vista teórico, as propostas educacionais da Cruzada incorporavam também elementos de duas abordagens complementares do problema da marginalidade social na América Latina: o enfoque pela noção de dualidade cultural e a integração social e o enfoque pela noção de modernização. (Madeira, 1982).

79

5.2.2. Segunda Fase da Evolução

Esta segunda fase da Evolução da Cruzada refere-se à postura pedagógica assumida, à partir de 1968.

Este ano significou para o movimento uma maior avaliação e aprofundamento das suas concepções educativas e da sua programação, quando também se introduzem, nas suas linhas gerais, as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura - UNESCO e organizações afins.

No contexto da época corriam as propostas da teoria do

capital humano, do "man power approach" da formação dos recursos humanos. No Brasil, a palavra de ordem era "Segurança e Desenvolvimento". Era o momento político da preparação à afirmação da tecnoburocracia.

No início de 1967, organizou-se em Recife, sob o patrocínio da SUDENE, um seminário versando sobre Educação e Desenvolvimento. A problemática da Educação de Adultos foi um dos temas concretamente debatidos, estando presentes grande número de educadores do País, inclusive um representante da UNESCO⁶².

A preocupação do encontro se voltou para a formação de recursos humanos para atuarem no processo de desenvolvimento. A análise da experiência da Cruzada no Nordeste- suas metodologias, seus altos custos, a forma como estava sendo financiada- levou a severas críticas por alguns participantes do Encontro, o que agravou o quadro das tensões entre a Cruzada e a SUDENE.

80

A situação de tensão entre a SUDENE e a ABC era visível e latente desde do seu início, em 1965. No ano de 1967, terminando o convênio entre a SUDENE/USAID e Cruzada, a ABC tentou romper os laços que a mantinham presa à SUDENE estabelecendo um novo convênio com o MINIPLAN e desvinculando-se ao controle daquela Superintendência.

Mas, essa atitude que suscitou por parte da SUDENE uma série de protestos, ampliando o quadro de conflito, de nenhum modo, impediu que a ABC, como um programa educativo voltado para os adultos, deixasse de participar do Encontro, representada por seu Presidente, o Sr. Pierre Dubose Júnior e outros componentes da entidade.

Ao que tudo indica, o saldo das críticas formuladas, assim como as orientações da UNESCO, serviriam para que a Cruzada partisse para reavaliar grande parte de seu programa.

Há de se considerar que a partir de 1968, o projeto

político brasileiro passava por uma reformulação. A ABC cuidando de não ser confundida como um movimento de orientações notadamente americanas, procurava se firmar nos moldes das orientações políticas da época. Procedendo assim, ela estaria, possivelmente, tentando assegurar a sustentação e, até mesmo, a consolidação das suas atividades por um tempo indefinido.

Logo nos primeiros anos da Cruzada, a ideologia oficial do governo centrava-se nos princípios ligados à doutrina da interdependência dos países, em um mundo dividido em dois blocos. A ameaça do inimigo comunista levava à preocupação com a segurança exigida, como princípio máximo da política nacional. Daí porque enquanto no plano econômico prevalecia o princípio do desenvolvimento dependente, no plano político, aceitava-se a premissa da hegemonia norte-americana. Com isso os interesses internos se coalizavam com os interesses externos, garantindo a estruturação do modelo político adotado.

Após o citado período, embora a política econômica continuasse conservando toda uma série de medidas para facilitar a expansão do capitalismo internacional no País, havia novas orientações no plano político interno, acarretando mudanças de perspectivas nas relações Brasil-Estados Unidos.

Nesta nova visão passou-se a difundir uma outra ideologia que alguns autores denominam de nacional-autoritarismo (Martins, op. cit.), condicionado pelas exigências da expansão do capitalismo dependente brasileiro, à busca de mercados. Estes interesses imediatos da nação no campo econômico, propicia a reelaboração de uma política internacional que chegaria a caracterizar-se como aberta e pragmática, o que não poderia deixar de atingir as relações Brasil – Estados Unidos.

A Cruzada, que, justificadamente, dada as suas origens, alicerçava suas premissas ideológicas na doutrina da interdependência, propagava nos seus documentos:

“O nacionalismo exagerado é aquele que não admite interferência, nem colaboração de elementos estrangeiros na vida nacional e é demonstrado pelo ódio ao estrangeiro.

O nacionalismo moderado é o que dá preferência pelo nacional, não admitindo a interferência do estrangeiro na vida política, porém, aceitando a sua colaboração no processo de desenvolvimento do seu País.

Este tipo de nacionalismo é uma forma de nos apegarmos à nossa pátria e defendermos os bens nacionais. É uma demonstração de patriotismo, pois permitimos a cooperação estrangeira que nos favorece com ajuda técnica¹⁸³.

82

Ora, o conteúdo desse texto, torna possível identificar a Cruzada como um programa inconfundivelmente integrado com as propostas ideológicas e políticas da época. Ela era um movimento educativo aliado com o regime político e com o aparelho estatal.

Por isso, para continuar a ser coerente com o projeto político brasileiro, a Cruzada tratava de redefinir sua postura pedagógica à medida em que se introduziam novas orientações no contexto educacional brasileiro.

Foi, portanto, com a preocupação de conciliar vários interesses, tornando simultaneamente mais sólida sua proposta educativa, que a Cruzada efetuou uma revisão nos seus conceitos. Nesta ocasião, toda a concepção pedagógica que inspirou a prática educativa, foi operacionalizada através de inúmeros expedientes técnicos.

A rigor, seus princípios básicos permaneceram quase que inalterados, contudo, vão existindo gradativas modificações na terminologia dos aspectos didático-pedagógicos.

Uma das primeiras mudanças da Cruzada foi definir-se como Programa, em contraposição ao trabalho de caráter extraordinário pelo que se chamava Campanha. Em seguida, tratou de definir melhor seus conceitos, nos termos empregados, como meio de facilitar a compreensão e a operacionalização da proposta.

O homem adulto – principal sujeito do seu trabalho – foi definido através de três critérios: Idade, Maturidade Psicológica e Desempenho de Papéis Sociais.

Nesta concepção em que as características biológicas associavam-se às psicológicas e sociológicas, entendia-se que o principal papel do adulto *“era ser economicamente autosuficiente e ser produtivo”*⁶⁴. O adulto, em termos funcionais, seria *“aquele de quem sua comunidade espera autodeterminação, autonomia e produtividade”*⁶⁵.

Como se pode evidenciar, permanece a preocupação em relacionar o homem adulto ao desenvolvimento econômico e social, mudando-se, apenas, a forma de sua apresentação.

83

A visão da educação como investimento, defendida pela teoria da modernização e vastamente divulgada em toda América Latina e países do Terceiro Mundo, substituiu os ideais reformistas da educação politizada, ao defender que indivíduo estaria pronto para ingressar no mercado de trabalho, através dos canais educacionais, sem, porém, alterar a ordem vigente. A educação era o poderoso canal que possibilitaria aumento de produtividade, inserção da força de trabalho e o desenvolvimento econômico.

Neste aspecto da formação da força de trabalho para o desenvolvimento e auto-promoção se situava a definição de adultos da Cruzada ABC.

A aprendizagem foi também um outro conceito trabalhado pela Cruzada. Entendia-se que para os fins de ensino, aprendizagem seria compreendida, num sentido behaviorista, como

mudança de comportamento, aproximando a noção geral de aprendizagem de adultos nos fundamentos da psico-pedagogia e nas formas de uma alfabetização funcional. Ela defendia que o homem adulto era/não só, capaz de aprender como também mudar de atitude, dependendo do tipo de estímulo que lhe fosse dado⁶⁶.

A sua concepção de Educação se fundamentava através de três funções específicas:

1º Instrumento para o desenvolvimento econômico e social dos povos modernos;

2º Fator de mudança, de renovação e, mesmo de reexame das estruturas da sociedade moderna;

3º Instrumento de compreensão internacional e de paz, de acordo com solenes compromissos assumidos pelos Estados membros da ONU⁶⁷.

84

Pelo exposto não é difícil relacionar a sua nova proposta educativa com as orientações educacionais oficialmente adotadas, a partir de 1968. Assim, este movimento assumia uma nítida função política na situação histórica concreta da educação brasileira do final dos anos sessenta.

A Cruzada ao conceber a educação enquanto fator de mudança, renovação e reexame das estruturas sociais modernas, defendia que as práticas pedagógicas devessem atender aos anseios da sociedade moderna, em seu crescente processo de mudanças e desenvolvimento.

“Vivemos numa época de progresso, em constante modificação da estrutura social, cívica, moral e espiritual da sociedade. Passamos de um estado de estagnação para um mais dinâmico onde o progresso atinge todas as camadas sociais.

*Uma sociedade moderna deve oferecer a todos a oportunidade de progredir e maturar-se. Esta oportunidade é refletida no sistema educacional do País, ou no modo como ele encara os problemas mais importantes do homem moderno, tais como emprego, treinamento técnico, condições reais de amparo à saúde, nutrição e habitação*⁷⁶⁸.

Trata-se, como se vê reforçado no texto que segue, de um enfoque no qual o homem, através da educação, capacita-se para lidar, em um mundo mais racional e individual. A educação possibilitaria a melhor preparação e fortalecimento da pessoa para atender as necessidades que vão surgindo nos processos de modernização.

*“O homem precisa se tornar capaz de lidar com as mudanças e frustrações do mundo moderno. Ele precisa ser enrijecido, tornar-se mais difícil de ser manobrado ou ludibriado; ser capaz de pensar por si próprio e fazer as suas decisões racionalmente; funcionar enfim, com eficiência, dentro de uma sociedade letrada, usando os meios modernos de comunicação*⁷⁶⁹.

85

A compreensão da ABC sobre Alfabetização baseou-se nos critérios da Alfabetização Funcional proposta, no ano de 1962, pela UNESCO. Nos seus documentos uma pessoa era considerada alfabetizada quando:

“Adquire os conhecimentos e as habilidades que a possibilitem participar de todas as atividades em que a alfabetização seja necessária para o funcionamento efetivo em seu grupo e em sua comunidade; e cujos

*níveis de competência em leitura, escrita e aritmética lhe possibilitem continuar a usar estas habilidades para seu próprio desenvolvimento e o da sua comunidade*⁷⁰.

A Cruzada ainda acrescentava não acreditar em um programa de educação básica de adulto que não oferecesse ao seu alunado conhecimento e competências nas áreas de leitura, escrita e aritmética. Também defendia a aplicação desses conhecimentos e habilidades na vida prática e cotidiana do alunado.

Mesmo nesta segunda fase, os textos pedagógicos da Cruzada continuaram refletindo, com bastante evidência, os seus princípios cristãos, fato, aliás, nada estranho, considerando-se a sua origem.

86

*“Cabe ao alfabetizador motivar o seu aluno. Os adultos na cultura brasileira encontram bastante estímulo para aprender a ler. Melhor emprego, o direito do voto, melhores oportunidades para os filhos, a possibilidade de ler bons livros, inclusive a Bíblia”*⁷¹.

Vinculando, portanto, as idéias evangélicas aos conceitos pedagógicos emanados pela UNESCO a Cruzada enunciava:

*“A educação é para toda a vida e não prepara para a vida (...)um direito das massas em qualquer idade, principalmente, daquelas camadas da população que jamais tiveram acesso a ela, nem mesmo na infância”*⁷².

Ao defender a Educação Funcional a Cruzada assumia a crítica de outras Campanhas de alfabetização de adultos que ha-

viam fracassado, possivelmente àquelas que a haviam antecedido, por se preocuparem unicamente com a alfabetização pura e simples:

“Ensinar-se ao cortador de cana-de-açúcar das usinas de açúcar de Pernambuco, aos colhedores de cacau da Bahia ou aos apanhadores de café do Paraná, a reconhecer as letras do alfabeto, a escrever seu nome ou mesmo a ler algumas palavras fáceis de nada lhe valerá. Eles continuarão as ser os mesmos camponeses, vivendo da mesma maneira e manterão o mesmo nível econômico, sócio-cultural de antes. O homem analfabeto necessita de uma educação mais significativa, mais realista, e mais funcional”⁷³.

Com esta crítica e a defesa do seu método, talvez de forma ingênua, a Cruzada se punha em face de um triplo desafio: alfabetizar, inserir aos adultos alfabetizados no processos produtivos e contribuir para os processos de desenvolvimento da nação.

87

“As necessidades da sua clientela e a desmarginalização desta na situação econômica do País: ensinar a ler por ensinar a ler é um luxo a que Países em desenvolvimento não se podem dar”⁷⁴.

Mas, também através dessa posição, a ABC estava procurando convencer sobre o retorno financeiro que o investimento econômico em educação de adulto significava para a sociedade e postulando recursos e meios para serem mobilizados e usados de maneira mais funcional, com vistas a dar ao analfabe-

to, instrução adequada para sua integração na realidade brasileira.

Em outras palavras, a função da educação de adultos se traduzia como uma prática pedagógica capaz de gerar bem-estar social e progresso. Nesta linha de pensamento onde a preocupação com o homem se mesclava à preocupação com o desenvolvimento, concluíam-se que a estratégia de solução para essa problemática seria aprofundar o aprendizado do analfabeto, pois quanto mais uma civilização é desenvolvida, tanto mais se exige um maior nível de escolarização e de preparação dos indivíduos:

“Já não basta mais saber ler textos simples e escrever algumas palavras e orações. A civilização industrial e urbana requer um nível cada vez mais alto de leitura e também matemática, senão a gente fica marginalizado”⁷⁵.

88

Só depois de organizar as suas concepções, a respeito da necessidade do homem analfabeto, da inserção dele no processo de industrialização e desenvolvimento é que a ABC partiu para conceituar Educação de Adulto. Basicamente, esta seria uma:

“Educação dinâmica que formal ou informalmente aumenta conhecimentos, promove mudanças de atitudes, pontos de vista ou opinião, aumenta a perspectiva ou altera o comportamento do aluno adulto para que ele seja útil a si mesmo e à sociedade”⁷⁶.

Para efeito de operacionalizar o programa ABC, Educação de Adultos seria: *“O processo de criar e por em funcionamento instrumentos ou meios de aprendizagem de pessoas de mais de 12 anos de idade”⁷⁷.*

A educação de adulto vista sob este prisma deveria com-

preender dois aspectos: Educação Funcional ou Educação de Base e Educação Continuada.

A primeira seria aquela em que:

“Se alfabetizava o aluno e o preparava para o trabalho, aumentando-lhe a produtividade e dando-lhe maior participação na vida cívica, melhor compreensão do mundo em que vive, assegurando-lhe mais pronto acesso ao acervo cultural da humanidade”⁷⁸.

Para se alcançar tal fim a Educação Funcional deveria compreender: a) Alfabetização, b) Educação de nível primário, c) Formação Profissional, d) Educação Complementar Comunitária⁷⁹.

Em relação à Educação Continuada, esta acompanharia a alfabetização funcional *“permitindo ao adulto seguidamente, ampliar e aprimorar seus conhecimentos, integrando-o no processo de desenvolvimento social”⁸⁰.*

O processo de alfabetização, por conseguinte, em uma perspectiva mais global, era encarado como a parte inicial de um programa mais amplo de educação continuada. Logo, desde do início, o planejamento da educação deveria estar situado num contexto mais abrangente com vistas a se atingir os estágios *“mais elevados da sofisticação acadêmica”⁸¹.* Quando se tivessem alcançado estes estágios, é que se teria realmente um verdadeiro processo de educação de adultos.

Não diferindo, portanto dos antigos esquemas traçados pela escolarização regular, parte destes conceitos refletiam as grandes contradições do sistema social, quando hierarquizavam valores, reproduzindo escalas sociais, que não eram próprios das classes onde se inseria sua clientela.

À luz das últimas colocações destacadas pela ABC cabe

aqui uma indagação: quais as reais oportunidades desta clientela adulta analfabeta de atingir “os estágios mais elevados da sofisticação acadêmica?” Que perspectivas esta clientela realmente teria, de se integrar como participante do processo de industrialização em expansão no País ou de ascender socialmente?

Neste sentido, as propostas educativas da ABC, assumem um caráter complexo, com conotações de ambigüidade política e dissimulação ideológica. O que afirma Romanelli (1978, p.232) a respeito da reforma do ensino superior, bem se poderia aplicar ao caso:

“Longe de ser apenas simplista e distorcida, consubstancia uma proposta que resulta em teorias que pretendem dar justificativas à preservação de um determinado status quo. Comporta-se, dessa forma, como uma estratégia teórica, que, longe de ser ingênua, tem objetivos bem definidos na manutenção da ordem político-econômico-social”.

90

Finalmente, a Cruzada, na tentativa de fundamentar sua ação pedagógica nas bases da moderna psicologia e da antropologia social partia do princípio que toda planificação de projetos educacionais deveria se consubstanciar no “*conhecimento das populações clientes, seus costumes, crenças, tradições, superstições, atitudes e idéias*”⁸².

Para ela, dentro dos limites do território brasileiro, a prática educativa deveria ser efetuada por etapas, considerando-se a diversidade cultural existente⁸³. Nem sempre, porém, a tarefa de preservação dos valores culturais das massas, nos planejamentos da educação é observada, dado que os grupos dominantes sempre difundem e impõem sua própria cultura como a “correta”.

A ABC se insere numa tradição escolar da sociedade brasileira. A escola tradicional, quase nunca se dá ao trabalho de

preservar a cultura do povo. Em geral, ela não só veicula, como também supervaloriza as manifestações culturais próprias das classes dominante em detrimento daquelas das classes subalternas. Os movimentos de educação popular, na fase imediatamente anterior a 64, com raras exceções, tentaram preservar a cultura das classes.

Diante da evolução pela qual passou a CRUZADA, acredita-se que muitos valores se incorporaram à proposta inicial de acordo com as condições históricas. Deu-se uma maturação considerável, pelo próprio impacto com a realidade, o que se refletia não só nas concentrações e enfoques novos, mas até na introdução de termos. Tome-se, por exemplo, a palavra andragogia que aparece nos documentos desta segunda fase revelando a passagem, a nível teórico, da visão do processo educativo da criança e adolescente para o processo educativo do adulto.

5.3. O Método e as Técnicas

De acordo com a concepção filosófica e pedagógica da Cruzada, seus métodos e técnicas se constituíram em uma preocupação permanente. Verificou-se uma constante tentativa de aperfeiçoamento dos procedimentos didáticos e da sistemática pedagógica da Cruzada.

Com o desdobramento do processo chegou-se a definir o método como eclético e variado⁸⁴ tal era a incorporação de vários aportes advindos de fontes diversas.

Em seu princípio, adotou-se o método Laubach. A adoção desse método resultou de um trabalho empreendido pela Senhora Sarah Gudchinsky, Professora de lingüística, pelo Dr. Frederico Rex, Secretário da Educação da Comissão de Alfabetização Mundial e Literatura Cristã em Nova York, junto a uma Comissão de Educadores da Confederação Evangélica do Brasil,

em 1961.

91. O material didático referente a este método foi publicado em sua edição para a Cruzada, posto que, anteriormente, havia sido publicado em primeira edição e utilizado em um programa de educação de base da Confederação Evangélica do Brasil, no Estado de São Paulo⁸⁵. Ao lado disto, esclarecia a documentação, que o método de ação partia também das experiências anteriores do MEC⁸⁶. Não se têm informações precisas, entretanto sobre quais campanhas se serviram deste método.

Como seria de se esperar, o referido método, não tendo sido elaborado a partir das condições concretas da clientela e embasando-se fundamentalmente numa referência teórica oferecida pela lingüística, recebeu várias críticas, como já foi referido, sendo apontado como ineficaz.

92. Tal fato levou a Cruzada a adotar um novo método, elaborado, desta feita, em conjunto com uma equipe de técnicos da SUDENE, além de contar ainda, com alguns professores do Instituto Lingüístico de Verão⁸⁷. A concretização deste trabalho foi embasada pela equipe, nos resultados de uma pesquisa, sobre o universo vocabular nordestino⁸⁸.

Assim, visando ajustar critérios lingüísticos e sociológicos ao sistema da leitura e da escrita, tentou-se relacionar esta aprendizagem com os sistemas sociais pertinentes ao homem tais como: Família, Trabalho, Comunidade e Estado⁸⁹.

Aos poucos a equipe da Cruzada ia procurando introduzir novas experiências nos aspectos metodológicos, à medida que o trabalho ia se expandindo. Foi assim que se começou a enfatizar os conceitos de "funcionalidade" e de "aceleração" como procedimentos vinculados às técnicas de alfabetização e do ensino supletivo.

Argumentava-se para tanto, que o adulto já tinha perdido bastante tempo, não se instruindo, dificultando, por conseguinte "*o desenvolvimento do nosso País*"⁹⁰. Assim, conseguindo,

em curto prazo, a necessária escolaridade, o adulto “*poderia alcançar segurança no prosseguimento do seu desenvolvimento intelectual, cultural, social e profissional*”⁹¹.

Havia, inicialmente, uma ligação da ação didático-pedagógica da Campanha com o trabalho assistencial de distribuição de alimentos – Alimentos para a Paz. Quando este programa foi suspenso, passou-se a insistir mais sobre o mito da ascensão social através da alfabetização ou escolaridade primária, tornando-se a tônica que alimentou a Cruzada, até ao seu final.

Ora, havia fortes razões para a ABC preservar este discurso.

Considera-se, em primeiro lugar, que o protestantismo, preservando certas idéias básicas do liberalismo, consubstancia suas práticas educativas na busca do êxito, do sucesso e da ascensão social⁹². Sobre este assunto, lembra Ramalho:

*“A natureza e a profundidade das mudanças que se quer introduzir na sociedade não condizem com o analfabetismo dos conversos, nem com a pouca instrução reinante. É necessário que o protestante seja capaz de, pelo menos, ler a Bíblia e certa literatura religiosa e a comunidade global deve valorizar e expandir a educação considerada a mola principal de ascensão social”*⁹³.

93

Em segundo lugar, nesta época, a visão do capital humano começava a ser difundida na sociedade brasileira, como forma de estimular os investimentos em educação tanto por parte de fontes oficiais, como por parte dos indivíduos que deviam também assumir seus custos. Ora, estes princípios tomam a despesa com educação no sentido de investimento de alto retorno financeiro, sobretudo se refletindo sobre os níveis de emprego e de renda ou salário. Sem negar a possível relação estatística entre

níveis de escolaridade e nível de emprego e salário, o que se contesta é a atribuição de causalidade àquela variável, sem se atentar para os fatores estruturais antecedentes e intervenientes. Por isto, a chamada teoria do capital humano já se revelava como uma manipulação ideológica mais do que uma tese de poder heurístico, nas ciências econômicas. Ao "establishment" interessava, porém, transferir ao indivíduo a responsabilidade e o mérito de através dos processos educativos, ascender socialmente para daí ter condições de status sócio-econômico.

Parece inequívoco, que estes princípios, eram os mesmos sustentados pela ABC no desenvolver de suas ações educativas. Em outras palavras, a Cruzada ao tentar conciliar princípios filosóficos e evangélicos a um postulado ideológico pautado na teoria do capital humano, procurava a aceitação das suas propostas educativas.

94 É preciso considerar, também, que a Cruzada, durante toda a sua existência teve a preocupação de dar maior solidez e fundamentação a suas propostas educativas. Ainda que facilmente se encontrem nos seus documentos alusões a respeito do sucesso dos seus métodos e técnicas, estes realmente necessitavam ser revistos, posto que grande parte do seu material era proveniente de adaptações de teorias e metodologias estrangeiras. As críticas dirigidas ao Programa centravam-se essencialmente na deficiência de adaptação à realidade brasileira, sobretudo nordestina.

Acrescentava-se ainda que parte da equipe militante da Cruzada era praticamente inexperiente na área da educação de adultos. Por outro lado, a ABC oriunda de uma idéia missionária, concentrava um conjunto de valores e ações que fazem parte do universo religioso e ético do protestantismo. Uma das suas preocupações fundamentais, em matéria de educação, reside no estabelecimento de instituições de ensino eficientes, bem organizadas, com modernas instalações e altamente consideradas pela

comunidade. Daí se ter o exemplo dos colégios protestantes e do próprio Agnes, Colégio que alicerçou as bases para implantação do movimento.

A aplicação destas teses pode ser vista na forma como a Cruzada organizou seus procedimentos metodológicos e suas técnicas de ensino. Nos documentos analisados é dada ênfase ao programa educativo da Cruzada, elaborado em forma de círculos concêntricos. Isto significa que se partia, inicialmente, da análise e estrutura da realidade que se encontrava mais perto do aluno. Em seguida, ia-se gradualmente ampliando esse círculo com o estudo da comunidade regional, nacional e internacional, *“oferecendo ao aluno uma visão do que lhe era proposto”*⁹⁴.

Na 1ª fase (A), aplicavam-se os métodos psicofonêmicos globais e silábicos. O sistema de ensino da leitura era baseado nos fatos lingüísticos verificados, utilizando-se, inicialmente, a Cartilha ABC, mais tarde transformada na Cartilha Quero Vencer. Em termos de procedimentos, procurava-se ensinar cada uso de símbolo escrito em uma lição separada. Esclarecia-se que este método se embasava *“através de um conteúdo sociológico”*⁹⁵, enquanto a base científica da Cartilha centrava-se na lingüística, dividindo-se em cinco unidades independentes: o homem e a família; o homem e o trabalho e a Comunidade (rural e urbana); o homem no Nordeste e o homem e o Estado.

A leitura e a escrita eram nesta fase ensinadas simultaneamente. Já nas primeiras lições, o adulto era levado a escrever pequenas palavras ou pequenas sentenças das lições estudadas.

No tocante às técnicas, utilizavam-se, em geral, as audiovisuais, como um jogo de cartas para o professor apresentar melhor as primeiras lições, cartões-didáticos para fixação; o quadro-negro e o flanelógrafo que serviam como apoio ao ensino da escrita, fixação e motivação dos alunos.

Na 2ª fase (B), iniciavam-se os estudos supletivos, introduzindo-se ali, conhecimentos de matemática, linguagem e estu-

duzindo-se ali, conhecimentos de matemática, linguagem e estudos sociais. Adotava-se nesta fase uma metodologia diversificada. No estudo da linguagem, tomavam-se como base as noções de geografia e história, numa tentativa de globalização de ensino. Na matemática, *“procurava-se oferecer ao aluno um conteúdo prático, que mais se aproximasse dos problemas vivenciais”*. Os Estudos Sociais, por sua vez, *“compreendiam ensinamentos sobre alimentação, higiene da habitação e o corpo humano numa perspectiva conceitual de desenvolvimento”*⁹⁶. O ponto central das técnicas, ainda que se usassem audiovisuais, era o debate, momento em que toda a classe podia participar através de discussões para se chegar a uma conclusão.

96

A respeito do enfoque metodológico e das técnicas empregadas para o ensino destas disciplinas, assinalava-se que o alunado adquiria, através delas consideráveis benefícios, vez que lhe eram proporcionados *“higiene mental, aquisição de autoconfiança e o afastamento das inibições”*⁹⁷.

Acrescente-se a isto que os documentos registram a convicção dos educadores da ABC sobre o efeito desta pedagogia no aprendizado do valor das palavras, do respeito à opinião alheia e na tomada de consciência da realidade⁹⁸.

Na 3ª fase, (C) aplicava-se o método da unidade, fundamentado na Psicologia. Este método atendia ao princípio de globalização do ensino, tendo como um dos objetivos apresentar um conteúdo de acordo com os interesses e as circunstâncias de desenvolvimento, em que se pretendia situar o educando. Acha-se que nesta fase o aluno já estaria apto para perceber mais claramente o sentido do seu desenvolvimento individual.

Eram atribuídas ainda, ao método de unidade, condições para se dar atenção às diferenças individuais, promover a participação no planejamento e execução das tarefas, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento do aluno, enquanto indivíduo e para seu ajustamento ao meio social⁹⁹.

Como já se registrou, a auto-avaliação otimista ou entusiasta da Cruzada ABC, no processo de ensino do homem analfabeto, suas concepções educativas, bem como sua própria ação pedagógica, mereceria, no entanto, as críticas de técnicos especialistas e educadores brasileiros.

Estas críticas levaram a Cruzada, a partir de 1968, a mais uma vez reexaminar e modificar sua forma de atuação.

Posteriormente, já perto da sua extinção, outros trabalhos foram efetivados pela equipe técnica da ABC. Nesta época, 1970, a Cruzada, mais uma vez, revelava mostrar-se disposta a aprimorar o material didático-pedagógico e o método utilizado na sua programação.

Na ótica educativa do protestantismo, a preocupação com a eficiência do ensino é um elemento constante. A Cruzada integrada neste universo, não podia ter outro comportamento. Logo, buscava aperfeiçoar continuamente os seus métodos e técnicas, na tentativa de melhor assegurar a eficácia da sua prática pedagógica e, acima de tudo, garantir a sua continuidade enquanto o mais importante movimento de educação de adultos da época.

97

A tentativa de aperfeiçoar seus procedimentos pedagógicos bem poderia ser uma resposta às críticas que lhe faziam os opositores do movimento.

Deve-se considerar também, que a incorporação dos princípios educacionais da UNESCO foi um outro fator que deu margem para a ABC reavaliar e tentar modificar seus conceitos educativos e sua prática pedagógica.

Tomando como base a renovação dos seus aspectos metodológicos, a Cruzada passou a se autodefinir como um programa realista e funcional.

A Cruzada nesta fase, justificando que seus fundamentos teóricos vinculavam-se aos princípios científicos da andragogia, argumentava que a grande tarefa da educação deveria centrar-se na transformação da sua clientela. Embasada nestes propósitos,

dizia-se disposta a contribuir para acelerar o processo evolutivo do seu alunado, através da educação. Desta maneira, estabelecia que a sua ação pedagógica deveria se voltar para *“transformar o indivíduo, levando-o a agir diferentemente na medida em que este se educa”*, visto que *“se não houver mudança, não houve educação”*¹⁰⁰.

Como se percebe, as idéias de evolução, de mudança de transformação, de modernização, estão sempre presentes nos seus princípios básicos.

Resta saber, entretanto, em que sentido a ABC empregava estes conceitos. De forma geral é sabido que para esses princípios serem aceitos como fundamentais, tornava-se necessário que estes se relacionassem aos processos sociais globais.

98 Este discurso, impregnado de pragmatismo, edifica-se, sobretudo dentro dos limites do progresso e da ordem social. Neste enfoque, mudança e transformação bem poderiam ser tomadas como a ascensão social do indivíduo, dentro de uma ordem e hierarquia vigente.

Acontece que a *“institucionalização da mudança ou o desenvolvimento e cristalização de novos quadros institucionais requer a transformação interna das sociedades ou grupos dentro dos quais ela ocorre”*¹⁰¹. Se não houver mobilização da sociedade ou, pelo menos, de alguns setores da comunidade para pressionar as elites detentoras do poder, com vistas à transformação das estruturas sociais, não se pode configurar o processo de mudança. Basicamente as mudanças se estabelecem nos próprios quadros da divisão do trabalho.

Pode-se concluir que os conceitos de transformação¹⁰² e mudança da Cruzada, bem dentro dos limites das estruturas sociais vigentes, não se relacionavam com as questões de transformação das estruturas sociais ou mesmo da classe onde se inseria sua clientela.

Pode-se até inferir que para a Cruzada, estes conceitos,

significavam basicamente, uma nova mentalidade da escola nova. Acreditava-se, finalmente, que “*a ação transformadora só pode ser eficiente quando fundada nas relações entre a teoria e a prática*”, ou na forma como se adequa o projeto educativo às necessidades da sua clientela.

Torna-se interessante mencionar que a ABC, no espírito de reavaliar sua programação, chegou inclusive a levantar a possibilidade de utilizar o método de Paulo Freire adaptado¹⁰³.

O que mais chama a atenção neste quadro, não é propriamente a possibilidade de se aproveitar um método ou conjunto de técnicas e procedimentos didáticos, que havia sido expurgado, com o movimento militar de 1964. O fato mais curioso é que a Cruzada, através dos seus documentos, partia do pressuposto de ser “*a única entidade qualificada no País para as tarefas de educação de adultos*”, reiterando sempre que este “*era um campo de ação inteiramente novo no País*”¹⁰⁴, formalizando, desta maneira, seu desconhecimento ou desconsideração dos programas educativos de adultos até então desenvolvidos no Brasil.

99

O entusiasmo com que se conduzia a Cruzada foi passível da crítica de empirismo grosseiro¹⁰⁵ por parte de educadores nacionais, chocados como simplismo de certos procedimentos metodológicos.

Além desta crítica, insistiu-se também na falta de sentido histórico da proposta educacional da Cruzada, sobretudo na sua pretendida neutralidade política.

Face às críticas recebidas, a ABC reagiu com uma postura defensiva, mas também de ataque, alegando que Paulo Freire, também, não tivera tempo de comprovar a validade do seu método, pois até aquela data não se sabia dos resultados de sua pesquisa (se é que havia tido pesquisa)¹⁰⁶.

Um dos pontos considerado como positivo, na revisão do material didático do movimento, foi aquele em que se chegou à conclusão de que alguns textos da Cartilha determinavam

o certo e o errado, o que é bom e o que não se deve fazer¹⁰⁷.

Houve mesmo técnicos da Cruzada que adotavam uma postura crítica em relação ao conteúdo do processo didático, comentando que este induzia no adulto mensagens *“muito mais voltadas para a doutrinação do que propriamente para o ensino”*¹⁰⁸.

Estas críticas continuavam em relação a outras passagens didáticas, concluindo-se que certas formulações contribuía para tornar o analfabeto *“ainda mais pessimista, inferiorizado, inseguro ou conformista”*, ao invés de levar o homem *“a agir, despertar e desenvolver sua consciência crítica”*¹⁰⁹.

Percebe-se aqui uma postura de revisão e autocrítica que marca este momento do amadurecimento da Cruzada. Todas estas considerações faz com que se concorde com Paiva (op. cit., p.271):

“A Cruzada se extinguiu exatamente quando se mostrava mais permeável às considerações técnicas (...) e buscava um aprofundamento de sua ação pedagógica e a otimização de seus resultados”.

100

5.4. O Material Didático

O material didático-pedagógico da Cruzada era amplo e variado e nele se identificava facilmente a inspiração político-ideológica do movimento. Constava de livros de textos e cadernos de exercício para o aluno, cartazes-didáticos, cartões relâmpagos, coleções de testes, mapas e manuais para treinamento e uso do professor, totalizando 25 publicações diferentes.

Além de uma gama de livros destinados ao estudo da matemática, testes de estudos sociais e cadernos de caligrafia, entre outras publicações, pode-se registrar o seguinte material, utilizado nas diferentes fases da existência da Cruzada: “QUE-

aluno; “UM AJUDA O OUTRO”; “A MARCHA DO NORDESTE” (aplicado nesta região); “CONHECENDO O BRASIL” (aplicado no Centro-Sul); “APRENDER E VENCER”; (aplicado nas duas Regiões); “LIÇÕES PARA A VIDA”; “FAMÍLIA COMUNIDADE E TRABALHO”; “PAISAGENS E TIPOS DE BRASIL”; “O BRASIL E O MUNDO”; O HOMEM E O SABER”; EDUCAÇÃO E CIVISMO”.

O número de cópias deste material era variado. Encontravam-se, deste modo, edições com apenas mil e seiscentas cópias, com ocorria nos livros de matemática destinados à 1ª etapa. Outros, entretanto, chegaram a atingir 100.000 (cem mil) exemplares, como foi no caso o Livro “Educação e Civismo” e os Cadernos de exercício de matemática da 4ª fase. A média da tiragem deste material era, no entanto, na ordem de cinquenta mil exemplares.

À medida que o Programa ia buscando um maior aperfeiçoamento, procurou-se não só o aperfeiçoamento de seus métodos pedagógicos, como também de seu material didático. Acrescenta-se que no início da experiência, a equipe técnica da SUDENE, ao se propor subsidiá-la tecnicamente, fez severas críticas à parte deste material, principalmente aos textos da Cartilha de Alfabetização ABC.

Esta Cartilha ABC e o Manual do Alfabetizador foram posteriormente convertidos no livro – “**QUERO VENCER**”, após se efetuar uma série de modificações.

A **MARCHA DO NORDESTE**, após uma avaliação efetivada pela equipe foi reformulada por se acreditar “que não era moderno usar a teoria e a prática no mesmo livro” e acima de tudo por se ter concluído que alguns professores tinham dificuldade de pronunciar corretamente algumas palavras.

Como estes outros passaram pelo crivo dos técnicos da Cruzada a exemplo dos livros: **O CAMINHO DO ÊXITO** e **LIÇÕES PARA A VIDA**.

Observa-se ainda, que alguns manuais eram diretamente endereçados à formação do professor, oferecendo-lhes subsídios teóricos, como foi o caso dos livros: SOCIOLOGIA DO ANALFABETISMO, PSICOLOGIA APLICADA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, PROGRAMAS E CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO, assim como os MANUAIS DE INSTRUÇÕES, destinados aos docentes.

Analisando-se parte deste material, verifica-se que são documentos de substantiva importância para que a Cruzada veiculasse todas as suas intenções, fossem elas explícita ou implicitamente declaradas.

Nas lições que se reportavam ao Trabalho, era considerado que Trabalho e Capital são dois elementos indispensáveis a uma empresa. *“Tanto o empregado como o empregador necessitam um do outro. Portanto, suas relações devem ser cordiais e amigáveis. Não deve existir desconfiança e inimizade entre eles”*¹¹⁰.

102

Conforme se pode notar, o texto oferece margem a claras interpretações. A possibilidade de cooperação entre as diferentes classes expressa a manutenção da ordem social vigente, numa abordagem funcionalista. Esta ideologia é, aliás, a sustentada pelas classes dominantes, que, para preservar suas condições, mascara o *“caráter de exploração e dominação das relações que ela mantém com a classe que se opõe a ela, no processo produtivo”*¹¹¹.

A Cruzada, propagando a ideologia da ascensão social e do valor da mão-de-obra qualificada, veiculava: *“No mundo moderno (...) mais e mais se exigem operários qualificados. Mas é preciso que o operário saiba ler (...) para que tenha melhores oportunidades na vida”*¹¹².

Ainda que estas passagens sejam comuns na grande maioria dos programas dirigidos ao adulto, nota-se que se omite uma análise estrutural mais profunda em que apareçam as condições do mercado de trabalho, a formação do exército industrial de reserva e a manutenção da mão-de-obra de baixo custo que sem-

pre beneficia o grupo detentor dos meios de produção. Por sua vez, sabe-se que a simples habilidade de leitura e escrita não assegura necessariamente, ingresso do operário no mercado de trabalho disponível.

De qualquer modo, estes pensamentos encerram idéias religiosas ao colocar em primeiro plano, mesmo implicitamente, a necessidade de o homem saber ler – para ler a Bíblia. A partir de então, introduziram-se princípios ideológicos adotados pela religião protestante norte-americana, tais como liberdade, democracia, trabalho e êxito, progresso e ascensão social.

As lições referentes ao salário são típicas do que se acabou de analisar. Veja-se, por exemplo, o caso do salário. O texto didático expressava que o salário teria que ser justo. Salário justo era *“quando o operário podia com ele comprar o que necessitava para si e sua família (...) Um patrão inteligente, paga melhores salário e seus empregados produzem mais”*¹³.

Nota-se aí, um transplante de idéias econômicas e ideológicas dos princípios liberais conjugados a uma moral cristã. Percebe-se a presença de certas idéias básicas de uma etapa mais desenvolvida do capitalismo, ainda não atingida pelo Brasil, e menos ainda pelo Nordeste, misturadas a conceitos de racionalidade técnica e de eficiência administrativa. De fato, tratava-se de uma típica transposição de idéias de uma para outra realidade social e histórica diferentemente estruturadas.

Ora, a difusão de idéias em uma determinada população deve fazer-se levando em consideração o contexto sócio-político-econômico e cultural e não como simples transposição o que incide em uma imposição e numa violentação cultural.

De qualquer modo, estas idéias não surtiam nenhum efeito, durante o período de vida da Cruzada, (1965, 1970) considerando-se o fechamento político e o controle ideológico das massas. Neste sentido a Cruzada podia se dar ao luxo de propagar idéias que não eram colocadas em prática, uma vez que, o

próprio movimento servia aos interesses do novo regime político, como um mecanismo de cooptação ideológica dos analfabetos ou semi-alfabetizados. O conjunto destas idéias liberais progressistas ou até reformistas, às vezes, tinha a função de ocultação e dissimulação.

Reforçando-se o que se expôs, tem-se por exemplo, a passagem: *"ninguém realmente torna-se uma pessoa fora da ordem social"* (Bergevin, 1968, p.1).

*"Falamos em liberdade, mas não somos livres, somos nossos próprios inimigos. Egoístas e preocupadas conosco mesmo. Aprendendo a trabalhar juntos, nos tornamos mais amadurecidos e contribuímos para o progresso da civilização. Aquele que constitui a sociedade é adaptável, educável, que muda e pode crescer, enquanto vive. Enquanto a sociedade nos forma, nós também a formamos"*¹⁴.

104

Como se percebe, a marca das influências de conceitos culturais e de sociólogos-funcionalistas norte-americanos é inegável. As teorias dos antropólogos culturais como LINTON STRODBECK e dos sociólogos como Person, Levy e Merton são notadamente visíveis tanto nos textos didáticos da Cruzada, como nas suas fundamentações teóricas.

A sociedade é considerada como uma instituição baseada na ordem moral, configurada tanto pela conduta do indivíduo isoladamente ou em grupo, quanto pelos seus aspectos normativos e formais, na perspectiva da ordem social. Com isto, nega-se o caráter conflitista, complexo e competitivo da dinâmica social.

Nesta mesma linha de abordagem se enfoca o papel do Estado.

"O Estado é uma sociedade, como a Igreja ou o Sin-

*dicato, a qual todos estão subordinados, obedecendo a sua vontade, expressa na Lei. Todas as atividades humanas estão sob o seu controle(...) mas o Estado não deve ser absoluto, deve agir de acordo com o interesse e a vontade do povo, pois é um meio que o homem tem de desenvolver sua capacidade e conseguir prosperidade para todos. Por isso deve estar acima dos interesses de pessoas ou grupos, para ficar ao lado do interesse coletivo*¹⁵.

Com efeito, parece ser inequívoco, nos textos, a influência dos sociólogos funcionalistas, uma vez que o Estado assume uma postura de neutralidade no âmbito dos interesses particulares, como se atuasse na condição de legítimo representante e defensor dos interesses coletivos da sociedade.

Assim, o texto exposto omite que o Estado não só *“representa o interesse político em longo prazo do conjunto da burguesia(...) sob a hegemonia de suas frações, atualmente o capital monopolista*¹⁶, como se organiza de forma tal que dá a impressão que ele se situa acima das classes, protegendo, portanto, os interesses dos grupos dominados e explorados.

Ora, a esta visão funcionalista já se contrapunha a visão histórico-dialética na qual se vêem a igreja, o sindicato, o partido, a escola, como aparelhos ideológicos deste Estado, à medida que se situam dentro dos limites institucionais, reproduzem as suas orientações, no sentido de garantir os interesses das classes hegemônicas (Althusser, 1970).

Todavia, para se manter a própria coerência com a perspectiva dialética, tanto a religião como a educação, os partidos como os sindicatos e outras formas de associação podem exercer influências no contexto social global, a ponto de ameaçar a ordem estabelecida. Daí se ter o exemplo dos movimentos populares organizados nos anos pré 64.

Consubstanciado ainda nas teorias sociológicas integradoras e conciliadoras, o conceito de classe social é enunciado como, “*camada social cujos membros se consideram socialmente iguais, em virtude de semelhanças de nível econômico, profissional, educacional e ainda atitudes morais, afiliação política e religiosa*”¹⁷. Era negado, portanto, nesta definição, o núcleo determinante da estruturação de classe: as relações sociais de produção e seus antagonismos.

Por fim, há de se ressaltar que um dos objetivos fundamentais idealizados ao se estruturar a Cruzada – a evangelização – encontrava-se presente na grande maioria dos textos didáticos utilizados.

A tentativa de tudo fundamentar em um espírito religioso – estava sempre presente nas mensagens e textos:

106

*“Em nossa casa
Todos louvamos a Deus
Por causa da sua bondade
Porque o mal que sofremos
Ele transforma em bem”*¹⁸.

Ou então,

*“Deus lhe deu estas riquezas
Só Deus pode dar-lhe riquezas (...)
Ele dá graça a Deus por muitas coisas
Muitas Graças, ó Deus”*¹⁹.

A preocupação em reforçar no homem a fé em Deus, também inspirou trechos como os seguintes:

1. “O médico veio ver Pedrinho
Disse que somente Deus

Podia curá-lo (...)
Vamos orar, Maria
Vamos pedir a Deus
Que cure Pedrinho (...)
Graças à Deus, Maria (...)
*Deus salvou nosso filho*¹²⁰.

1. *“A família de Olavo ama a Deus*
Louva a Deus a cada dia
Louva a Deus pela comida (...)
*Cada dia a família vive a fé*¹²¹.

O espírito evangélico ainda se fazia presente em outras lições, quando claramente se procurava despertar no homem a necessidade de ir a Igreja.

“A Igreja é a casa de Deus
Na Igreja adoramos a Deus (...)
*Deus ama ao homem*¹²².

107

“O povo da comunidade vai
a Igreja nesse dia agradecer
*a Deus as bênçãos da semana*¹²³.

“As Igrejas são da comunidade
se há dificuldade, as Igrejas ajudam (...)
ajudam aos necessitados
ensinam a boa conduta
chamam o povo para Deus
 você pode fazer parte de uma Igreja
 você pode ser ajudado por ela
 *e ela pode ajudar a outros*¹²⁴.

Pelo visto, a Cruzada nunca poderia negar o seu caráter

evangélico. Assim, sempre procurou desenvolver uma ação que considerava evangelizadora e missionária e era tida por seus críticos como proselitista.

Enfim, registre-se que os textos analisados estão repletos de outras significativas lições a respeito da Democracia, Política, Governo, Mudanças Sociais, Sindicalismo e Lazer. O seu estudo poderia constituir-se numa ampla pesquisa de análise de conteúdo, o que excede a pretensão deste trabalho.

5.5. O Corpo Docente

Como se Formavam e se Compunham os Quadros de Agentes pedagógicos da Cruzada?

O programa ABC absorvia nos seus quadros docentes dois tipos de professor: o alfabetizador voluntário e o supletivo.

108

O alfabetizador voluntário era treinado pelos técnicos especializados da Cruzada, pertencentes a um Departamento especial para este fim.

A estes professores cabia não apenas a tarefa de ensinar, mas de exercer, sobretudo, uma ação de liderança junto à comunidade, com o intuito de despertar entre os seus alunos e a comunidade, atitudes de interesses e colaboração com o movimento, de forma geral.

Considerando-se que uma classe continha em média 15 alunos para ser alfabetizados, durante três dias por semana e “que o método de ensino não era complicado, mas de fácil assimilação”, os dirigentes da Cruzada acreditavam que qualquer pessoa com curso primário poderia exercer satisfatoriamente, a função de professor voluntário.

Havia, porém, um treinamento, a fim de que fossem selecionados os candidatos que se mostrassem mais aptos para atender aos objetivos propostos.

O critério de seleção para esse treinamento dos alfabetizadores deveria atender aos seguintes requisitos, devendo o candidato possuir no mínimo o 4º (quarto) ano primário; ser maior de 14 anos; ter ao menos um expediente disponível; mostrar responsabilidade e aptidão para ensinar e o espírito voluntário para servir; ser recrutado pelo coordenador de áreas ou então recomendados¹²⁵.

Efetuando-se a primeira seleção, o candidato passava por um segundo treinamento que servia para a sua avaliação final. A avaliação final, inclusive, chegava a ultrapassar essa fase de treinamento, estendendo-se até aos primeiros meses de ensino.

Os critérios que serviam para o julgamento nesta avaliação continuada eram: ter 75% de freqüências às aulas; possuir comprovados conhecimentos, atitudes e habilidades em sala de aula; demonstrar firmeza para encarar a classe e os problemas apresentados; possuir segurança com os conteúdos das disciplinas.

Considerava-se, ainda, o desempenho do professor, quanto ao domínio do método, quanto a sua organização, valorizando-se a pronta entrega do material didático ao aluno (lápiz, cadernos e papel ofício, entre outros)¹²⁶.

Não se esgotavam aí as exigências formuladas ao professor alfabetizador. Esperava-se ainda que este tivesse competência ou aptidão de: levar o povo a sentir o problema do analfabetismo, buscando possíveis soluções para mesmo; desenvolver o espírito comunitário do povo, bem como, criar, cultivar e fortalecer nele, o sentimento altruísta, patriótico, democrático e cristão, através do trabalho.

No decorrer do treinamento do professorado, eram vistas as seguintes disciplinas: Metodologia, com 20 horas/aula, Psicologia de Adulto, com três horas/aula, Noções de Relações Humanas, com uma hora/aula, Noções de Organização Social e Política Brasileira - OSPB, com 1 hora/aula, Noções de Educa-

ção de Base, com 1 hora/aula, Informações Gerais Administrativas e Execução do Curso, com quatro horas/aula.

Na situação de voluntário, a maior parte destes professores não era remunerada¹²⁷. Em geral lhes era fornecido, apenas, um salário simbólico e uma recompensa em alimentos doados pela Aliança para o Progresso, através do Programa Alimentos para a Paz.

Uma das restrições da SUDENE ao programa ABC, girava em torno da condição do seu corpo de alfabetizadores. A equipe técnica daquela Superintendência recomendava aos organizadores da Cruzada, que se deveria, no processo de recrutamento desse pessoal, levar em consideração seus níveis de escolaridade, selecionando-se aqueles que tivessem, pelo mínimo, o 1º ciclo secundário. Era recomendado, ainda, que o treinamento oferecido pela ABC, fosse efetuado também em um período mínimo de um mês, em tempo integral. Sugeria-se, por fim, que estes professores tivessem uma remuneração, tendo em vista as responsabilidades inerentes ao trabalho desenvolvido e o seu caráter profissional¹²⁸.

110

Com o amadurecimento da Campanha, o incentivo, através do alimento, foi retirado, pois se verificou que este fato acarretava conseqüências negativas para o Programa. Muitas pessoas semi-analfaberas, integravam-se à Cruzada, motivadas pelo recebimento desta cota de alimentos.

À medida que a ABC ia firmando convênios com os Estados, os professores alfabetizadores, iam deixando de pertencer aos quadros de funcionários da instituição, cabendo ao Estado conveniente se responsabilizar pela remuneração destes professores. Ainda assim, a Cruzada continuava a assumir a responsabilidade do treinamento e acompanhamento do quadro docente.

Do que foi aqui apresentado, dá para perceber que os professores voluntários representavam na comunidade pequenas lideranças, uma vez que, através deles se garantia não só a matrí-

cula de inúmeros alunos, com também a permanência e assiduidade dos alunos às aulas.

Enfim, eram estes professores que arcavam com a maior responsabilidade do Programa, cabendo-lhes alfabetizar o adulto, para o ingresso nas fases supletivas.

No tocante ao professor supletivo, dado ter sob sua responsabilidade a continuidade da alfabetização, exigia-se que este tivesse, no mínimo, o curso ginásial completo.

Assim, tal como o professor alfabetizador, estes também passavam por uma seleção prévia, submetendo-se posteriormente a um curso de três semanas. No decorrer do curso eram vistas as seguintes matérias: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Naturais, Psicologia, Sociologia e Didática. Utilizavam-se, ainda, várias técnicas como as de estudos em grupo, meios audio-visuais, estudo dirigido, prática de ensino por sociogramas.

Os critérios de seleção eram, via de regra, idênticos aos utilizados, quando da seleção dos professores alfabetizados.

111

Em relação ao salário, a situação desse professor diferenciava-se da do professor alfabetizador, posto que quando do seu ingresso no Programa, esse já percebia uma remuneração, devido ao seu maior grau de escolaridade.

Infelizmente, os dados que se têm não oferecem condições para se fazer uma análise a respeito da evolução quantitativa dos contingentes destes professores. Os relatórios posteriores ao ano de 1968 omitem esta informação. Acredita-se que isto ocorreu pelo fato de os Estados, a partir desta data, terem se responsabilizado diretamente pelo corpo docente.

Em dezembro de 1967 contava a Cruzada com um total de sete mil setecentos e setenta (7.770) professores. Desse montante, seis mil seiscentos e doze (6.612), ou 86,0%, encontravam-se lecionando na 1ª fase, ou seja, na fase de alfabetização.

A 2ª (segunda) e 3ª (terceira) fases apresentavam um número bastante reduzido desse pessoal, chegando, cada uma,

isoladamente, a ter uma representação inferior à quantidade de docentes dedicados aos Projetos Especiais. Como já se mencionou, estes projetos desenvolviam o processo de alfabetização, em quartéis, penitenciárias e fábricas, etc.

Nesta época, o Estado de Pernambuco contava com a grande maioria dos professores, sendo o único a oferecer Projetos Especiais. Enquanto isso, o Estado da Paraíba, no ano de 1967, já oferecia a 3ª fase, o que não ocorria nos demais Estados.

Acredita-se que nos anos de 1968/1969, o montante de professores deva ter sido bem superior, não apenas pela introdução dos novos Estados na ABC, como, principalmente, pela inclusão das demais fases, oferecidas posteriormente.

Outra avaliação que se faz difícil pela precariedade dos dados disponíveis se refere aos dispêndios financeiros, pois, quando da efetivação dos convênios com os Estados, estes passaram a se responsabilizar por parte das despesas ali processadas.

112

No Estado da Guanabara, todos os professores que trabalhavam no Programa, eram devidamente qualificados, ainda que lecionassem no Curso de Alfabetização¹²⁹. Nesta situação, é possível que estas pessoas tivessem um salário superior aos professores leigos de outros estados.

Ao contrário da Guanabara, a Paraíba tinha nos seus quadros, um número bastante elevado de professores leigos, principalmente os da zona rural¹³⁰. Mesmo assim, este foi, possivelmente, o único Estado em que se teve a possibilidade de desenvolver a programação em todos os seus municípios. Logo, a quantidade de professores à disposição do movimento pode justificar seus altos custos, com o corpo docente, ainda quando se consideram os pequenos salários percebidos por professores, devido ao baixo nível de escolarização destes.

Por um longo período, a Cruzada ressentiu-se da falta de profissionais capacitados, experientes e, sobretudo aptos para colocar o problema da educação de adultos dentro de uma pro-

blemática maior: o desenvolvimento econômico e social do País, particularmente do Nordeste.

Em seus primeiros anos, os quadros docentes e técnicos do movimento eram compostos por pessoas recém-formadas, estudantes, ou o que era mais sério, professores sem nenhuma qualificação.

Este fato era agravado pela origem missionária da ABC. Ao ser implantado o movimento, embora seus dirigentes não concordassem em fazer proselitismo religioso, *"não tinham acesso ao cargo de supervisor e coordenador pessoas que não fossem protestantes ou encaminhadas por pastores ou outros membros da cúpula do seu credo religioso"*¹³¹.

5.6. A Clientela

Como se estruturava a clientela da Cruzada ABC?

113

A repercussão da Campanha atraiu milhares de pessoas para comporem seus quadros discentes. O objetivo maior desta procura era sem dúvida a alfabetização. Havia, entretanto, parte desta clientela que se matriculava no programa com o fito de obter uma reciclagem, outra, para adquirir uma profissão, havendo ainda aqueles que tinham como objetivo receber doações de alimentos fornecidos pelo movimento.

Estes motivos se comprovam através de uma pesquisa encomendada pela Cruzada ao Instituto Nacional de Estudos de Desenvolvimento Social (INED), realizada nas cidades de Recife e João Pessoa, no ano de 1967. Os motivos alegados por ordem de importância foram: obter conhecimentos; obter melhor emprego e trabalho; progredir no emprego; obter melhor profissão; progredir na profissão; obter documentos; tornar-se pessoa educada; ler a bíblia; votar nas eleições; obter alimentos; ensinar ou educar seus filhos¹³².

Tudo parece indicar que a grande maioria das justificativas concentrou-se nos aspectos de profissão e trabalho. É preciso observar, mesmo assim, que outros motivos, tais como “ler a Bíblia” e “votar nas eleições” consolidam, por um lado, as intenções intrínsecas da Cruzada (evangelização) e por outro a perene proposta de todos os movimentos de alfabetização de adultos: aumentar o eleitorado.

Deve-se insistir em lembrar que a explícita proposta pedagógica da Cruzada consistia em alfabetizar o homem, para, posteriormente *“capacitá-lo para o trabalho produtivo”*¹³³, *considerando que só assim esse deixava de ser “um peso morto na sociedade em que vive”*¹³⁴.

Convém salientar, que mesmo não sendo estes seus propósitos diretos, a ABC ao que parece, dava sua parcela de contribuição para qualificar o vasto exército industrial de reserva.

114 Com efeito, através de uma pesquisa realizada pela Cruzada, em conjunto com o Departamento de Comunicações da Universidade do Estado de Michigan – USA, sobre um curso profissional, chegou-se a uma série de interessantes conclusões.

Em primeiro lugar, após o curso, o número de pessoas sem emprego, havia aumentado. Em conseqüência, aumentou também o total de pessoas sem nenhum salário. Finalmente concluiu-se que apenas um reduzido número de pessoas estava efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos no curso¹³⁵. O mito da relação de causalidade entre escolarização e emprego parece não ter sustentação.

Outra pesquisa realizada na cidade de Aracajú, nos cursos de alfabetização, demonstrou que: a grande maioria dos alunos não tinha emprego. Dentre os empregados, a maior parte deles não necessitava da leitura ou escrita nos seus trabalhos, nem tampouco havia percebido qualquer aumento de salário, em função dos conhecimentos adquiridos no curso oferecido pela ABC¹³⁶.

Esta realidade se corrobora na cidade de João Pessoa – Pb, através de outro estudo semelhante¹³⁷.

No exame das possibilidades reais do alfabetizado ou do recém-profissionalizado ingressar na força produtiva do País, tudo parece indicar que mais uma vez as propostas educativas somente favoreciam a preservação de uma ideologia e de uma política favorável às classes que detinham os meios de produção e o poder. Conseqüentemente, se estaria, também, favorecendo a preservação da ordem estabelecida.

Mediante um intenso trabalho de incentivos e estímulos para assegurar a presença dos alunos nas aulas, ao que parece, a Cruzada não teve sérios problemas de evasão. De acordo com as informações disponíveis foi possível detectar que no ano de 1969, o percentual de evasão total da Cruzada foi de apenas 12,49%¹³⁸. Observando esta cifra por Estado, verifica-se que a maior taxa ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, 25,26%; enquanto a menor registrou-se em Sergipe, com apenas 5,72%¹³⁹.

Em geral, as desistências eram provocadas pela “suspensão da distribuição de alimentos” (causa principal), por problemas gerados pela falta de recursos financeiros da ABC, como a redução do número de professores e por problemas ligados à realidade do aluno, quer seja no aspecto profissional ou puramente pessoal¹⁴⁰.

A distribuição de alimentos pelo movimento provocou efeitos imprevistos. De um lado, servindo como uma forma de incentivo, propiciava a retenção dos alunos nas aulas. Por outro, gerou uma série de problemas para o Programa, como foi o caso do aparecimento de alunos fantasmas, já possuindo uma escolaridade. Nesta situação, estas pessoas se matriculavam com o único fito de receber alimento. Tão logo recebiam sua cota, estes alunos deixavam de freqüentar a escola.

Os dados estatísticos indicam que até ao ano de 1969, a matrícula da ABC encontrava-se em franca ascensão. Realmen-

te, no ano de 1966, noventa e nove mil oitocentos e setenta e sete (99.877) chegaram a concluir as fases do curso. No ano de 1967, este total cresceu para cento e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete (164.797) alunos. Há um pequeno aumento no ano de 1968, contando-se então com cento e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um (186.851) concluintes. A cruzada atingiu o ápice de matrícula em 1969, ano em que se matricularam duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e dois (298.422) alunos. Somando estes totais, tem-se, então, no decorrer de 4 (quatro) anos um atendimento geral de setecentos e quarenta e oito mil novecentos e quarenta e sete (748.947) pessoas¹⁴¹.

116

Em 1970, ano da sua extinção, a ABC atendeu a um total de cento e trinta e seis mil novecentos e vinte alunos (136.920) alunos¹⁴². Não se tem informação relativa ao segundo semestre. Era previsto, por seus dirigentes que este contingente, ao final do ano, chegasse a atingir um total de aproximadamente trezentos mil (300.000) alunos, considerando que a evasão não costumava ser superior a 20%¹⁴³.

O custo anual do aluno/ano, aos preços e moedas vigentes em 1969¹⁴⁴, apresentava-se na ordem de aproximadamente NCr\$ 39,45, menos de dez dólares¹⁴⁵.

6. O ENSINO PROFISSIONAL

A introdução de cursos profissionais na programação da ABC, complementava o elenco das ofertas educacionais desta organização. Trata-se de uma nova orientação, voltada para a produtividade do ensino, na formação profissional.

Partindo da premissa, segundo a qual a legislação brasileira voltada para o ensino profissional havia se preocupado com a indústria, deixando de lado o homem, a ABC se dizia disposta

a "tentar preencher esta lacuna que tem agravado o problema social"⁴⁶.

Os textos da ABC esclareciam que, em um País, com "49% de analfabetos, desenvolvendo-se em uma época já de automação, em que o trabalho pesado tende a desaparecer, não houve na legislação do ensino a menor oportunidade para o analfabeto adulto"⁴⁷. Assim, a sua proposta consistia em olhar e preparar o homem, para "não cair no mesmo erro dos legisladores que olharam a indústria e esqueceram o homem"⁴⁸.

Todavia, não se poderia esperar que a Cruzada viesse a esquecer a indústria, pois como já se viu, sua inspiração teórica implicava em uma visão da educação como investimento, numa sociedade industrial, devendo também se preocupar com o aumento da produtividade do trabalho.

Coerente, portanto, com estes propósitos justificativos na medida em que se:

*"Olhava o homem, nas "suas necessidades e possibilidades de recuperação", seria imperativo olhar também a indústria, para não se perder tempo e dinheiro com o ensino de profissões fadadas ao desaparecimento, pelo avanço da tecnologia moderna. E também, para não se pecar contra a demanda de mão-de-obra"*⁴⁹.

Ora, na perspectiva desenvolvimentista, o analfabetismo e a falta de preparo profissional são considerados um dos obstáculos mais críticos para o progresso tecnológico e industrial. Daí acreditar-se que, em função destes problemas geram-se substanciais prejuízos, tanto para as indústrias como para o desenvolvimento autônomo do País.

"(...) O analfabetismo e a deficiência de educação

*são responsáveis por importante parcela de atraso na adoção e na obtenção de taxas mais altas de produtividade. As deficiências da educação de trabalhadores potenciais da indústria têm exigido que os empregadores façam despesas consideráveis com o treinamento básico desses trabalhadores. (...) A ausência virtual de uma capacidade de pesquisa e desenvolvimento, (...) aumentou a dependência da economia brasileira em relação a transferências estrangeiras, de know-how científico e de produção*⁵⁰.

118

Assim, entendia a Cruzada, dentro dos propósitos da época, que à medida que se oferecesse aos recém-alfabetizados uma formação profissional dar-se-ia a estes homens uma oportunidade de ingressar na força produtiva. Em função disto, possibilitar-se-iam maiores condições destas pessoas ascenderem socialmente. Deste modo, a ABC teria dado sua parcela na correção das injustiças sociais, colocando-se, também, como fator fundamental no processo de desenvolvimento do País.

Aliás, existia na Cruzada uma visível preocupação em colocar, no rol dos seus objetivos prioritários, a *"autopromoção do homem, através da aquisição de uma profissão"*⁵¹.

Com isto, ela tentava revestir seus propósitos de um caráter humanizador, ainda quando sua concepção da educação trouxesse marcas de um planejamento educacional tecnocrático.

Este aspecto humanizador da educação se enquadrava bem dentro dos valores cristãos propagados nas últimas décadas, seja por protestantes, seja por católicos, no contexto da contradição capital e trabalho, quando se concebia que a dignidade humana associava-se diretamente com o trabalho produtivo.

É ainda interessante ressaltar que sintomaticamente esta preocupação simultânea com o homem e o trabalho, mais tarde seria retomada pela nova legislação do sistema educacional brasi-

leiro, na reforma do ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692). A Cruzada teve um papel precursor, neste sentido, antecipando-se na tentativa de articulação da educação com o sistema produtivo, pois já estava seguindo as diretrizes dos organismos internacionais.

Realmente, ao se analisar a Lei 5.692/71, facilmente se consegue detectar entre os seus objetivos declarados, a proposta de auto-realização e qualificação para o trabalho. Mesmo se situando numa dimensão diferente, os objetivos da Cruzada assemelhavam-se aos da citada Lei, quando essa dispunha sobre possibilitar ao alunado condições de autopromoção e qualificação para o trabalho.

A questão fundamental, porém, na relação educação e trabalho, está nos processos estruturais em ação na sociedade. Sabe-se que a exemplo da maioria dos países latino-americanos, no Brasil, a grande questão para as massas populares é conseguir e manter o emprego.

Assim, em síntese, diante dos inúmeros condicionamentos sociais e estruturais, as chances de engajamento dos alfabetizados pela ABC na força produtiva industrial era remota. Restava-lhes, como alternativa, transformar-se em mais um excedente da força de trabalho semiqualficada, fato que continuava limitando as suas possibilidades de autopromoção, mantendo-se a condição de marginalidade ou exclusão.

Quando a Cruzada idealizou implantar o ensino profissionalizante, teve também o cuidado de analisar alguns problemas. Levou-se em consideração, no planejamento preliminar, aspectos referentes aos custos, as ofertas e demandas de mão-de-obra e duração dos próprios cursos.

A partir de então, foi que se elaborou o planejamento definitivo, subsidiado por algumas decisões: implantar pequenas escolas nos arrabaldes das capitais e nas grandes cidades interioranas; selecionar curso de tecnologia acessível e de breve

aprendizagem; efetuar um levantamento das necessidades da região, com vistas a implantar cursos com demanda de mão-de-obra; evitar cursos que exigissem equipamentos onerosos¹⁵².

Para que o candidato fosse considerado apto a ingressar no curso profissionalizante, deveria ter concluído a 2ª fase supletiva do curso de alfabetização, passar por um teste vocacional e ter idade e saúde que permitissem um aproveitamento escolar e ocupacional apreciável.

Inicialmente, a Cruzada resolveu montar dez escolas, sendo oito destinadas ao Estado de Pernambuco e duas ao da Paraíba.

Em decorrência de dificuldades de ordem financeira, a Cruzada teve que reduzir bastante este total, mesmo já tendo grande parte da infra-estrutura física, como terrenos, prédios, etc. Desta maneira, até ao ano de 1970, só três escolas funcionaram efetivamente, todas elas localizadas no Estado de Pernambuco¹⁵³.

120

É importante salientar que em decorrência, ainda, da crise financeira do Programa, o Departamento de Educação e Promoção de Adultos da Secretaria da Educação de Pernambuco, no ano de 1970, passou a assumir as responsabilidades pela manutenção e operação daquelas escolas profissionalizantes¹⁵⁴. Esta medida era indispensável para a própria sobrevivência das referidas escolas.

O projeto inicial de se implantar este tipo de estabelecimento no Estado da Paraíba, não chegou a se concretizar plenamente, tendo funcionado, apenas, como uma experiência piloto. Quando da extinção da Cruzada em 1970, já se havia montado a infra-estrutura necessária, tendo-se inclusive alguns equipamentos básicos. No auge da crise, o prédio entrou com parte a dívida ativa da Cruzada. As máquinas existentes, nem sequer foram aproveitadas.

No início dos anos 80, ainda existiam no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, vestígios do que seria a futura Escola

Profissional de João Pessoa¹⁵⁵: um prédio abandonado e em estado de deteriorização.

A Cruzada havia decidido adotar os cursos de: Marcenaria, Serralharia, Soldagem, Mecânica de Automóvel, Carpintaria e ainda Preparação de Encanador, Mestre de Obra, Eletricista de Automóvel e Pedreiro. Entretanto, apenas três desses cursos chegaram a ser postos em prática: Soldagem, Marcenaria e Serralharia. Os motivos dessa redução, possivelmente, também, se vincularam a escassez de recursos.

De qualquer modo, a Cruzada partia do princípio de que a escolha desses cursos teria que ser condizente com a condição do homem recém-alfabetizado. Daí porque não se poderia oferecer determinadas habilitações que exigissem uma tecnologia avançada.

As propostas da ABC conforme o que se apreendeu até aqui, eram inspiradas em uma visão pedagógica que não revela uma percepção mais aguda e crítica das contradições estruturais do desenvolvimento capitalista dependente em processo no Brasil. Daí certa ingenuidade na expectativa de uma relação entre educação e trabalho que se daria como se tudo dependesse dos níveis de qualificação de mão-de-obra. Ora, a própria "estrutura educacional" de uma sociedade já é determinada pelas condições infra-estruturais de suas relações de produção.

A absorção da mão-de-obra pelo sistema produtivo não seria determinada pelos níveis de escolaridade e de qualificação dos operários, no modelo econômico vigente, o que não nega, porém que as condições educacionais da força de trabalho possa ter influência na evolução da estrutura produtiva.

A realidade veio comprovar este fato. Com efeito, através dos resultados de uma pesquisa realizada junto aos concluintes do curso de solda, já mencionada no item anterior, obtiveram algumas informações dignas de registros.

Dados constantes em documentos da ABC informam a

respeito da situação ocupacional dos alunos antes e após a conclusão do curso e sobre as suas condições salariais.

De uma pesquisa realizada com quarenta e dois (42) egressos, vinte e um (21) deles 50,0% do total, estavam sem emprego, sendo que sete (7) desses alunos haviam perdido suas respectivas ocupações, ao longo do período do curso. Conforme a análise da pesquisa, algumas destas pessoas, abandonaram emprego para estudar na "Escola" e "*não tiveram possibilidade de encontrar outro trabalho após o curso*"⁵⁶. Esta informação, por si mesma, dispensa comentários.

Ainda que se encontre um total de oito (8) pessoas exercendo a profissão de soldador, adianta-se que três (3) delas, anteriormente, já exerciam esta profissão por conta própria. De forma que, o curso em si, na ocasião, só havia realmente trazido maiores benefícios para cinco (5) alunos.

122 Em relação à situação salarial, esta acompanhou a tendência da situação ocupacional. A comparação salarial entre antes do curso e após o curso mostra que os integrantes deste sofreram uma visível perda de salário.

Era de se esperar que a maioria desses egressos tivesse conseguido melhorar sua situação econômica, após a conclusão do curso. Entretanto, viu-se que um número maior situa-se nas categorias salariais inferiores. A partir das faixas médias, o contingente de pessoas ali representado sofre uma visível redução.

É interessante destacar que a redução salarial não se aplica somente àqueles que perderam seus respectivos empregos. Esta redução atinge também outras pessoas que continuaram empregadas. Constatou-se pela pesquisa referida que o número de pessoas afetadas com a deteriorização salarial foi superior ao número daquelas que ficaram desempregadas.

Não se tendo aqui uma explicação mais plausível para esta ocorrência parte-se do pressuposto de que alguns deles tenham mudado de emprego passando a perceber salários mais

baixos.

Pode-se levantar a hipótese de que as características estruturais da Região Nordeste não ofereciam maiores condições de absorção de uma mão-de-obra semiqualficada. Havia uma pequena rede industrial demandando serviços complementares ou paralelos. Ao mesmo tempo faltava uma mentalidade de operariado industrial nos quadros formados.

Ora, não é a educação quem modifica a estrutura ocupacional da sociedade, mas inversamente é a estrutura produtiva que gera as exigências educacionais e dita a política de preparação de mão-de-obra.

A Cruzada ABC, como qualquer outro movimento educativo, não tinha condições suficientes para modificar as bases econômicas da sociedade, o que, aliás, não lhe competia.

É essencial considerar ainda que sendo a ABC um movimento educativo descomprometido com a conscientização política da sua clientela, as suas propostas educativas não ofereciam condições a estas pessoas de avaliar e redefinir a sua realidade, com vistas a tentar, através de pressões e organizações políticas, modificar as estruturas sociais vigentes ou pelo menos as condições imediatas de trabalho e produção.

O ensino profissionalizante oferecido pela CRUZADA criava uma expectativa na clientela em termos de autopromoção, integração e participação social. A realidade concreta do mercado de trabalho do Nordeste, com se viu no Capítulo I transformava o sonho em frustração. A miragem ideológica da inserção numa sociedade de consenso se desfazia pelas contradições da superexploração da força de trabalho.

7. PROGRAMAS ESPECIAIS, COM ÊNFASE NA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

A Cruzada, sentindo necessidade de estabelecer um relacionamento mais intenso com a população onde atuava, adotou certos procedimentos, capazes de despertar interesses na comunidade. Foram uma espécie de linha complementar da ação pedagógico-comunitária.

Estas estratégias, no seu entender, constituíam-se “*elementos indispensáveis para a globalização da educação funcional*”¹⁵⁷, caracterizando por conseguinte, seu trabalho comunitário de Educação de Base.

Fora disto, as atividades desenvolvidas neste campo, ajudariam, inclusive, a superar alguns obstáculos remanescentes, cedendo lugar a uma maior aceitação do movimento e da sua proposta de trabalho.

124

No nível formal, esclarecia a documentação da Cruzada que o objetivo dessas atividades era “*levar os integrantes da comunidade a identificar problemas e conhecer os recursos disponíveis, tornando-se capazes de tomar decisões em benefício do grupo*”¹⁵⁸.

Com esta proposta, passa a integrar a programação da Campanha a “Educação Complementar Comunitária”, esperando-se, através do emprego das técnicas de condicionamento psicológico, provocar mudanças comportamentais e de atitudes, onde ela operava.

Partindo-se de uma Distribuição de Alimentos, realizou-se, paralelamente, o Programa de Educação Alimentar e um outro de Educação para a Saúde, integrando os alunos e a comunidade, de forma geral.

O Programa de Educação Alimentar tinha por objetivo “*melhorar as condições de alimentação dos alunos e de sua família*”¹⁵⁹.

Esta atividade que se apoiava na distribuição de alimen-

tos, intencionava, através de cursos, oferecer à população formas de preparo e melhor emprego das mercadorias recebidas.

Este programa chegou ainda a implantar experimentalmente, um serviço de hortas caseiras, na tentativa de levar a população a se organizar “na luta contra a fome e a desnutrição”¹⁶⁰.

Por outro lado, o programa “Educação para a Saúde” desenvolveu outra linha de ação comunitária.

Pretendia a Cruzada, através de uma série de tarefas, minimizar os problemas de saúde da comunidade, partindo-se da difusão de alguns hábitos de higiene.

Com esta intenção, foi planejado um amplo trabalho abrangendo saneamento ambiental, imunização da população, inquérito parasitológico e tratamento das helmintoses, educação sanitária¹⁶¹.

Atente-se para o Programa de Distribuição de Alimentos, tendo em vista que o mesmo suscitou inúmeras críticas e polêmicas desde sua adoção e no decorrer da sua aplicação pela ABC.

125

Salienta-se a sua importância para o programa ABC, uma vez ter sido por seu intermédio, que a Cruzada conseguiu, facilmente, “conquistar” as comunidades, quando de seu início.

A Cruzada ABC partia do princípio que todo o sistema educacional brasileiro enfrentava problemas de deficiência alimentar.

Considerando que a sua clientela era constituída de pessoas “desempregadas”, “marginalizadas” e “famintas”, a ABC se sentia obrigada a tomar providências especiais para utilizar, no seu esquema educacional, um programa de ajuda alimentar.

Conforme seus planejadores, esta alimentação:

“Serviria de reforço à porção magra e incerta que mal atende a sobrevivência, criando condições físicas e mentais para a aprendizagem, diminuindo as

*preocupações quanto à provisão alimentar do dia seguinte e servindo de atração e incentivos para a frequência assídua às aulas*¹⁶².

Além disto, serviria também para propiciar ao alunado *“disposição de ir até o fim do curso”*¹⁶³.

Como diziam os documentos da ABC, a própria existência da Cruzada dependeu em grande parte da distribuição desses alimentos. Com efeito, ao se instalar em determinada comunidade, uma das primeiras providências do Coordenador era propagar a distribuição de alimentos. Assim, diziam os responsáveis pelo programa, *“após duas ou três distribuições, o bairro inteiro toma conhecimento da presença da poderosa organização ali implantada para servir, beneficiar, educar e trazer progresso e desenvolvimento”*¹⁶⁴.

126 Percebe-se aí, que a Cruzada, neste primeiro momento, utilizava os alimentos como um mecanismo propagandístico, ou como forma de envolver população dentro dos seus esquemas propostos.

Durante o processo de implantação do movimento, a distribuição de alimentos serviu também como estratégia para enfrentar as forças de sua oposição. Observa-se:

*“Periodicamente, a Cruzada tem de enfrentar campanhas dirigidas por forças radicalizadas de diversos matizes e de extremos diferentes. No início da programação (...), duas comunidades (...) foram totalmente dissolvidas por contundente ação desagregadora dirigida por extremista de esquerda. Com a chegada de alimentos, as duas comunidades foram totalmente recuperadas e incrementadas com vigor insuperável, (...) a força de esclarecimentos para a mente e de alimentos para o corpo”*¹⁶⁵.

A distribuição de alimentos ganhava assim uma conotação política, ao servir como instrumento de conquista ou reconquista dos espaços onde se pretendia atuar.

Ao lado de sua natureza assistencial, criticada como paternalista, a distribuição dos alimentos assumiu dentro da Cruzada um cunho de apoio pedagógico *“ao ser utilizada como forma de incentivar os alunos e professores a freqüentar as aulas. Nesta perspectiva serviu ainda para consubstanciar o programa de Educação Alimentar, junto aos alunos e a comunidade”*¹⁶⁶.

As críticas formuladas pelos técnicos da SUDENE ao programa de Distribuição de Alimentos da ABC residiam em três pontos: a) a cota de alimentos do professor se relacionar a sua dedicação e assiduidade; b) a cota de alimentos dos alunos se vincular a sua assiduidade, a sua disponibilidade de aprender e sua comprovada condição de pessoa analfabeta; c) servir como forma de “pagamento” aos proprietários das salas de aula onde funcionavam os núcleos.

127

Os técnicos da SUDENE eram de opinião que a distribuição dos alimentos se desvinculasse da ação educativa da Campanha.

Tendo uma duração de aproximadamente três anos, acredita-se que a Cruzada chegou a distribuir centenas de toneladas desses alimentos importados.

Infelizmente, as estatísticas disponíveis não oferecem dados mais precisos da evolução da doação desses alimentos.

Sabe-se, porém, que num espaço de 20 meses, foi distribuída a quantidade de doze milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e novecentos (12.985.900) quilos de alimentos, para um total de duzentos e vinte e um mil e setecentas (221.700) pessoas, numa média 59 kg. por pessoa atendida.

Por esta amostra, se tem uma idéia de quantidade de alimentos distribuídos, nos anos subseqüentes, mesmo que, em 1967, o programa tenha se restringido aos alunos da 1ª fase da

alfabetização.

Enquanto vigorou a distribuição de alimentos, a Cruzada montou um amplo esquema de controle. Em princípio, cadastraram-se todas as pessoas beneficiadas, posto que, a distribuição desses gêneros se efetuava com base numa relação nominal, preparada pelo Coordenador da Comunidade.

Os beneficiados tinham, entretanto, que apresentar um cartão de identificação previamente numerado e as fichas de comparecimento às aulas. Como já se mencionou o recebimento dessa quota de alimentos se condicionava à presença do aluno à escola.

Efetuando-se a distribuição quinzenalmente, cada responsável por essa função atendia duas comunidades, alternadamente. Após cada distribuição preparava-se um minucioso relatório, incluindo ali todas as informações referentes a estoques existentes, saldo, número de pessoas atendidas, etc.

128

Além do mais, se fazia o trabalho de estocagem dos alimentos recebidos do exterior. Havia épocas em que a Cruzada chegava a estocar cerca de quinze a vinte e cinco toneladas de alimentos. Deve-se, entretanto, considerar que cada distribuição quinzenal chegava a consumir cerca de sete toneladas dos diversos gêneros de alimentos. Lembra-se que estes alimentos faziam parte do Programa "Food for Peace", da Aliança para o Progresso.

Frutos de um convênio estabelecido entre a USAID e a Campanha Nacional de Merenda Escolar, no ano de 1963, durante longos anos estes produtos importados se fizeram presentes em grande número de escolas do País.

Foi, entretanto, mantendo diretamente contatos com a USAID, que a Cruzada conseguiu inserir a distribuição desses alimentos na sua programação.

Todavia, como este programa era subsidiário do amplo Programa Nacional de Merenda Escolar, restava ao Governo Fe-

deral, arcar com as taxas portuárias e transportes ferroviários. Para se ter uma idéia dos custos dessa operação, em 1967, o Governo Federal, teve uma despesa de cerca de quarenta mil cruzeiros novos (NCr\$ 40.000,00) somente com o transporte ferroviário das parcelas destinados aos programas da Cruzada ABC¹⁶⁷.

Por sua vez, os Governos Estaduais, Municipais e outros órgãos da administração pública, que haviam firmado convênios com a Cruzada, também se responsabilizavam por parte dessas despesas operacionais. Com efeito, competia a estes organismos o transporte de alimentos das estações ferroviárias para os depósitos locais, ou para outras comunidades, principalmente as localizadas nos pontos mais distantes dos postos de embarque.

Cabia à Cruzada efetuar o transporte dos gêneros alimentícios, após o desembarque, conduzindo-os para os depósitos centrais, para as sedes das comunidades mais próximas ou para os vagões ferroviários.

Para este fim, a Cruzada contava com quatro caminhões de oito toneladas, todos eles de sua propriedade, utilizados quase que exclusivamente para esta finalidade.

Como já se registrou, o programa de distribuição de alimentos foi passível de várias críticas procedentes de fontes diversas. De fato, pela pequena amostra aqui apresentada pode-se inferir que o governo brasileiro, arcando com todo o custo operacional desses serviços, terminava tendo uma despesa considerável, enquanto que os Estados Unidos se desvencilhavam de estoques de superprodução, podendo operar esta doação como mecanismo regulador de preços no mercado internacional e no mercado interno, além de lhes diminuir os custos de armazenagem de grandes excedentes de produção alimentar, o que era altamente custoso e de graves conseqüências econômicas para a política de preços e para o estímulo à produção.

A compra destes estoques por um Programa oficial do

governo americano funcionava como uma espécie de subsídio na política interna dos Estados Unidos.

Da parte do povo brasileiro, considere-se que ao se distribuir alimentos para uma população extremamente carente, como era a maior parte dos nordestinos, os americanos utilizavam uma estratégia política com vistas a atenuar as tensões sociais, provocadas pelas condições estruturais da sociedade.

Em outras palavras, os Estados Unidos estariam mais seguramente salvaguardando seus interesses políticos e econômicos no Brasil, no quadro de sua estratégia para toda a América Latina.

8. AS CRISES DA CRUZADA

8.1. A 1a. Crise – As Tensões entre a Cruzada e a SUDENE

130

Como se viu anteriormente, o movimento ABC ao ser implantado, tinha a seu favor, toda uma conjuntura que lhe propiciou consolidar sua posição de programa de educação de adultos, no contexto nacional e, sobretudo nordestino.

Retornando-se ao início da sua implantação, verifica-se que se, por um lado, as mudanças políticas de 1964 oportunizaram sua efetiva organização, por outro, a sua expansão foi marcada por uma série de oposições ou de resistências e de falta de recursos, apesar de uma aceitação favorável em vários setores. Na realidade não era tão fácil obter o financiamento da USAID que se beneficiava de uma imagem de doadora, mas que, na realidade, se regia por uma burocracia rígida em função de grande limitação ou restrição na transferência dos recursos.

Por outro lado, no âmbito nacional, pode-se dizer que a ABC nunca foi capaz de se impor, inteiramente, diante da técnico-burocracia brasileira e, de modo particular, diante dos especí-

alistas em educação.

As suas origens exôgenas e religiosas, sua pouca maturidade na área específica de educação de adulto, a sua abrangência, a metodologia utilizada e, sobretudo seus altos custos foram alguns dos fatores que contribuíram para que, inúmeras vezes, a ABC tivesse encontrado uma gama de obstáculos na promoção de seus interesses específicos.

Malgrado ter conseguido superar alguns destes obstáculos, isto debilitou gradativamente o movimento, sendo por fim substituído por um outro programa mais poderoso, produzido no bojo do próprio sistema estatal e empresarial brasileiro, o MOBREAL.

Dir-se-ia que o regime brasileiro do pós-64 aceitou a Cruzada, enquanto não teve condições de produzir o seu próprio movimento de educação de adultos. Entende-se o clima que reinou entre militantes da ABC, ao final da experiência julgada por eles exitosa, pela sensação de frustração e de terem sido manipulados pelo aparelho estatal ao qual pensavam servir.

131

Transpostas as resistências iniciais que não chegavam a se configurar como uma crise verdadeira, dada a força com que o movimento se impunha como única alternativa naquele momento histórico, os problemas da Cruzada deslocaram-se do nível político para o âmbito institucional.

A primeira crise concretamente assumida pelo movimento teve formação nos quadros da SUDENE.

Pelo que se pôde apurar, através de fontes secundárias e de entrevistas com participantes do movimento, a resistência inicial destas pessoas concentrou-se no fato de elas se oporem à interferência da USAID na área educativa brasileira.

Acredita-se que o "espírito" das idéias pedagógicas dos movimentos anteriores a 1964, ainda se fazia muito presente, neste grupo de educadores. De qualquer forma, como diz Tavares, a *"ação persuasiva da USAID e da Embaixada Americana"* (1980,

p.72) conseguiu, ao menos no plano formal, superar a resistência dos técnicos da Superintendência, por via de suas chefias a que tinham de se submeter. Opor-se a USAID era expor-se como subversivo e comunista. Como se frisou, essa superação ocorreu apenas no plano oficial dos convênios estabelecidos, uma vez que as barreiras continuaram a ser mantidas, no nível das resistências, por vezes sutis e difíceis. Logo após o estabelecimento do convênio SUDENE/USAID/Cruzada ABC, a SUDENE impôs algumas exigências a ABC, fato que impediu a realização de algumas das suas propostas iniciais.

Compreende-se que ainda em meados da década de 80 a SUDENE restringisse o acesso a seus arquivos referentes à Cruzada, considerados de certo modo sigilosos, por envolver pessoas ainda atuantes política e tecnicamente.

O valor do primeiro convênio da ABC, atingiu o montante de quinhentos milhões de cruzeiros (Cr\$ 500.000.000).

132

Cabia à SUDENE a competência de supervisionar, acompanhar e avaliar a programação pedagógica da ABC, bem como repassar os recursos estipulados pelo convênio para a execução do Programa. Nesses termos, a ABC se comprometia em, periodicamente, fornecer um relatório das suas atividades, bem como um plano de aplicação de recursos.

Acontece que a SUDENE, em geral, colocava algumas restrições ao total das parcelas solicitadas pela Cruzada.

A este respeito, observava a SUDENE que a estrutura administrativa da ABC, naquele período, não se encontrava ainda implantada, não se justificando, portanto, a liberação de 74,4% dos recursos do convênio, quantia pedida pela ABC, uma vez que o órgão executor não tinha capacidade para absorção.

Por outro lado, acrescentava o parecer técnico da Superintendência:

“Não se justifica a aquisição do material didático

*em quantidade muito superior ao número total de alunos, pois após essa fase experimental, todo o material será analisado e reformulado*¹⁶⁸.

Assim, as restrições da SUDENE na época, dirigia-se diretamente à deficiência da estrutura administrativa da ABC, à qualidade do material didático-pedagógico e à capacitação do pessoal.

Foi neste período que a Cruzada ABC dirigiu-se à SUDENE através do Diretor da Assessoria de Cooperação Internacional, solicitando a contratação de peritos estrangeiros na área de educação de adultos. Ao mesmo tempo, pedia autorização para enviar aos Estados Unidos, através de um programa de cooperação técnica, alguns integrantes do movimento, com vistas a participarem de cursos de especialização neste campo. Convém lembrar que muitos destes pedidos foram atendidos.

À medida que o movimento evoluía, afirmavam seus integrantes que as críticas mais gerais, diziam respeito à sua postura sócio-política-educativa. A Cruzada ainda naquele período era apontada como pró-imperialista e antinacionalista por ser um programa de americanos e, conseqüentemente, campo de ação de “voluntários da paz”. Alegava-se que sua atuação por ser obra de americanos estava alienando o Brasil e os participantes da campanha. Além disto, acusava-se a ABC na utilização da distribuição de alimentos do Programa Aliança para o Progresso. Nesta situação divulgava-se que esta era uma das formas de “se comprar a consciência da sua clientela”¹⁶⁹.

Os integrantes da ABC, em contrapartida, diziam que estas críticas eram infundadas. Alegavam que só a direção do Programa tinha origem americana, e que tudo isto ocorria pelo fato de os técnicos da SUDENE “terem ficado muito influenciado pelas idéias esquerdistas”. Para eles as críticas procediam do fato de que a ABC, “não era um movimento de esquerda, ser apolítico e

ser evangélico¹⁷⁰.

No ano de 1966, terminava oficialmente o primeiro convênio entre a Cruzada – USAID e SUDENE. A ABC assumindo sua discordância com a SUDENE, partiu para estabelecer um novo convênio, desta feita com o Ministério do Planejamento – MINIPLAN e a USAID, sem, contudo, passar pelos canais administrativos da SUDENE.

A respeito do estabelecimento deste novo convênio, assim se pronunciava o Sr. Dubose, Presidente da Cruzada, no relatório de atividades do ano de 1967:

“Devido às dificuldades encontradas com os técnicos de Recursos Humanos da SUDENE que fizeram oposição ao programa desde o seu início, em termos políticos, filosóficos, educacionais, religiosos e, finalmente pessoais, foi forçada a transferência da responsabilidade da supervisão técnica e financeira da Cruzada, para o Ministério de Planejamento e para o Banco Central”¹⁷¹.

134

Adiantava este senhor que a iniciativa de transferência foi feita pelo próprio Superintendente da SUDENE, na época o Sr. Rubens Costa, após uma série de encontros e tentativas sem sucesso de reconciliar o Departamento de Recursos Humanos da SUDENE e a Cruzada ABC¹⁷².

O relatório não informa, entretanto, que antes de a ABC apelar para o MINIPLAN, alguns contatos foram mantidos com a SUDENE, a respeito do valor do novo acordo. Nesta ocasião, a ABC propôs a SUDENE um plano global para o segundo financiamento, no valor de oito milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros novos e cinquenta e sete centavos (NCr\$ 8.865.427,57).

A divisão de educação da SUDENE, respondeu à ABC

em contraproposta de uma redução desse financiamento, para três milhões de cruzeiros novos (NCR\$ 3.000.000,00), numa redução absoluta de cinco mil oitocentos e sessenta e cinco, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros novos e cinquenta e sete centavos (NCR\$ 5.865.427,57), o que quer dizer um corte de 76,0% sobre o pedido.

Argumentava a SUDENE, mais uma vez, que a ABC não tinha ainda uma estrutura administrativa suficiente para aplicar tão vultuosa quantia. Por outro lado, alegando que a ABC não tendo ainda uma política definida em educação de adulto, não podia colocar o problema da alfabetização dentro de uma problemática maior que é a do desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Este fato agudizou as tensões entre a SUDENE e ABC. Sendo assim, após várias reuniões, a ABC decidiu buscar apoio no MINIPLAN, ocasião em que explicava ter recebido total apoio da USAID, no que se refere à solicitação inicial dos recursos.

135

O novo convênio havia sido assinado no dia 30 de setembro de 1966. Entretanto, a primeira parcela do total programado no valor de quatro milhões de cruzeiros novos (NCR\$ 4.000.000,00), somente foi liberada em seis de dezembro do mesmo ano.

Conforme a Cruzada, este atraso prejudicou sensivelmente a eficiência do Programa, visto haver defasado o seu cronograma de aplicação.

Nestas alturas, perguntava a SUDENE à Cruzada: qual a vinculação da ABC com os programas de infra-estrutura que ora se desenvolvem na região? Que pesquisas de mercado foram feitas com vistas ao ensino profissionalizante? Qual a percentagem de mão-de-obra ocupada que vem freqüentando os cursos de alfabetização?¹⁷³.

Estes questionamentos embasaram a posição dos técnicos da SUDENE, durante o Seminário de Educação e Desenvol-

vimento realizado em 1968, como já se viu anteriormente. Na opinião dos técnicos da SUDENE, o programa da Cruzada somente poderia ter repercussões positivas para o Nordeste se rediscutido e reformulado dentro das diretrizes contidas no documento do Seminário. Achava-se, ainda, que, ao nível de execução, deveria ser coordenado e supervisionado pelo DRH da SUDENE. Enfatizava-se, então, o aspecto de coordenação, justificando que o Programa ABC movimentava um total de recursos superior ao do Orçamento-Programa de toda Divisão de Educação da SUDENE.

Ora, um dos últimos pareceres elaborados pelos técnicos do Departamento de Educação da SUDENE, encerrava a análise de uma série de problemas detectados por essa equipe, situando-os em três dimensões: natureza institucional; natureza técnico-pedagógica; natureza política.

136 Inicialmente, a SUDENE contestava a própria ideologia do movimento que se pretendia "não intervencionista", como já mostramos em um texto oficial.

A SUDENE, através dos pareceres dos seus técnicos, não concordava com as premissas da ABC, pois segundo ela *"a educação é uma técnica social diretiva na medida que atua como fator retardatário ou acelerador das mudanças e, quando passiva ou alienada, visa a manutenção do status quo"*¹⁷⁴.

Alegava a SUDENE que, quaisquer que fossem os pressupostos filosóficos, políticos e religiosos da ABC, esta não havia se estruturado de modo a apresentar um plano viável, coerente e realista. Acrescentava ainda que os próprios dirigentes da ABC, reconheciam e testemunhavam as suas deficiências, nos aspectos técnicos e didático-pedagógicos do movimento¹⁷⁵.

Entretanto, insistia a ABC em manter decisões desaprovadas pela SUDENE, referentes a despesas com pessoal, equipamento, material didático, etc. A Cartilha ABC, por exemplo, era considerada pela equipe da SUDENE como inadequada para o

ensino de adultos, em termos de vocabulário, motivação e vinculação à realidade destes.

Ainda assim, após a revisão da Cartilha pela SUDENE, os técnicos da ABC não abriram mão do método originalmente adotado, mesmo que limitassem a introdução de fonemas, fato que restringia a possibilidade de se criarem situações chave, para o alunado.

A ausência de uma sistemática de conteúdo e objetivos gerais específicos de cada fase do programa, conforme a SUDENE, não permitia visualizá-lo como um todo, fato que não lhe favorecia saber concretamente, como a ABC *“chegaria a dar ao adulto uma formação básica equivalente ao nível primário”*¹⁷⁶.

Finalmente entendia a SUDENE que o enfoque do problema do analfabetismo dado pela Cruzada era simplista, quase emocional, daí porque, o conceito de Educação de Adultos deveria ser reformulado. Na opinião da SUDENE, a ação pedagógica voltada para o adulto deveria dar prioridade a uma preparação de mão-de-obra para assumir novas formas concretas de trabalho, no quadro das modificações regionais das relações de produção.

Estas orientações que expressavam o pensamento da própria UNESCO serviram para que a ABC reavaliasse toda a sua programação, como já se salientou, no decorrer deste trabalho. Nota-se, entretanto, que em nenhum dos seus documentos a ABC faz qualquer alusão às sugestões oferecidas pela SUDENE, ignorando aparentemente a importância da contribuição daquele órgão oficial.

Este fato configura o quadro de tensão existente entre a SUDENE e a ABC.

Mesmo enfrentando uma situação de crise, a SUDENE, no decorrer do ano de 1967, tentou ainda manter a sua posição, enquanto órgão responsável pela assistência técnica e pela

liberação de recursos do programa ABC.

No período em que a Cruzada assinou o convênio com o MINIPLAN e USAID, a Superintendência embasada pelo parecer de seus técnicos, encaminhou um ofício ao Ministério do Interior e do Planejamento, comunicando que uma vez que a Cruzada atuava no Nordeste, as verbas destinadas ao Programa deveriam ser canalizadas por aquele organismo.

A ABC interpretou este gesto, como uma intensificação da oposição da SUDENE, em face da vultosa quantia obtida pelo novo Convênio. Divulgava a Cruzada, que parte desta oposição advinha do fato de o próprio DRH não haver executado *“nenhum programa positivo no campo de educação de adultos, enquanto a Cruzada estava alcançando um grande sucesso”*⁷⁷.

138 Deste modo, a ABC partiu para atingir uma nova região longe dos controles da SUDENE. Foi assim, conforme Dubose, que o Programa se implantou no Centro-Sul, fazendo frente àquele Superintendência e evitando, ao mesmo tempo, a necessidade de submeter-se àquele órgão, o que a Cruzada julgava um “suicídio”.

Na opinião dos dirigentes da Cruzada, este ato representou um prejuízo para a programação do Nordeste, devido à expansão do movimento para outra Região. Em contrapartida, conforme eles, esta decisão tinha que ser levada a efeito, não apenas como forma de “reação à ameaça da SUDENE”, mas, essencialmente, como medida de emergência para a sua própria “sobrevivência”.

Constituíam-se plano da Cruzada, no futuro, ser “seu próprio mestre”, executando o seu programa através de um plano diretor, baseado em critérios prioritários “cientificamente estabelecidos”.

Estes planos, no entanto, não chegaram a ser concretizados, como se verá a seguir.

8.2. A 2a. Crise - A Expansão e os Problemas Internos

Como já se adiantou, o segundo financiamento da Cruzada foi proveniente de recursos oriundos do MINIPLAN/USAID.

As cláusulas contratuais rezavam que o total dos recursos no valor de oito milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 8.000.000,00), seria entregue em duas parcelas, cada uma no valor de quatro milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 4.000.000,00).

Estipulou-se ainda, que a primeira remessa, liberada em dezembro de 1966, seria depositada em uma conta especial na Agência do Banco do Brasil S/A, em Recife. A quantia restante seria transferida para o Projeto, após a apresentação, pela Fundação Agnes, de relatório a ser aprovado pelo Governo Brasileiro e USAID, referente à aplicação dos recursos iniciais concedidos.

Em princípio de 1967, tanto a Comissão de Cooperação da Aliança para o Progresso, quanto o Banco Central, encarregados do repasse e liberação da dotação prevista, discordaram do Plano de Aplicação de recursos da ABC. Diante disto, no primeiro semestre do referido ano, o Banco Central, liberou apenas quatrocentos mil cruzeiros novos (NCr\$ 400.000,00), ainda que tivesse sido inicialmente estipulado que, a segunda parcela restante, deveria ser usada até 30 de junho de 1967.

Após exaustivos protestos da Cruzada, o Ministério do Planejamento encaminhou um dos seus técnicos ao Nordeste, no mês de agosto, com o fito de avaliar a execução do programa educativo.

Graças ao parecer favorável desse técnico, o Banco Central, ainda que discordasse da forma como se apresentavam as prestações de contas, liberou, nos dias 17. novembro de 1967 e 27 de dezembro, do mesmo ano, respectivamente, as quantias de seiscentos mil cruzeiros novos (NCr\$ 600.000,00) e hum milhão de cruzeiros novos (NCr\$ 1.000.000,00), totalizando até

então o montante de hum milhão e seiscentos mil cruzeiros novos (NCr\$ 1.600.000,00).

O Banco Central, todavia, posto ter liberado estas quantias, persistia em exigir maiores detalhes das prestações de contas fornecidas pela Cruzada. Tanto foi assim, que as parcelas liberadas nos dias 05 e 19 de fevereiro de 1968, foram repassadas ao Programa, durante uma fiscalização de escrita efetivada pela Auditoria do Banco do Brasil.

No mês de março de 1968, o Banco deu por concluída sua fiscalização, liberando uma última parcela na quantia de hum milhão, trezentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros novos e oito centavos (NCr\$ 1:316.294,08).

140

Concluindo o repasse final, a Cruzada registra uma diferença de oitenta e três mil, setecentos e cinco cruzeiros novos e noventa e dois centavos (NCr\$ 83.705,92), entre o estipulado pelo convênio e o efetivamente liberado. Esta diferença, no entender da ABC, devia-se a documentos glosados pelo Banco Central. Assim, o valor real deste convênio foi na ordem de sete milhões, novecentos e dezesseis mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros novos e oito centavos (NCr\$ 7.916.294,08)¹⁷⁸.

Enquanto o Banco Central dava prosseguimento aos trabalhos de avaliação das prestações de conta da Cruzada ABC, esta conseguiu firmar um convênio com o MEC, durante a gestão do Ministro Tarso Dutra. No acordo, o MEC, a partir do ano de 1968, comprometia-se a doar a Cruzada uma verba inicial de sete milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 7.000.000,00), através das cartas convênios GM/c/190/68 e GM/c/239/68.

A cláusula 8ª do Convênio celebrado entre o MEC e a Cruzada ABC estipulava: "Fica expressamente vedada qualquer atividade por parte da Cruzada que contrarie os interesses do Brasil, o seu regime político e os valores morais e éticos da civilização cristã".

A crise com a SUDENE teve, porém reflexos no âmbito

dos Ministérios. Com efeito, o próprio Ministro do Interior, General Albuquerque Lima, através do aviso nº 0556 de 30. Jul. 1968, endereçado ao Ministro da Fazenda, manifestou “o propósito de manter a SUDENE ou qualquer outro órgão jurisdicionado ao Ministério do Interior, à margem das atividades educativas desenvolvidas pela Cruzada ABC”¹⁷⁹.

Os Ministérios com os quais a Cruzada havia estabelecido convênio, mesmo se pronunciando em favor da experiência educativa, encontravam dificuldades para atenderem as constantes solicitações de recursos.

A contingência de todos esses fatores gerava um atraso na programação e nos compromissos assumidos pela ABC. O presidente da Cruzada em ofício dirigido ao Diretor da Comissão de Cooperação da Aliança para o Progresso (COCAP), em abril de 1968, solicitava urgentemente que fosse autorizada a liberação dos sete milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 7.000.000,00), decorrentes do convênio assinado com o MEC no ano de 1967¹⁸⁰.

141

Nesse documento, o Sr. Dubose expressava sua preocupação diante da “*extensão das atividades da Cruzada*” e da “*gravidade das responsabilidades assumidas pela direção da mesma*”¹⁸¹.

A Cruzada tinha, diante de si, inúmeros problemas, mas ainda assim, lutava para expandir as suas atividades. Isto ficou patenteado ao ser cogitada junto ao Ministro Tarso Dutra, a possibilidade do movimento executar, no prazo de dois anos, um programa especial, intensivo na área de educação de adultos.

Este Programa, do final do ano de 1968, considerava que alfabetização de adultos era meta prioritária do Plano Trienal. Assim, o próprio Ministro propôs a USAID uma colaboração com vistas a se conseguirem quatorze milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 14.000.000,00)¹⁸².

Nessa época, a USAID, sua principal aliada, ainda que continuasse a prestar algum apoio ao movimento, parecia nutrir

um certo desinteresse em interferir diretamente nos novos financiamentos solicitados pela ABC. Para se ter uma idéia no ano de 1968, a Instituição ABC foi visitada, nos Estados de Pernambuco e Paraíba, por uma comissão parlamentar de inquérito do Senado americano, composta por três senadores daquele País, porque se denunciou no Congresso que os americanos estavam mandando para o Brasil, dinheiro, sem contrapartida e sem aprovação do Congresso Americano.

No que se refere à solicitação do Ministro da Educação, esclarece o novo Diretor da USAID ao presidente da ABC, ser impossível atender ao pedido de financiamento, na sua íntegra, de forma que dos dez milhões e quinhentos mil cruzeiros novos (NCr\$ 10.500.000,00), solicitados àquele organismo, a Cruzada recebeu uma doação de apenas seis milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 6.000.000,00), através da carta-convênio GM/c/307/69 em 29 de outubro de 1969.

142

Esta nova doação, entretanto, foi conseguida graças à concordância do Ministério da Fazenda, que atendeu a solicitação do MEC, em parecer específico e a própria sugestão da USAID¹⁸³.

Mesmo contando com esta nova dotação, a Cruzada já apresentava visíveis sinais de não poder manter as despesas decorrentes da expansão das suas atividades.

Para agravar o seu ciclo crítico, alguns Estados nordestinos tinham à frente das Secretarias da Educação novos secretários. Alguns deles, não se mostravam tão solícitos em apoiar a ABC.

No Estado da Paraíba, por exemplo, a mudança do Secretário da Educação, no entender dos dirigentes, foi calamitosa para o Programa.

Nesse período, o novo secretário, mesmo conservando o convênio efetivado com o Estado, dificultava a liberação dos recursos que eram destinados à Cruzada, pelo Governo Federal.

Foi nesta gestão que ocorreram inúmeros incidentes pre-

judiciais às atividades em desenvolvimento. Em princípio, fecharam-se prédios onde as experiências-piloto dos cursos profissionalizantes estavam sendo desenvolvidas. A Cruzada não tinha condições financeiras de arcar com os custos do experimento, nem o governo se interessou em assumir os encargos relativos a este tipo de ensino.

Já em 1967, a SUDENE sugeria à Cruzada que esta deveria dividir atribuições e responsabilidade. Neste sentido, a ABC se responsabilizaria diretamente pela alfabetização funcional, transferindo para o SENAC e SENAI a parte do ensino profissionalizante. A justificativa da SUDENE baseava-se na comprovada experiência destes dois órgãos na área da formação profissional e no aproveitamento das suas respectivas instalações.

A SUDENE se propunha ainda a entrar em entendimentos com os governos estaduais, com vistas a serem colocadas à disposição da ABC, salas de aula existentes nas comunidades. Isto no entender dos técnicos educacionais evitaria que a Secretaria da Educação duplicasse esforços nas áreas onde a Cruzada estivesse executando seu programa.

Já no primeiro semestre de 1969, os jornais deste Estado publicavam a insatisfação do professorado e dos funcionários da Cruzada ABC por falta de pagamento dos seus salários.

Um dos artigos intitulado "Dois mil professores da ABC, na iminência de ser dispensados", enfocava que tanto na Paraíba como em Pernambuco, professores e funcionários da ABC, cujos salários encontravam-se atrasados há quase seis meses, poderiam ser dispensados das suas funções, caso não fossem liberadas as verbas destinadas àquela Campanha.

Salientava ainda que este fato iria prejudicar cerca de 80 mil alunos, beneficiados pelo Programa de educação de adultos¹⁸⁴.

A situação, entretanto, parece não ter sido logo contornada, uma vez que, após quase dois meses, o citado jornal noti-

ciava novamente: “Cruzada ABC, ameaça fechar por falta de pagamento”. Nesta reportagem, alertava-se que os professores e funcionários iriam paralisar suas atividades, caso não fosse regularizada a situação de atraso do pagamento de salários. Essa situação atingia cerca de um mil e quinhentos (1.500) funcionários e diante das dificuldades, era proposta uma paralisação parcial, a qual poderia evoluir gradativamente para uma paralisação total¹⁸⁵.

Sentindo-se desprestigiada, criticada e sem verbas para continuar a sua programação, a Cruzada, no ano de 1969, apresentava visíveis sinais de não poder mais sobreviver.

8.3. A 3a. Crise – Extinção da Cruzada

144

No final do ano de 1967, através da Lei no. 5.379, o Governo Federal criava o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL – com objetivo de fornecer alfabetização funcional e educação continuada à população adulta. Inicialmente foi previsto que a entidade governamental seria o órgão coordenador, ficando a execução do programa a cargo de uma outra organização.

Em novembro de 1968, a Cruzada ABC, já sentia de perto os efeitos das oposições que iam surgindo dos setores ligados às forças do Estado. Mesmo assim, com fito de preservar o trabalho que vinha desenvolvendo, candidata-se a executar em áreas selecionadas o tipo de educação proposta pelo MOBRAL.

Para tal fim, elabora um projeto pronunciando-se favoravelmente a respeito da meta de erradicação do analfabetismo no País, proposto pelo MEC, posicionando-se como *“único órgão no Brasil, que mesmo de caráter particular possui uma máquina totalmente montada e com todas as suas engrenagens ajustadas para o trabalho de alfabetização de adultos”*¹⁸⁶.

Além disto, a ABC partia também para propor uma série de recomendações, considerando as dificuldades de se estabelecer um programa educativo em todo território do País.

Pelo que se pode comprovar, estas propostas não lograram os resultados esperados pela ABC.

Com efeito, o máximo que a Cruzada pode conseguir, foi firmar, em outubro de 1970, um pequeno convênio com o Departamento Nacional de Educação (DNE) do MEC, para que durante três meses, proporcionasse cursos de treinamento a supervisores e às comissões municipais do MOBRAL, na área nordestina.

Devido às dificuldades constantes para a liberação de verbas, a ABC, somente iniciou estas atividades, um mês após a assinatura do documento. Neste período, foram realizados cursos em Ribeirão (PE) e Aracajú (SE), atendendo a solicitação do MOBRAL, sendo prevista, ainda, a efetuação de novos treinamentos nas cidades de Vitória de Santo Antão, Garanhuns e João Pessoa.

Por força do convênio em apreço, foram elaborados e distribuídos trabalhos sobre Psicologia e Sociologia do Adulto Analfabeto, Administração de Programas Educativos, Conceituação de Alfabetização Funcional e Técnicas de Despertamento de Comunidades.

Não obstante estas atividades, o convênio só teve vigência até ao dia 30 de dezembro do ano de 1970, fato que obrigou a Cruzada a rescindir os contratos de grande número de pessoas envolvidas nestas tarefas.

O interessante é que, após a extinção da ABC, o MOBRAL aproveitou um significativo número de seus técnicos e funcionários, para comporem os seus quadros nos Estados nordestinos.

O ano de 1970 representou assim o último tempo de vida da Cruzada. No dia 27 de outubro do mencionado ano, a

Diretoria do Programa reuniu-se na sede social da entidade, situada à rua da Saudade, 229, na cidade do Recife e tomou as resoluções:

- a) autorizar a doar às Secretarias da Educação com as quais ainda mantinha convênio, o material de expediente, os móveis e utensílios usados na execução dos respectivos convênios;
- b) autorizar a venda de um automóvel em serviço na cidade de Aracajú e com o produto da venda, recontratar um dos seus técnicos durante três meses;
- c) tentar uma solução amigável com o Diretor do Cotonifício da Torre S/A, a respeito da devolução de um terreno emprestado à Cruzada da ABC;
- d) determinar que nenhuma responsabilidade de qualquer que fosse a natureza pudesse ser assumida com terceiros e com a contratação de pessoal;
- e) fixar a data de 31. dez. 1971, para término do prazo de qualquer responsabilidade assumida com terceiros ou com pessoal para a execução do convênio firmado com o MOBREAL¹⁸⁷.

146

Nesta reunião, informou-se, outrossim, que os convênios mantidos com os Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, seriam normalmente encerrados em 30 de dezembro de 1970. Na mesma data encerrar-se-iam também os convênios firmados com os Estados do Ceará e Guanabara, dada as dificuldades operacionais da entidade. Convém salientar que normalmente o término destes acordos estava previsto para ocorrer apenas no ano de 1971.

Os demais convênios firmados com outros Estados, no caso de projetos especiais, com Prefeituras, entidades particulares ou oficiais, tiveram também o mesmo destino, ou seja, foram todos extintos ao final do ano 70.

Mesmo em estágio de extinção, as equipes deste programa educativo chegaram a elaborar, durante este último ano, os seguintes documentos merecedores de menção: Meios de Co-

municação em Educação de Adultos; Currículo e a Andragogia; Avaliação de Programas de Educação de Adultos; Escolhendo um Padrão de Currículo para Adultos; Filosofia de Educação para a Cruzada ABC; Análise do Projeto de Pesquisa e Influência da Ação da Cruzada ABC sobre as Aspirações e Atitudes do Homem do Interior; Considerações sobre o Projeto MOBREAL; Ano Internacional da Educação; Formação de Professores Primários em Andragogia; Plano para Programa Radiofônico em Educação de Adultos; Plano para Programa de Educação Comunitária; Programa de Educação Comunitária; Resumo do Projeto Alemão; Anteprojeto para TVEA; Ante-Projeto para o Fundo Nacional de Educação de Adultos; Sugestões ao Projeto nº 5 do Planejamento Setorial do MEC; Projeto de Desenvolvimento Comunitário.

Neste mesmo ano, também, a Cruzada organizou o Primeiro Encontro de Técnicos de Educação de Adultos, contando com a participação de todos os Estados e outras instituições externas. Este encontro foi patrocinado pela USAID em colaboração com o Colégio Agnes e a Missão Presbiteriana do Brasil.

Percebe-se que a Cruzada ABC, ainda que vivenciasse uma situação de nítida crise final, tudo fazia para salvaguardar sua imagem, enquanto programa educativo. Estes esforços, no entanto não foram suficientes para consolidar sua posição e assegurar-lhe sobrevivência.

Submetida mais uma vez, a um processo de auditoria contábil, efetuada desta vez pela firma Plan Nordestina Ltda., a Cruzada tratou de liquidar grande parte dos seus compromissos financeiros, assumidos com particulares.

Entretanto, restava saldar os débitos com o INPS, nos Estados da Paraíba e Guanabara.

No Estado da Guanabara o valor da dívida atingia um total de trezentos e quarenta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 345.000,00). Na Paraíba este débito era na ordem de trezentos e

trinta e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 334.000,00).

Para saldar parte destes compromissos a Cruzada ABC se propunha a negociar com as superintendências do INPS destes Estados, colocando seus imóveis como objeto de pagamento.

Salienta-se, por outro lado, que neste ano, o Sr. Pierre Dubose, um dos principais arquitetos da Cruzada ABC, tinha recebido expressas ordens das Missões Presbiterianas para se retirar do Programa ABC e voltar para os Estados Unidos¹⁸⁸.

O Senhor Dubose que fora inicialmente Secretário Executivo da Cruzada e que assumira sua presidência quando esta começou a se expandir, foi o grande **mentor** da ABC. Foi ele inclusive quem contactou inicialmente com a USAID e Embaixada Americana, para implantar o programa no Nordeste.

Após sua saída, o cargo de direção ficou sob a responsabilidade do Sr. Jule Christian Spach, considerado também, um dos pioneiros da ABC.

148

Quando se sucedeu a mudança da presidência, a situação da ABC, já se apresentava insustentável. Tanto foi que, em uma das últimas reuniões da diretoria, ninguém mais acreditava que a ABC tivesse maiores perspectivas.

“Com relação às perspectivas do futuro da Entidade, parece-nos que a atual estrutura não oferece meios de sustentação. (...) Os possíveis convênios com o MOBRRAL para o ano de 1971 não estão perfeitamente claros embora não se possa dizer que seja impossível. (...) O mais aconselhável seria dissolver a entidade a partir de 1º de janeiro de 1971, procedendo-se à sua liquidação na forma da lei e dos estatutos sociais”¹⁸⁹.

Realmente, não havia mais condições suficientes para a ABC garantir o prosseguimento dos seus trabalhos. Em meados

do ano de 1970, embora lutando intensamente para manter uma relativa estabilidade, as retrações do programa eram por demais visíveis. As salas de aula progressivamente se fecharam. Do mesmo modo, crescia o número de pessoas demitidas, antes vinculadas ao Programa. Praticamente esgotaram-se as verbas destinadas à programação. Grande parte do patrimônio adquirido pela entidade ia sendo, gradativamente, transferido aos credores, como pagamento de dívidas da ABC.

Há quem afirme, inclusive, que o MOBREAL assumiu a liquidação da maior parte dos débitos da Cruzada, quando esta foi extinta. Infelizmente, não se têm subsídios suficientes para se comprovar esta afirmação.

Ao que parece, a ABC suspendeu terminantemente suas atividades no início de 1971. O término da Cruzada coincide com o período de lançamento do MOBREAL em todo território nacional.

A Cruzada que pretendia ser “a única entidade qualificada no País para as tarefas de educação dos adultos”, tornou-se incapaz de resistir às mudanças que se operavam na formação social brasileira e conseqüentemente na nova proposta educativa do governo.

Na política brasileira se vivia um novo momento. A proposta do MOBREAL já correspondia à uma nova fase histórica da ditadura militar – o golpe dentro do golpe.

Mesmo tendo sido um programa que teve vultosas doações tomadas de empréstimo a AID, mesmo tendo sido reconhecida como entidade de utilidade pública pela Presidência da República, governos estaduais e municipais, a Cruzada de Ação Básica Cristã mostrou-se incapaz de sobreviver nas novas circunstâncias da evolução da formação social brasileira.

8.4. Síntese das Origens, Evolução e o Caso da Cruzada ABC

O estudo da gênese da Cruzada ABC mostra que ela não encontrou espaço no contexto social e político pré 64. Os esforços dos grupos presbiterianos para afirmar sua participação no conjunto dos movimentos populares da época enfrentaram obstáculos de ordem político-ideológica.

Só após a mudança de regime político de 64, a Cruzada encontrou condições de desenvolvimento, estruturando-se, implantando-se e se expandindo a partir do Recife, que fora antes o núcleo maior das resistências. Baseou sua força nos acordos de cooperação internacional, no quadro dos convênios USAID e Aliança para o Progresso, em um momento em que o pensamento oficial do sistema político defendia a interdependência das nações, em blocos antagônicos. Em seguida, o próprio Governo Brasileiro, em seus vários níveis (municipal, estadual e federal) apelou para a Cruzada, confiando-lhe a função de suprir a falta deixada pelos extintos movimentos de educação de adultos.

150

A Cruzada chegou a ser considerada o movimento de educação de adultos com maior visibilidade e apoio oficial, identificada com a nova proposta política. As reações e críticas sofridas eram superadas pela força do próprio sistema e pelo aval de organismos internacionais.

A SUDENE teve papel muito importante na história da ABC, constituindo-se um pólo de contradição, enquanto criticava e limitava a ação do movimento.

Passível de muitas críticas, mas sem deixar de ter seu significado na sócio-política educacional do Nordeste, a Cruzada ABC assumiu complexa organização estrutural e funcional, sob a influência de propostas americanas.

Neste estudo, o aprofundamento do funcionamento pedagógico da ABC, a análise de suas metas e objetivos ajudou a contextualizá-la no momento social, político e econômico do País

e do Nordeste. Verificou-se uma evolução que revela o aperfeiçoamento das idéias da Cruzada, resultando das contradições, dos conflitos e das pressões de seu próprio processo de implantação e expansão. Neste quadro, os métodos e técnicas, bem como o material didático são expressão da proposta global da Cruzada integrada na totalidade social.

Privilegiou-se a análise da linha assumida de ensino profissional, pois esta opção do movimento ilustra especialmente como as campanhas de alfabetização respondem as demandas da estrutura social em cada momento histórico.

Quase como ações paralelas, mas complementares, apareceram os programas especiais que foram estratégias utilizadas para relacionar a Cruzada com as comunidades. Considere-se especialmente a distribuição de alimentos.

Finalmente, a análise das crises da Cruzada se apresentou em três momentos: a) a contraposição da SUDENE; b) as crises internas da capacidade gerencial e da falta de recursos e c) as condições históricas pouco favoráveis à sua continuidade, diante da estruturação e organização de um movimento oficial de educação de adultos, MOBRAL.

À GUIZA DE CONCLUSÃO GERAL:
A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DOS MOVIMENTOS E CAMPANHAS
DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A educação de adultos tem sido vista sob um tríplice enfoque. Sob critério bio-cronológico, educação de adultos se definiria como aquela que é ministrada a indivíduos de idade adulta, nos padrões de cada sociedade. Sob critério psico-social, educação de adultos se apresenta como a educação destinada aos grupos psico-socialmente considerados adultos. Por fim, sob critério sócio-político, a educação de adultos é entendida como uma prática social de mobilização e de integração dos trabalhadores diretos, privados, muitas vezes, do acesso à escolaridade formal e regular.

Na história da educação brasileira os movimentos de educação de adultos sempre conotaram um esforço de alfabetização. O ideal subjacente nesta proposta pedagógica era aquele proclamado por Rui Barbosa de erradicar a velha e vergonhosa mancha cultural do analfabetismo das massas. O Brasil sempre deteve uma das mais elevadas taxas de analfabetismo do mundo ocidental.

Na evolução histórica da formação social brasileira, a alfabetização de adultos passou a corresponder a um esforço da expansão dos limites do eleitorado nacional, para consolidar o lastro político do pacto populista.

Ora, as contradições internas do regime populista ocasionaram uma evolução na própria concepção de educação de adultos que passou a ser vista, no final dos anos cinquenta e inícios dos anos sessenta, mais como mecanismo político de conscientização e mobilização do que como processo de homogeneização das camadas populares, no projeto de modernização da sociedade.

Desde o período colonial, o Brasil tivera uma estrutura educacional rigorosamente correspondente a sua estratificação social. Dela se excluíam pois, as massas de trabalhadores escravos cujo acesso à instrução era vedado até legalmente.

No império, como a estrutura social permaneceu praticamente intocável, esta situação perdurou. A escolarização foi sempre um privilégio de classe. As massas populares estavam dela excluídas, como estavam também da posse da terra e do capital (meios de produção) e conservados à margem do sistema social e econômico, como simples força de trabalho, formando um imenso **exército de reserva**¹⁹⁰.

O analfabetismo não é uma **disfunção** social. Pelo contrário, é produto e efeito necessário da estrutura social vigente, índice de marginalização social.

154 Depois da Primeira República, quando a sociedade brasileira assumiu um projeto de modernização através da industrialização e urbanização, a pressão pelo analfabetismo das massas populares se tornou crescente.

De um lado era interesse do capital a homogeneização das massas trabalhadoras para sua integração urbana e sua capacitação dos novos processos de produção. De outro lado, a alfabetização era vista como um mecanismo da formação de um mercado interno, capaz de consumir a nova produção industrial. Da parte dos trabalhadores, os novos valores assumidos os levaram a ver na escolaridade um canal de ascensão social.

O pacto populista necessitava desta base social de sustentação.

No interior deste pacto, porém, eclodiram as contradições do choque de interesses anagônicos entre a burguesia e a classe trabalhadora.

Antes, a simples utopia pedagógica de erradicar o analfabetismo sem estancar suas fontes estruturais mobilizava a nação. Depois, no início dos anos 60, os movimentos que surgem assu-

mem outra conotação: educação é ato político, é transformação estrutural, é reforma de base da sociedade.

A falta desta reforma fazia que o esforço para suprimir o analfabetismo do panorama nacional fosse apenas aparente e também contraditório.

“De 1940 a 1970, verificou-se que a população alfabetizada teve um crescimento relativo maior do que aquele da população geral e da população analfabeta, em particular. Entretanto, o fenómeno do analfabetismo conserva grandes proporções. Com efeito, entre 1940 a 1970, contata-se um aumento absoluto no total dos analfabetos. Apesar de um aumento de 1,1% ao ano, o analfabetismo cobria em 1970 uma massa de 21.600.000 pessoas de 10 anos e mais, o que quer dizer 33,0% da população brasileira desta faixa etária”. (Madeira, Margot, p.38).

Dez anos após, em 1980 ainda se encontravam nessa situação 24.200.000 brasileiros deste grupo de idade.

Como analisa Madeira (ibid., p.70):

“A superação do analfabetismo não poderia efetuar-se sem a prévia superação das causas estruturais que o produzem. Estas causas residem na própria estrutura de uma sociedade onde as relações de produção geram as desigualdades sociais, aqui caracterizadas não apenas pelas distinções entre grupos, mas, sobretudo pelas distâncias mantidas entre as diversas camadas da estrutura social... Se nós mantivermos as atuais relações sociais no seio da estrutura de produção, não podemos esperar jamais superar o analfabetismo, porque ele é um efeito da condição de marginalidade das massas”.

Os movimentos de educação de adultos perdiam, no final do período populista, seu carácter de campanha de alfabetiza-

ção para se aliar às outras práticas sociais da época, voltadas para as reformas de base. Assim, a alfabetização se integrava num novo contexto.

Educação de adultos passa a ser educação popular, educação das classes populares. Entra na pauta das reivindicações políticas de movimentos e partidos. Integra-se no contexto das contradições entre a burguesia e o proletariado, entre o projeto nacional de desenvolvimento autônomo e autosustentado e o projeto de desenvolvimento dependente associado, entre a proposta nacionalista de grupos de vanguarda e a proposta conservadora de grupos tradicionais, aqueles reagindo contra a influência estrangeira e estes defendendo a bipolarização internacional.

156

Ora, neste quadro das relações entre estrutura social e educação de adultos, a Cruzada de Ação Básica Cristã, de inspiração presbiteriana e origem em grupos missionários norte-americanos, não tinha chance de desenvolver-se no contexto sócio-político do pré-64.

Só depois das mudanças impostas a partir de 1964, a Cruzada teve condições de estruturar-se e expandir-se.

O fato ilustra a tese segundo a qual os movimentos de educação de adultos conservam uma relação de integração e de unidade com o contexto sócio-político e econômico de sua época.

O interesse deste trabalho foi a análise da integração de uma proposta de educação de adultos no contexto das mudanças da sociedade brasileira pós-64. Em outros termos, pesquisou-se como a cruzada abc se integra no contexto sócio-político brasileiro e nordestino de sua época.

No pós 64, constatou-se, de imediato, o crescimento do controle da economia nacional pelo capital estrangeiro, o que se chamou de internacionalização da economia. O estado passou assumir nova função econômica como empresário. A concentra-

ção da propriedade e da renda determinava as condições de superexploração da força de trabalho. As desigualdades sociais foram reforçadas.

Como constata Vivero Madeira (op. cit, p.377):

“A expansão do mercado interno beneficiou apenas a uma pequena porção da produção que, mesmo assim, presencia o triste espetáculo da queda do seu poder aquisitivo, vivendo sob o espectro de uma inflação galopante e de uma dependência externa e vulnerabilidade crescentes”.

Assistiu-se a reafirmação da divisão internacional na qual o Brasil ocupa lugar de exportador de matéria-prima e depende da importação para o funcionamento do seu processo produtivo.

Mas, neste Brasil pós 64, um vasto programa de modernização foi desenvolvido. Não se pode negar o crescimento da economia brasileira que se colocou entre as dez maiores do mundo. Mesmo na recente crise da economia mundial, apesar de sua elevada inflação e do desequilíbrio da balança de pagamento, a economia brasileira mostrou uma relativa resistência. Entretanto, o modelo econômico adotado está voltado para o mercado externo e aberto para o capital estrangeiro. Isto faz da economia brasileira, malgrado sua expansão muito dependente e vulnerável. (Madeira, Margot, op. cit., p.50-1).

Em todo caso, em decorrência deste surto de crescimento econômico, o País modernizou-se. Das telecomunicações às redes de transportes, das estradas à produção de energia, da rede escolar à rede hospitalar, do sistema habitacional ao mercado de capitais e sistema previdenciário, dos serviços urbanos de saneamento básico ao consumo de bens duráveis e semiduráveis, tudo foi atingido pelo clima eufórico do que se chamava à época de milagre brasileiro.

No quadro desta modernização, inseriu-se o esforço pela educação de adultos, tendo em vista os altos índices de analfabetismo do País, preocupação indicadas pelos organismos internacionais como a UNESCO e a OIT.

Ora, o novo estado brasileiro, estava voltado para prioridades econômicas e não tinha como se dedicar de imediato a esta problemática. Os movimentos de educação popular anteriores a este período tinham sido erradicados ou contidos. O espaço estava vazio, aguardando ocupação conveniente. É quando surge a Cruzada ABC que, mesmo sendo uma organização de caráter privado conquista o apoio oficial do sistema político ao qual oferece todas as cauções e garantias de fidelidade:

“As forças produtivas e as relações de produção características do capitalismo somente se concretizam e se expandem num universo de valores, idéias, nações e doutrinas apropriados. Aliás, uns e outros estão recíproca e dinamicamente determinados. Não é por mero acaso que a revolução burguesa é também uma revolução científica, filosófica e religiosa, além de econômica e política”. (Ianni, op. cit., p.22).

158

A Cruzada vai se prestar a uma função importantíssima para a legitimação do novo sistema político. Por vários anos, ela gozou do prestígio de um programa semi-oficial, até que o próprio governo tivesse condições de estruturar um novo projeto para a área de educação de adultos. O Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL).

A primeira nota característica pela qual a Cruzada se credencia junto ao regime político brasileiro é sua vinculação com a USAID. Com efeito, em consequência do clima de internacionalização da economia e do incremento da dependência externa associada no bloco ocidental, o governo brasileiro

fortaleceu os laços da chamada cooperação internacional, através de acordos e convênio com a Agency International for the Development - AID.

A perspicácia dos missionários empenhados na Organização da Cruzada descobriu que o canal USAID asseguraria não apenas os recursos financeiros necessários, mas o respaldo político indispensável.

Por outro lado, porém, as reações e resistências que a Cruzada receberia nos meios educacionais locais seriam provocadas por esta vinculação exógena do projeto.

Em segundo lugar, o novo estado brasileiro, surgido de associação não-antagônica da burguesia nacional com o grande capital internacional, tinha toda garantia de que a ação educacional da Cruzada convergia para seus interesses.

Com efeito, tal como apareceu no corpo deste trabalho, a proposta pedagógica da ABC pressupunha o modelo educativo dos países centrais e se propunha a orientar a educação de adultos no Brasil no sentido de atingir aquele ideal de sociedade.

A transposição histórica do modelo provocou muita resistência nos quadros pedagógicos brasileiros. Ela reduzira o problema educacional a uma dimensão técnica e universal, esvaziando-o de maior conteúdo político e social, desconsiderado a cultura local. Nada mais conveniente aos interesses imediatos do novo regime brasileiro e dos organismos internacionais de cooperação e de ajuda.

A educação de adultos aparece como uma estratégia neutra e apolítica de modernização da sociedade¹⁹¹. Jamais ela é analisada na sua relação com as condições estruturais. Atribui-se, ingenuamente, a responsabilidade do analfabetismo a fatores de ordem pedagógica, retrocedendo-se assim a uma visão superada nos fins da década de 50 e início dos anos 60. Além disto, a educação se torna objeto de uma análise parcial, setorializada, isolada das estruturas parciais e da estrutura global do modo de

produção. Trata-se de uma clara referência teórica funcionalista.

Em terceiro lugar, o regime político brasileiro estava empenhado em intensificar o programa de modernização da sociedade, que vinha já em desenvolvimento desde 1930, baseado na industrialização/urbanização.

Ora, a Cruzada se oferecia como um meio auxiliar de preparação das massas para sua integração social, homogeneizando-as através dos processos de leitura, escrita e contagem.

Evidentemente, isto repercutiria na formação de um mercado interno de consumo, tão restrito na sociedade brasileira onde três quartos da população estavam abaixo dos níveis de poder aquisitivo mínimo¹⁹².

Pergunta-se, porém, por que esta experiência se localize preferencialmente no NORDESTE?

160

Caracterizada como uma região de miséria secular o Nordeste se apresentou, na fase pré-64, como um pólo crítico de tensões sociais. Aí surgiram as Ligas Camponesas, se desenvolveram os sindicatos rurais e movimentos de educação e cultura popular.

A Igreja Católica teve uma atuação marcante que chegou a inspirar a criação da Operação Nordeste (OPENO), da qual surgiu a SUDENE. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criou o Movimento de Educação de Base (MEB).

A Igreja Presbiteriana ensaiou uma presença no cenário social e cultural, mesmo antes de 1964, através de uma proposta de alfabetização. Ai se vão encontrar as raízes da Cruzada ABC.

Facilmente se atribuía ao analfabetismo das massas nordestinas a sua marginalização social e econômica. O analfabetismo era visto como uma causa de incapacidade das classes populares para integração em um mercado de trabalho. Via-se, portanto, como causa, o que é uma decorrência ou efeito. O analfabetismo, como indicador da situação de marginalidade, era pro-

duzido pelas condições estruturais da formação social.

Antes de tudo, aparecia o entrave da estrutura fundiária. Era na zona rural que se encontrava o maior nível de analfabetismo. O latifúndio e o minifúndio se apresentavam como duas faces da mesma moeda, criando um processo de produção agrária antieconômico e anti-social. As massas expulsas do campo como excedente demográfico iam formar nos meios urbanos os cinturões de miséria que estrangulam a urbanização incipiente.

A penetração do capitalismo no campo, também no Nordeste, criou novos padrões de produção, fortalecendo a grande empresa e proletarizando os antigos e pequenos proprietários.

Aos poucos se substituiu a dominação das oligarquias históricas dos coronéis pela força do poder econômico dos novos grupos. Daí se redefiniu o jogo das forças políticas em que as massas foram sempre mais alijadas, criando-se condições para a superexploração do fator trabalho.

Acresce a isto, a situação climática da região com secas periódicas, depauperando a economia regional e agravando a situação de desemprego, subemprego e desvalorização do fator trabalho.

161

Imaginou-se que um processo de industrialização seria capaz de absorver a força de trabalho regional. Aconteceu, porém, que o tipo de industrialização operada revelou-se altamente poupador de mão-de-obra, no interesse do lucro do capital acumulado em outras regiões.

A Cruzada tentou, após 1965, uma presença junto às massas desempregadas, na ilusão de prepará-las para uma nova estrutura de emprego que nunca surgiu.

A distribuição regional da renda continuou a se agravar. Dir-se-ia que se fez uma evolução de um capitalismo selvagem para um capitalismo absurdo.

A Cruzada que operou neste contexto substituiu os extintos movimento de mobilização política das massas. Ela

entendia que através de um processo de educação de base e de uma semiquificação profissional se pudesse atingir uma integração ocupacional com melhores salários e uma conseqüente ascensão social.

No quadro da modernização global da sociedade brasileira, o Nordeste continuou o processo de perda relativa do nível de sua participação no conjunto da economia nacional.

Ao ideal da Cruzada se contrapõe uma realidade estrutural básica.

Um fato que indica, no sentido da relação dos movimentos de educação de adulto com as condições sócio-políticas da formação social é a barreira encontrada pela Cruzada para se estruturar e se desenvolver no Nordeste pré-64.

162 O contexto sócio-político da época era desfavorável a este tipo de campanha. Tudo convergia para uma mobilização social e política, através da educação. Não se aceitava neutralidade. Não se concebia a vinculação com organismos estrangeiros. A proposta da Cruzada se contrapunha às propostas correntes, no período, e que significavam um avanço em relação às antigas campanhas de educação de adultos.

Do mesmo modo, como as condições sócio-políticas do pré-64 eram desfavoráveis à Cruzada, no pós 64, estas condições e lhes foram favoráveis.

A Cruzada aparece como o tipo adequado de movimento de educação de adultos para a nova ordem estabelecida. Ela se integrava no modelo econômico da dependência associada e da internacionalização, inserindo-se no quadro ideológico de uma visão funcionalista da sociedade. Sob o ponto de vista político, ela oferecia respaldo a um regime modernizador e não transformador da sociedade.

A ABC tinha, inclusive como sociedade civil, uma função de liberar o Estado de suas funções educacionais, mesmo que dependesse de seus recursos. Com efeito, era a Cruzada que

assumira a responsabilidade do atendimento educacional das massas populares e não o Estado.

Na mentalidade da Cruzada, a educação é vista, como no neocapitalismo, em termos de investimento. A teoria do capital humano se propagava e se dissimulava através das suas concepções filosóficas e pedagógicas.

Além disto, a preocupação técnica de planejamento e da organização do ensino estavam coerentes com o clima da época, na busca de eficiência e racionalidade tecnocrática.

Está aí um esforço de demonstração da tese segundo a qual os movimentos de educação de adultos, como de resto toda a estrutura educacional, conservam uma relação de unidade, coerência e integração com os processos inerentes à dinâmica de todo social.

Não se pretendeu levantar uma crítica negativa à Cruzada. O esforço e a dedicação de todos os seus integrantes, na busca de uma maior e melhor aperfeiçoamento dos conteúdos didático-pedagógico da campanha, são dignos de registro. Não se trata aqui de emitir um juízo de valor. O que se buscou nesta pesquisa foi o resgate desta parcela da memória educacional do Nordeste.

O interesse primeiro foi de recolher a documentação fragmentária e dispersa sobre este movimento educacional. Depois, a partir de uma análise crítica, tentou-se demonstrar a hipótese teórica das relações dos movimentos e campanhas de educação com o contexto sócio-político de suas épocas.

Possa este esforço servir ao crescimento da consciência da dimensão sócio-política da educação.

¹Esta categoria não se apresenta nos documentos da época. "Cidadania" aparece como um novo nome de democracia, após a Constituinte de 89.

²Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. Recife, 31-08 a 04-09-81. Anais - Recife - Fórum Nordeste/SUDENE, 1982.

³A este respeito, vide: OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. p.55-75. Cf. Seminário internacional sobre disparidade regional.

⁴Estas indústrias carrearam, na sua totalidade, 60% dos recursos do referido mecanismo, distribuídos da seguinte forma: Química (30%), Metalúrgica (16%), Minerais não Metálicos (7%), Materiais Elétricos e de Comunicação (4%). Menos de 30% destinaram-se às indústrias tradicionais nordestinas, ou seja, têxtil (15%), alimentos (10%) e vestuário e calçados (30%). Vide Araújo, op. cit., p.292.

⁵Note-se, contudo que com estes programas, a nível nacional, o processo de desenvolvimento regional é descaracterizado, passando a fazer parte de um amplo processo de planejamento do desenvolvimento nacional, baseado na expansão das regiões de economias mais dinâmicas.

Além do aspecto econômico, a implantação desses programas serviu também para desencorajar qualquer tentativa de mobilização das massas rurais, adquirindo assim um caráter inegavelmente político.

⁶Também neste período, o catolicismo recebia o influxo de uma nova consciência social, sob a influência do pontificado de João XXIII.

⁷Correspondência da BOARD OF WOLD MISSION, datada de 1/2/62. Cópia.

⁸Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Documento mimeografado, Recife-PE, p.1, s/d.

⁹Durante o Governo Goulart, em 1962, o Ministério Darcy Ribeiro destinou cerca de um bilhão de cruzeiros dos recursos do Programa de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, para publicação dessas cartilhas e manuais de alfabetização de adultos. Foram impressos quatro milhões de exemplares

da Cartilha para Alfabetização de Adolescentes e Adultos e cento e cinquenta mil exemplares do Manual de Preparo e Orientação do Alfabetizador, contando para isso com a colaboração da Revista O Cruzeiro. Após a extinção do Programa, grande parte desse material foi lançada ao lixo. O que restou, mais tarde, seria retomado pela Cruzada ABC, sendo posteriormente, também abandonado. Vide: BEISEIGEL, 1974, p.162. Confira também: PAIVA, 1974, nota 91, p.333-4.

¹⁰O colégio Evangélico Agnes Erskine, localizado na cidade de Recife, foi fundado em 1904, por grupos de missionários presbiterianos. A Escola é mantida no Brasil pela Brazil Mission da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. A finalidade evangélica da Instituição é explicitamente declarada no seu Registro Interno.

¹¹A este respeito vide Fávero, 1983.

¹²Correspondência da BOARD of WORD MISSION – datada de 1/2/62 – cópia.

166

¹³Correspondência expedida em 1/2/62, pelo Sr. Joseph R. Woody Secretário das Missões para a América Latina – Diretório das Missões para o Mundo, endereçada a Sra. Virginia Langden – Secretária das Missões Norte do Brasil. Cópia, p.2.

¹⁴Idem, ibidem, p.4.

¹⁵Correspondência expedida em 8/2/62, pelo Sr. Felix C. Robb, Presidente do Colégio Peabody, ao Sr. Joseph R. Woody, Secretário das Missões para a América Latina.

¹⁶Em 16/6/62, o Secretário das Missões para a América Latina escrevia para a Srta. Edla Gabriel de Oliveira, Diretora do Colégio Agnes, uma carta, onde se destaca a passagem: “Eu tenho a impressão que o Colégio Peabody ficará mais empenhado em participar do Projeto para a Educação Primária se o Programa Aliança para o Progresso no Brasil der seu endosso oficial e seu apoio. Eu sugeriria, então, que a Missão atente para inteirar as Autoridades da Aliança para o Progresso, aí em Recife, sobre o assunto. Se o endosso e o suporte financeiro da Aliança puderem ser assegurados, o Colégio Peabody poderá tomar uma decisão mais positiva sobre o proposto”.

¹⁷Correspondência expedida em 20/3/63, pelo Sr. Joseph R. Woody dirigida à Srta. Ann Pipkin, Secretária da Missões Presbiterianas do Brasil. cópia.

¹⁸Correspondência do Sr. Pierre Dubose Júnior, em 13/4/63, dirigida à Missionária Ann Pipkin, Secretária das Missões Presbiterianas do Brasil. cópia.

¹⁹Idem, ibidem.

²⁰O Sr. Pierre Dubose foi autorizado pelo Comitê Adjunto interino da Missão Norte do Brasil – em dezembro de 1962, para contactar com o pessoal da Aliança para o Progresso, a respeito do pretendido projeto educativo – Relatório do Sub-Comitê de Campo para a América Latina, adotado pela Diretoria das Missões para o Mundo, no encontro realizado em Nashville – Tennessee – nos dias 21 e 23 de janeiro de 1963. Cópia.

²¹O Sr. Dubose neste trecho da correspondência deveria estar se referindo ao tempo em que os presbiterianos se estabeleceram no Brasil: 1859.

²²O secretário das Missões para a América Latina se referia à Fundação Memorial Pew na Filadélfia. Esta Fundação havia sido cogitada no plano original, para prestar ajuda financeira ao Projeto Educativo, devido aos ideais evangélicos do seu Diretor Sr. Howard Pew.

167

²³Correspondência expedida em 31/5/63, por Miss Ann Pipkin, Secretária das Missões do Brasil, para o Revdo. Joseph R. Woody. Cópia.

²⁴Idem, ibidem.

²⁵Idem, ibidem.

²⁶Idem, ibidem. A respeito da visão política do governo Miguel Arraes, observe-se um artigo escrito por Juan de Onis para o New York Times em 27.4.63. Desse artigo intitulado: “Estado Brasileiro busca mais Ajuda” – “Antagonista da Aliança Para o Progresso decide aceitar dinheiro”, selecionaram-se os trechos seguintes:

“O governo esquerdista do Estado de Pernambuco está fazendo uma concorrência para obter ajuda da Aliança Para o Progresso em escala extensiva. (...).

Um problema para os Estados Unidos cresce do fato que o Governo atual foi eleito por uma frente de esquerdistas, na qual os comunistas têm um

importante papel. O staff do governador composto de esquerdistas dos intelectuais católicos romanos a comunistas.

O governador (...) em descrição própria diz ser um anti-imperialista, democrático nacionalista, que acredita que o Brasil necessita de uma revolução social, pelo voto se possível. (...).

Os responsáveis dos Estados Unidos devem verificar se uma ajuda extensiva da Aliança para o Progresso, em Pernambuco, não alinhará forças políticas (...) que poderão ser hostis para os Estados Unidos no futuro.

Por outro lado, uma retirada de cooperação, para Pernambuco deixaria a principal área de problemas do Nordeste, fora da capacidade do programa Aliança.

(...) Um livreto para ser usado no treinamento de alfabetização de adultos foi preparado e enviado para a gráfica. (...) O Dr. Germano (...) recusou o livreto de educação de adultos. Ao invés disto, o Estado planeja usar um livreto, preparado pelo chamado "Movimento de Cultura Popular". Agentes dos Estados Unidos descrevem-no como um livro de texto para instrução política. Obs: Este artigo foi encontrado junto à documentação da Cruzada ABC.

168

²⁷Relatório do Subcomitê de Campo para a América Latina, adotado pela Diretoria das Missões para o Mundo em reunião nos dias 11 e 12 de março de 1963, recomendava:

"(...) Deveria ser notado que nem a Diretoria, nem a Missão Norte do Brasil ou suas instituições educacionais, seriam oficialmente referidas neste projeto, até depois dos acordos contratuais finais (...)"

Além disto, fica entendido que nenhum parentesco oficial seria estabelecido entre a o programa e a Missão Norte do Brasil que apenas serviria como catalisador para promover e inspirar este projeto e, através de suas instituições educacionais, provavelmente, serviria sob a responsabilidade das autoridades brasileiras. (...).

Assim a ajuda técnica do Colégio George Peabody, seria executada sem qualquer relacionamento formal com a Missão ou a Diretoria, e o recurso seria fornecido indiretamente pelo programa de Ajuda AID dos Estados Unidos, canalizados através das próprias autoridades brasileiras, sem comprometer a posição da Diretoria nas relações Igreja-Estado". Cópia. p. 1-3.

²⁸Missão Presbiteriana do Norte – Boletim Informativo, cópia do texto datilografado. 1965, s/n.

²⁹Muitos dos professores voluntários tinham apenas alguns anos de educação

primária.

³⁰Idem, *ibidem*, p.3.

³¹Entrevista em 17.08.82, com a Sra. Lúcia Almeida, Coordenadora da Cruzada ABC, na Paraíba.

³²O Movimento de Educação de Adultos da Paraíba era inicialmente denominado "Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos". Após 64, chegou a preparar 300 professores dentro do método Laubach. Atuou em alguns municípios do Estado, chegando a atingir 10000 alunos aproximadamente. Dados obtidos com a Sra. Lúcia Almeida.

³³Cruzada ABC. Anteprojeto do Convênio Melhoria e Expansão da Educação Básica de Adultos no Nordeste do Brasil: SUDENE/USAID/BRASIL/ COLÉGIO AGNES. Recife - PE, 1965, p.2. Letras B e C.

³⁴Cruzada ABC. Carta Convênio para Melhoramento e Expansão da Educação Básica de Adultos no Nordeste do Brasil. SUDENE/USAID/Brasil/ Colégio Agnes. Recife-PE, 1965, p.7. Cópia.

³⁵Cruzada ABC. Convênio SUDENE/USAID/AGNES. 1965, p.8. Documento.

³⁶Arapiraca, José Oliveira. Op. cit. p. 113, nota 5. A respeito da dotação da USAID para o programa ABC, cita PAIVA que estes recursos eram provenientes do "Fundo do Trigo", com dotações derivadas da Public Law 480 - Title I". In: PAIVA, Vanilda Pereira. Educação op. cit., nota 182, p.344.

Salienta-se que a Lei 480 que formalizou os chamados acordos do Trigo, destinava uma parcela de 15% de seus fundos para a despesa com assistência técnica. Em virtude dos fundos comporem-se em cruzeiros, estes recursos só poderiam ser empregados dentro do País.

³⁷Entrevista realizada em 20/05/83, com Prof., Augusto Coimbra Pinto, que foi Supervisor da Cruzada ABC no Nordeste.

³⁸Idem, *ibidem*.

³⁹Idem, *ibidem*, p.2.

- ⁴⁰Cruzada ABC. Carta Convênio GM/C/604/66 de 30/09/66, cópia.
- ⁴¹Idem, ibidem, p.3.
- ⁴²Idem, ibidem, p.4.
- ⁴³Cruzada ABC. Relatório do ano de 1967, doc. cit., p.4.
- ⁴⁴Cruzada ABC. Relatório do ano de 1969. Recife – PE, março de 1970, p.4.
- ⁴⁵Entrevista com o Prof. Augusto Coimbra Pinto, já citada.
- ⁴⁶Cruzada ABC. Relatório da Diretoria à Assembléia Geral da Cruzada ABC, Recife – PE, dez. 1970, p.1. Cópia.
- ⁴⁷Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Recife – PE, 1968, p.215, mimeografado.
- ⁴⁸Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC, doc. cit., p.24-8.
- ⁴⁹Cruzada ABC. Questionário respondido pela Cruzada para a UNESCO no ano de 1970, Recife – PE, 1970, Item B, Métodos, p.4.
- ⁵⁰BONFIM, Pedro Calheiros. Relatório sobre o Programa Educacional da Cruzada ABC. Nordeste, 1968, Recife, jun.,1968, p.3.
- ⁵¹Cruzada ABC. Assessoria de Planejamento. Relatório do ano de 1969, Recife, 1970, p.19.
- ⁵²Idem, ibidem, p.19.
- ⁵³Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Recife – PE, Mimeografado, /d., p.15.
- ⁵⁴Idem, ibidem, p.15.
- ⁵⁵Idem, ibidem, p.15.
- ⁵⁶Cruzada ABC. Programa Educacional da Cruzada ABC – NE. Relatório

pelo Dr. Pedro Calheiros Bonfim, ago. 1967, Recife – PE, jun., 1968, p.2.

⁵⁷Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Op. cit., p.13-4.

⁵⁸Idem, ibidem, p.14.

⁵⁹Cruzada ABC. Relatório Sumário das Atividades do Departamento Comunitário da Cruzada ABC. Doc. datilografado, Recife – PE, 1967, p.1.

⁶⁰Idem, ibidem, p.2.

⁶¹Cruzada ABC, Relatório Sumário das Atividades do Departamento Comunitário. Doc. cit., p.3.

⁶²A respeito deste assunto, vide: PAIVA, Vanilda P. Educação popular..., op. cit., p.285-92.

⁶³Cruzada ABC. O Mundo e o Homem. 5ª fase. Equipe de Currículo, Recife – PE, s/d., p.86.

⁶⁴Cruzada ABC. Encontro de Líderes de Cruzada ABC. Garanhuns - PE, 15-17, março de 1968, p.5.

⁶⁵Idem, ibidem, p.5.

⁶⁶Ao que parece, a Cruzada com estas concepções retomava as idéias propagandas pela Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos, mantida pelo MEC, no início dos anos 60.

⁶⁷Cruzada ABC. Projeto de Alfabetização Funcional e Educacional Continuada. Recife – PE, nov. 1968, p.2.

⁶⁸Cruzada ABC. Encontro de Líderes da Cruzada ABC. Doc. cit., p.8.

⁶⁹Cruzada ABC. Objetivos do Currículo da Cruzada ABC. Filosofia do Currículo. Departamento de Ensino Básico, Recife – PE, Cópia datilografada, p.4, s.n.t.

⁷⁰Idem, ibidem, p.1.

- ⁷¹Cruzada ABC, Cartilha ABC. Manual do Alfabetizador, Recife, PE, 1967, s.d.t.
- ⁷²Cruzada ABC. Objetivos do Currículo da Cruzada ABC. Filosofia do Currículo. Op. cit, p.1.
- ⁷³Idem, ibidem, p.2.
- ⁷⁴Idem, ibidem, p.3.
- ⁷⁵BERGMANN, Miguel. Cruzada ABC. Sociologia do Analfabetismo. Recife – PE. Cruzada ABC, março, 1968.
- ⁷⁶Cruzada ABC. Encontro dos Líderes...op. cit, p.21.
- ⁷⁷Idem, ibidem, p.21.
- ⁷⁸Idem, ibidem, p.22.
- ⁷⁹Idem, ibidem, p.22.
- ⁸⁰Idem, ibidem, p.22.
- ⁸¹Idem, ibidem, p.20.
- ⁸²Cruzada ABC. Filosofia do Currículo. Doc. cit., p. 4. s.d.t.
- ⁸³Define-se como diversidade cultural o modo de vida, de pensamento, de ação e sentimentos próprios das diferentes classes sociais.
- ⁸⁴Cruzada ABC. Questionário respondido pela Cruzada para a UNESCO em 1970. Doc. cit.. Item B, Métodos – a) Natureza do Método, p.1.
- ⁸⁵Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Doc. cit., p.2.
- ⁸⁶Cruzada ABC. O que é a Cruzada ABC, publicações da Cruzada ABC. Coleção nº 5 Recife – PE. (Repúblicas) v.1, out. 1968, p.5.
- ⁸⁷O Instituto Lingüístico de Verão do Brasil é citado em alguns documentos da ABC, sem haver, contudo, esclarecimento sobre o seu local de

funcionamento.

⁸⁸A pesquisa vocabular foi realizada em 8 Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Sergipe, nas áreas urbana, suburbana, rural e litorânea. Abrangeu 35 municípios e 350 pessoas. Teve por objetivo enfatizar no material didático do movimento o aspecto lingüístico do nordestino e suas implicações sócio-culturais. Este trabalho contou com o assessoramento técnico da Dra. Sarah Gudchinsky da Universidade de Brasília, da Prof^a. Ruth Thompson, do Instituto Lingüístico de Verão e do Prof. Chalmers Browne, lingüista e especialista em pesquisa vocabular. In: Cruzada ABC. Relatório Geral de 1967. Departamento de Currículo e Material Didático, Recife - PE. 1968, p.3-6.

⁸⁹Cruzada ABC. Objetivo da Cruzada ABC. Doc. citado, p.15.

⁹⁰Idem, ibidem, p.16.

⁹¹Idem, ibidem, p.18.

⁹²“Missionários de procedência predominantemente norte-americana difundiram concepções de vida e maneira de agir coerentes com o sistema valorativo prevalecente em sua cultura de origem. A ética protestante aqui introduzida estimulava e dava legitimidade a padrões de comportamento correspondente a estilo de vida apropriado pelas sociedades capitalistas mais desenvolvidas”. Cândido Procópio de Camargo: Católicos, Protestantes e Espíritas. Petrópolis, Vozes, 1974, p.143.

⁹³Ramalho, Jether P. Op. cit., p.69.

⁹⁴Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Doc. cit., p.16.

⁹⁵Idem, ibidem, p.16.

⁹⁶Idem, ibidem, p.18.

⁹⁷Idem, ibidem, p.19.

⁹⁸Idem, ibidem, p.19.

⁹⁹Idem, ibidem, p.21.

¹⁰⁰Cruzada ABC. Análise da Cartilha: "Quero Vencer". Equipe DEBAS. (Documento interno de estudo. Recife: jan. 1970, p.10.

¹⁰¹EISENSTADT, Shamuel N. Modernização e Mudança Social. Editora do Professor. Belo Horizonte: 1968, p.114.

Cf. também: HALEBSKY, Saüdor, Sociedade de Massa e Conflito Político. Zahar, Rio de Janeiro; 1979.

¹⁰²Na abordagem individualista do protestantismo, "o único e real problema políticos são os homens corrompidos que necessitam ser alcançados pelo Evangelho. Transformar a sociedade através da Transformação do homem é a ação política possível e desejada". In: RAMALHO, Jether P. Op. cit., p.62.

¹⁰³Cruzada ABC. análise da Cartilha "Quero Vencer". Obra citada, p.15.

¹⁰⁴Cruzada ABC. Projeto de Alfabetização Funcional e Educação Continuada... Doc. cit., p.2.

174

¹⁰⁵PAIVA, Vanilda P. Educação Popular... Op. cit., p.271.

¹⁰⁶Cruzada ABC. Análise da Cartilha "Quero Viver". Op. cit., p.15.

¹⁰⁷Cruzada ABC. análise da Cartilha para Adultos, Equipe DEBAS. Documento interno para estudo. Recife: abril de 1970.

¹⁰⁸Idem, ibidem, s/pág.

¹⁰⁹Idem, ibidem, s/pág.

¹¹⁰Cruzada ABC. O Brasil e o Mundo. Manual do Professor, 4ª fase. Notas para o professor. Recife - PE, Cruzada ABC, s/d, p.41.

¹¹¹WARDE, Miriam Jorge. Educação e Estrutura Social. A profissionalização em Questão. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977, p.46.

¹¹²Cruzada ABC. O Homem e o Saber: Estudos Sociais, Ciências Naturais, 4ª fase. Recife - PE. Cruzada ABC, s/d, p.30.

¹¹³Idem, ibidem, p.31.

- ¹¹⁴Idem, ibidem, p.20.
- ¹¹⁵Cruzada ABC. O Homem e o Saber. Op. cit., p.27.
- ¹¹⁶POULANTZAS, Nicos (org.). O Estado em Crise. Rio de Janeiro. Grall: 1977, p.21.
- ¹¹⁷Cruzada ABC. O Brasil e Mundo. Manual do Professor, op. cit., p.38.
- ¹¹⁸Cruzada ABC. Cuidando da Saúde. Linguagem. Recife – PE. Cruzada ABC. Iª Parte. s.d.t., p.15.
- ¹¹⁹Cruzada ABC. Bons Vizinhos. Linguagem 2ª fase. Recife – PE, 1966, 3ª ed., p.14.
- ¹²⁰Idem, ibidem, p.2.
- ¹²¹Cruzada ABC. Cartilha ABC para adultos. Recife – PE. Cruzada ABC. 1966, p.9.
- ¹²²Idem, ibidem, p.41.
- ¹²³Idem, ibidem, p.42.
- ¹²⁴Idem, ibidem, p.43.
- ¹²⁵Cruzada ABC. Educação de Base de Adultos. Plano Global. set. 1966/ ago. 1967. Recife – PE: s.p.t., p.5, cópia.
- ¹²⁶Idem, ibidem, p.5.
- ¹²⁷Cruzada ABC. Questionário respondido pela Cruzada para a UNESCO. Doc. cit., item D, p.2.
- ¹²⁸Parecer do DRH/SUDENE. 1966 – Proc. 1281/65.
- ¹²⁹Idem, ibidem, p.2.
- ¹³⁰Idem, ibidem, p.2.

¹³¹SUDENE. Parecer do DRH. Recife – PE, 1966, no Processo n.º 1281/65 – B.

¹³²Cruzada ABC – Questionário respondido pela Cruzada para a UNESCO. Doc. cit., item E. Clientela, p.1.

¹³³Cruzada ABC. Relatório sobre o Programa Educacional da Cruzada Nordeste. 1968, Op. cit., p.11.

¹³⁴Cruzada ABC. Relatório do ano de 1969, op. cit., p.2.

¹³⁵Cruzada ABC. formados e “Desistentes” da Primeira Turma de Soldadores da Escola Profissional de Peixinhos. Relatório de Pesquisa n.º 1. Departamento de Pesquisa. Fev. 1969, p.6-11.

¹³⁶HERZOG, Jr. William A. Students of Cruzada ABC in Aracaju – Sergipe. Description and Comparison by phase and sex. Recife – Brasil. jun., 1970, p.7.

176

Foi constatado neste trabalho que, das 254 pessoas entrevistadas, 114 (44,88%) estavam desempregadas; 53 (37,86%) recebiam entre NCr\$ 49,00, apenas 12 (8,57%), recebiam mais de NCr\$ 200,00. Na época, o salário mínimo era de NCr\$ 200,00. Das 140 pessoas empregadas, 74 (52,86%) não precisavam de leitura ou escrita para desenvolverem suas atividades, contrapondo-se a 62 (44,28%) que tinham esta necessidade. 83 (59,29%) alunos não haviam tido aumento de salário, confrontando com 10 pessoas (7,14%) que tinham conseguido este aumento pelo fato de terem aprendido a ler.

¹³⁷Cruzada ABC. Students of the Cruzada ABC in João Pessoa, Paraíba. Description and Comparison by phases – Research Department Cruzada ABC. Recife – Pernambuco. 1970, p.10-1.

No tocante à situação de João Pessoa é observado que de 427 entrevistados, 312 pessoas não tinham emprego. A maior concentração de pessoas 26 (22,61%), inseria-se na faixa salarial entre NCr\$ 25 a 49,00; 12 pessoas (10,43%) ganhavam entre NCr\$ 24,00. Apenas 14 alunos (12,18%) recebiam mais de NCr\$ 150,00.

De 115 pessoas empregadas 58 (50,43%) não precisava da leitura ou escrita nos seus trabalhos. 86 delas (74,78%) não tinham aumento em função do estudo. Ocorreram apenas 2 casos (1,74%) em que as pessoas se inseriam nesta situação de aumento de salário.

- ¹³⁸Cruzada ABC. Relatório do ano de 1969, doc. cit., p.16.
- ¹³⁹Idem, ibidem, p.16.
- ¹⁴⁰Cruzada ABC. Questionário respondido pela Cruzada para UNESCO. Op. cit., item E. Participantes, p.2-3.
- ¹⁴¹Cruzada ABC. Relatório do ano de 1969. Doc. cit., p.5.
- ¹⁴²Cruzada ABC. Relatório da Diretoria à Assembléia Geral da Cruzada. Recife – PE, 1970. Doc. cit., p.2.
- ¹⁴³Idem, ibidem, p.2.
- ¹⁴⁴Idem, ibidem, p.15.
- ¹⁴⁵O dólar em dez. de 1969 apresentava o valor de NCr\$ 4.32 (quatro cruzeiros e trinta e dois centavos) para compra e NCr\$ 4.35 (quatro cruzeiro e trinta e cinco centavos) para venda.
- ¹⁴⁶Cruzada ABC. Objetivos do Currículo da Cruzada ABC. Departamento de Ensino Básico. Recife – PE, s.n.t., p.47.
- ¹⁴⁷Idem, ibidem, p.47.
- ¹⁴⁸Idem, ibidem, p.48.
- ¹⁴⁹Idem, ibidem, p.48.
- ¹⁵⁰ROBOCK, Stefan H. O Desenvolvimento Brasileiro em Debate. Trad. Leo Margarinos de Souza Leão. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S/A, 1977, p.184-5.
- ¹⁵¹Cruzada ABC. Ano Internacional da Educação. Recife – PE, 1970, doc. datilografado, p.12.
- ¹⁵²Cruzada ABC. Objetivos do Currículo ABC. doc. cit., p.48-9.
- ¹⁵³Estas escolas funcionavam nas localidades de Peixinhos e nas cidades de Jaboatão e Caruarú.

¹⁵⁴Cruzada ABC. Relatório da Diretoria à Assembléia Geral da Cruzada. 1970. Doc. cit., p.1.

¹⁵⁵ Depoimento concedido por um ex-integrante da equipe técnica da Cruzada ABC, em João Pessoa - Pb.

¹⁵⁶Cruzada ABC. Formados e "Desistentes" da Primeira Turma de Soldadores da Escola Profissional de Peixinhos. Relatório de Pesquisa. Doc. cit. p.7.

¹⁵⁷Cruzada ABC. Relatório geral do ano de 1967. Departamento Comunitário. Doc. cit., p.9.

¹⁵⁸Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Departamento de Ensino Básico. Doc. cit., p.9.

¹⁵⁹Idem, ibidem, p.10.

¹⁶⁰Idem, ibidem, p.10.

¹⁶¹Idem, ibidem. Plano Piloto de Saúde, p.2.

¹⁶²Cruzada ABC. Objetivos da Cruzada ABC. Doc. cit., p.10-1.

¹⁶³Idem, ibidem, p.11.

¹⁶⁴Cruzada ABC. Relatório Geral da Cruzada ABC. Departamento Comunitário, 1967, op. cit., p.3.

¹⁶⁵Idem, ibidem, p.4.

¹⁶⁶Idem, ibidem.

¹⁶⁷Em dezembro de 1967, o preço do dólar era de NCr\$ 3.02 (três cruzeiros e vinte centavos) para compra e NCr\$ 3.22 (três cruzeiros e vinte e dois centavos) para venda.

¹⁶⁸ SUDENE. Parecer do DRH sobre o Plano de Aplicação de Recursos da Cruzada ABC. Recife - PE, 1966, processo n.º 1281/65 - B.

¹⁶⁹Entrevista com o prof. Augusto Coimbra, já mencionada.

- ¹⁷⁰Entrevista gravada com a prof. Lidia Almeida, já mencionada.
- ¹⁷¹Cruzada ABC. Relatório do ano de 1967, doc. cit., p.2.
- ¹⁷²Idem, ibidem, p.2.
- ¹⁷³Parecer da SUDENE. Doc. cit., p.5.
- ¹⁷⁴SUDENE.DRH. Parecer sobre as atividades da Cruzada ABC. 13 . Jun., 1967, p.3.
- ¹⁷⁵Idem, ibidem, p.4.
- ¹⁷⁶Idem, ibidem, p.4.
- ¹⁷⁷Cruzada ABC. Relatório do ano de 1967. Doc. cit. p.3.
- ¹⁷⁸Cruzada ABC. Relatório da Cruzada ABC. Quadro Demonstrativo de Liberação de Verbas, referentes ao convênio MINIPLAN/USAID/Cruzada. Recife – PE. 1968.
- ¹⁷⁹PAIVA, Vanilda P. Educação Popular... op. cit., p.277-8.
- ¹⁸⁰Ofício do Sr. Pierre Dubose da Comissão de Cooperação da Aliança Para o Progresso, Ministério de Coordenação e Planejamento.
- ¹⁸¹Idem, ibidem.
- ¹⁸²A Cruzada, em um dos seus relatórios do ano de 1968, tratava de fortalecer sua posição de programa educacional ao difundir: “Não somente em vista de compromissos internacionais, firmados pelo nosso País, mas também porque a educação é meta prioritária do Governo do Brasil, todo esforço realizado no campo educacional, terá de receber, entre nós, tratamento especial (...) Em vista dos objetivos e das metas de educação de base a cargo da Cruzada ABC, as atividades que esta entidade desenvolve, se ajustam nas linhas daquela política governamental”. Cruzada ABC, relatório. Recife – PE: jun.,1968, p.11.
- ¹⁸³Maiores detalhes a este respeito vide: PAIVA, Vanilda P. Educação Popular, op. cit., p.347, nota 190.

¹⁸⁴Jornal "O NORTE". ed. 31. Mai. 1969, João Pessoa – PB, p.7.

¹⁸⁵Jornal "O NORTE". ed. 08. Jun. 1969, João Pessoa – PB, p.3.

¹⁸⁶Cruzada ABC. Projeto da Cruzada ABC para execução de um Trabalho de Educação de Adultos, de Educação Formal e Continuada. Recife – PE, Nov., 1969, p.2.

¹⁸⁷Cruzada ABC. Ata da Reunião da Diretoria da Cruzada ABC. Realizada em 27. Out., 1970. Recife – Pe, Cópia.

¹⁸⁸Em dezembro de 1970, o Sr. Frank E. Sales, Secretário das Missões Brasileiras – Região II, determinava ao Sr. Dubose, o seu imediato desligamento da Cruzada ABC e seu pronto regresso aos Estados Unidos. Esta resolução tinha sido tomada pelo Comitê Executivo da Região II, ainda no primeiro semestre do citado ano. Na ocasião, Dubose encaminhou um pedido de prorrogação a permanência. Entretanto, esta solicitação não foi atendida pelos missionários protestantes, como se pode verificar na cópia da correspondência.

180

¹⁸⁹Cruzada ABC. Relatório da Diretoria... 1970, doc. cit., p.7.

¹⁹⁰MADEIRA, Margor C. L'aspiration des analphabètes adultes à l'éducation. Op. cit., p. 38.

¹⁹¹MADEIRA, Vicente P. C. Op. cit., p.463.

¹⁹²MADEIRA, Vicente P. C. Op. cit., p.464.

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALVES, Marcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALTHUSSER, L. *Idéologie et appareils idéologiques d'état*. Sur la reproduction des conditions de production. Notes pour une recherche. In: La Pensée, junho, 1970.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A questão regional: o caso nordeste brasileiro*. In: Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. 31-08 a 04-09-1981, Recife. Anais. Conferência. Recife: FORUM Nordeste/SUDENE, 1982. p.31-9.

ANDRADE, Regis de Castro. *Brasil: a economia do capitalismo selvagem*. In: KRISCHKE, Paulo Jr. (org.). *Brasil do Milagre à Abertura*. São Paulo: Cortez, 1983.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira*. São Paulo: São Paulo & Autores Associados, 1982.

ARAÚJO, José Dias de. *Igrejas protestantes e estado do Brasil*. Cadernos do ISGR: n° 7, nov., 1977. (Protestantismo e Política no Brasil).

ARAÚJO, Tania Bacelar. *Industrialização do nordeste: intenções e resultados*. In: Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. 31-08 a 04-09-1981, Recife. Anais. Conferência. Recife: FORUM Nordeste/SUDENE, 1982. p.292-301.

AZEVEDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BEISEIGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

_____, *Política e educação popular*: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982. (Ensaio, 85).

BERGEVIN, Paul. *Uma filosofia para educação de adultos*. Trad. e adaptação para o 1º Encontro Interno de Educação de Adultos da Cruzada ABC. Recife: jan., 1968. p.1.

BERGMANN, Miguel. *Sociologia do analfabetismo*. Recife, mar/1968.

CARVALHO, Abdias Vilar de. *Nordeste – enxada e apanhadeira: A Modernização Conservadora*. In: Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. 31-08 a 04-09-1981, Recife. Anais. Conferência. Recife: FORUM Nordeste/SUDENE, 1982. p.255.

182 CAVALCANTI, Waldomiro & FERREIRA, Rinaldo C. A. *Estrutura regional do nordeste e suas classes dominantes*. In: Seminário Internacional sobre Disparidade Regional. 31-08 a 04-09-1981, Recife. Anais. Conferência. Recife: FORUM Nordeste/SUDENE, 1982. p.69-80.

COHN, Amélia. *Crise regional e planejamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

COMPARATO, Fábio Konder. *Segurança e democracia*. In: Brasil: do “milagre” à “abertura”. São Paulo: Cortez, 1983. p.167-96.

CRUZ, Dalcy da Silva. *A Redenção necessária: a igreja católica e sindicalismo rural 1960/64*. 1992. Dissertação de Mestrado. Uni-

versidade Federal da Paraíba. Campina Grande: set., 1982. (mimeografado).

DREIFUSS, René Arnaud. 1964: *A conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

EISENSTADT, Shamuel N. *Modernização e mudança social*. Belo Horizonte: Editora do Professor, 1968.

ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO NORDESTE. Rio de Janeiro: Departamento de Estradas de Rodagem/ Diretoria de Planejamento. Divisão de Planos e Programas, 1979.

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Grall, 1983.

FREITAG, Bárbara. *Estado, educação e sociedade*. São Paulo: Edart, 1978.

FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GAND, W. S. *Foreign aid: what is; how it works; why we provide it*. In: MADEIRA, V. P. C. State Department Bulletin. p.605. cit in cit. 19-. 465p.

GERMANO, José Wellington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1982.

GOÊS, Moacir de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GOODMAN, David E. & ALBUQUERQUE Roberto C. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do nordeste. relatório de pesquisa*. Rio de Janeiro: IPES/INPES, 1974. (20).

GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Trad. de Manuel Cruz.

São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HALEBSKY, Sandor. *Sociedade de massa e conflito político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

HOLANDA, Heloisa B. & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982. (Tudo é História, 41).

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930/1970*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____, Imperialismo e Cultura. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

JULIÃO, Francisco. *Que são as ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

184 LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. (Debates).

LOPES, Onofre. *CRUTAC – universitarian rural training service – Rendered To the Community* –. Natal: Editora Universitária, 1973.

MADEIRA, Margot C. *L'aspiration des analphabètes adultes à l'éducation*. Thèse pour le doctorat. Paris: Université de Paris X – Nanterre, 1982.

MADEIRA, Vicente P. C. *L'éducation dans la formation sociale brésilienne*. Thèse pour le doctorat de 3ème. Cycle. Paris: Université, Paris V, 1980.

MANFREDI, Sílvia Mª. *Política, educação popular*. São Paulo: Símbolo, 1978.

MARTINS, Carlos Estevam. *Brasil – Estados Unidos: dos 60 aos 70*. São Paulo: Brasiliense, 1975. Cadernos CEBRAP (9).

_____. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Grall, 1977.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Trad. Maria Helena B. Alves. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1973.

MOREIRA, Raimundo. *O nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOURA, Hélio Augusto. *Tendências e perspectivas de crescimento da oferta regional de mão-de-obra – 1940/1980*. Revista Econômica – Banco do Nordeste do Brasil S/A, 2 (8), abr./jun., 1971.

NOVAES, Regina. *Os protestantes e os trabalhadores*. In: *Religião e Sociedade*. (5), jun., 1980. (Tempo presente).

OLIVEIRA, Betty Antunes de. *O estado autoritário brasileiro e o ensino superior*. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1981 (Coleção Educação Contemporânea).

185

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Grall, 1971.

_____. *Acumulação, capitalismo, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe: contraponto*. Centro de Estudos Noel Nutels: 1 (1), nov., 1976.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.

PEREIRA, José Reis. *Breve história dos batistas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1972.

PLANO DE AÇÃO PARA O NORDESTE 1974-79. Recife:

Ministério do Interior/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1974, p.89.

PONCE, Anibal. *Educação e luta de classe*. 3ª ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1982.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

POULANT, Nicos (org.). *O estado em crise*. Rio de Janeiro: Grall, 1977.

RAMALHO, Jether P. *Prática educativa e sociedade – um estudo de sociologia de educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ROBOCK, Stefan H. *O desenvolvimento brasileiro em debate*. Trad. Leo Margarinos de J. Leão. Rio de Janeiro: Francisco Alves S/A, 1977.

186 ROCHA, Roberto M. Gurgel. *A experiência do programa CRUTAC e sua dimensão nacional, regional e local*. Brasília: 1975.

ROMANELI, Otaiza de O. *História da educação no Brasil – 1930/1973*, Petrópolis: Vozes, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil, De Getúlio a Castelo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SMITH, William S. et alli. *Nort Brazil*. In: Annual Report of the BOARD OF WORLD MISSIONS of the Presbyterian Church. v. s. 1965, p. 105, cópia.

TAVARES, José Nilo. *Educação e imperialismo no Brasil*. São Paulo: Cortez & Autores Associados, set., 1980. (Educação e Sociedade, 7).

WARDE, Mirian J. *Educação e estrutura social: a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

WEFFORT, Francisco C. *Educação e política: reflexão sociológica sobre uma pedagogia da liberdade*. In: Paulo Freire – Educação como Prática de Liberdade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

2. DOCUMENTOS PECULIARES AO FENÔMENO

ANÁLISE DA CARTILHA PARA ADULTOS – Equipe DEBAS. Documento interno para estudo. Recife, 1970. (datilografado).

ANÁLISE DA CARTILHA “QUERO VENCER” – Equipe DEBAS. Documento interno para estudo. Recife, 1970. (datilografado).

ANO INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO. Recife, 1970. (datilografado).

ANTEPROJETO DO CONVÊNIO MELHORIA E EXTENSÃO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO NORDESTE DO BRASIL: SUDENE/ USAID/ BRASIL/ COLÉGIO AGNES. Recife: 1965 Letras B e C.

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DA CRUZADA ABC. Recife, 1970. (cópia).

BOMFIM, Pedro Calheiros. *Relatório sobre o programa educacional da cruzada ABC – Nordeste*. 1968. Recife: Grafic, 1968.

BONS VIZINHOS. Linguagem – 2ª fase. 3ª ed. Recife: 1966.

CARTILHA ABC. Manual do Alfabetizador. Recife: 1967.

CARTILHA ABC PARA ADULTOS. Recife: 1966.

CONVÊNIO SUDENE/ USAID/ AGNES. Recife: 1965, p.8.

CUIDANDO DA SAÚDE. Linguagem – 1ª Parte. Recife: s.n.t.

CRUZADA ABC. *Carta convênio GM/ C/ 604/ 66*. Recife: 30-09-66. (cópia).

DIRETRIZES PARA O “PLANO PILOTO” DO “ENSINO PROFISSIONALIZANTE DA CRUZADA ABC. Recife: s.n.t. (cópia).

EDUCAÇÃO DE BASE DE ADULTOS – Plano Global. set/66-ago/67. Recife: s.n.t. (cópia).-

ENCONTRO DE LÍDERES DA CRUZADA ABC – (Programa) 15/17 março de 1968. Garanhuns: 1968.

188

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO ANTEPROJETO DO CONVÊNIO: MELHORIA E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE ADULTOS NO NORDESTE DO BRASIL – SUDENE/USAID/BRASIL – Colégio Agnes. Recife: 1965. (cópia).

FILOSOFIA DO CURRÍCULO. Departamento de Ensino Básico. Recife: dat., s.n.t.

FORMADOS E DESISTENTES DA PRIMEIRA TURMA DE SOLDADOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE PEIXINHOS; RELATÓRIO DE PESQUISA (1). Departamento de Pesquisa. Recife, fev/1969. (mimeografado).

GUIMARÃES, Calvino Viana. *Psicologia aplicada à educação de adultos*. Recife, jun/ 1968.

HERZOG Jr. William A. *Students of cruzada ABC*. In: Aracaju/ Sergipe – Description and Comparaseon by phase and sex.

Research Departament. Cruzada ABC. Recife: 1970.

MELHORAMENTO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NO NORDESTE DO BRASIL. Recife: s.n.t. (cópia).

OBJETIVOS DA CRUZADA ABC. Recife: 1968. (mimeografado).

O BRASIL E O MUNDO: MANUAL DO PROFESSOR - 4ª fase. Notas para o Professor. Recife: s.n.t.

OFÍCIO DE PIERRE DUBOSE J., Presidente da Cruzada ABC de 17 de abril de 1968, dirigido ao Sr. Cícero Sales.

OFÍCIO DE EDLA DE OLIVEIRA, Presidente da Cruzada ABC, em 3 de maio de 1965, dirigido ao Sr. Cícero Sales, Diretor da Assessoria de Cooperação Internacional.

O HOMEM E O SABER: estudos sociais, ciências naturais. 4ª fase. Recife, s.n.t.

189

O QUE É A CRUZADA ABC. Publicações da Cruzada ABC. Recife: Repúblicas, out/1968. (Coleção nº 5).

PLANO DE AÇÃO DE CRUZADA ABC. Recife: 1966. (cópia).

PROGRAMA EDUCACIONAL DA CRUZADA ABC, NE. Relatório. Recife: ago/1967.

PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA. Recife: 1969. (datilografado).

QUESTIONÁRIO RESPONDIDO PELA CRUZADA ABC PARA A UNESCO NO ANO DE 1970. Recife: 1970. (datilografado).

REFORMA DOS ESTATUTOS SOCIAIS – CRUZADA ABC.
Diário Oficial – Estado de Pernambuco, 13. de maio de 1969. p.
4.070-1.

RELATÓRIO DA DIRETORIA À ASSEMBLÉIA GERAL DA
CRUZADA ABC. Recife: dez/1970. (mimeografado).

RELATÓRIO DO ANO DE 1968. Assessoria de Planejam-
to. Recife: 1969.

RELATÓRIO DO ANO DE 1969. Assessoria do Planejam-
to. Recife: 1970.

RELATÓRIO DO ANO DE 1967. Pierre Dubose Jr. Recife
(datilografado).

RELATÓRIO GERAL DE 1967. Departamento de Currículo
e Material Didático. Recife: 1968.

190 RELATÓRIO SUMÁRIO DAS ATIVIDADES DO DEPAR-
TAMENTO COMUNITÁRIO DA CRUZADA ABC. Recife:
1965. (mimeografado).

RELATÓRIO SUMÁRIO DAS ATIVIDADES DO DEPAR-
TAMENTO COMUNITÁRIO DA CRUZADA ABC. Recife:
1966. (mimeografado).

RELATÓRIO SUMÁRIO DAS ATIVIDADES DO DEPAR-
TAMENTO DA CRUZADA DE AÇÃO BÁSICA CRISTÃ,
Recife: 1967. (mimeografado).

STUDENTS OF THE CRUZADA ABC in JOÃO PESSOA –
PB. DESCRIPTION AND COMPARISON BY PHASES.
Research Department. Cruzada ABC. Recife: 1970.

3. TEXTOS DE CONVÊNIOS

Governo do Estado de Alagoas X Cruzada ABC.

Governo do Estado da Paraíba X Cruzada ABC.

Governo do Estado de Pernambuco X Cruzada ABC.

Fundo Estadual de Educação e Cultura do Estado da Guanabara X Cruzada ABC.

Movimento Popular de Alfabetização do Estado do Rio de Janeiro X Cruzada ABC.

Secretaria da Educação da Guanabara X Cruzada ABC.

Board of World Missions (por ordem cronológica)

ANN PIPKIN. Secretária das Missões Norte do Brasil. Recife – PE. Brasil. Correspondência em 13/04/1963, para Joseph R. Woody. Secretário das Missões Presbiteriano para a América Latina. Nashville, Tennessee. USA. (cópia).

191

_____. Secretária da Missão Presbiteriana Norte do Brasil. Correspondência em 31/05/1963, para o Rev. Joseph R. Woody, Secretário da Missão Presbiteriana para a América Latina. Nashville, Tennessee, USA. (cópia).

JOSEPH R. WOODY – Secretário das Missões para a América Latina – Diretoria das Missões Norte do Brasil – Nashville 1, Tennessee, USA, correspondência em 1/02/1962, para o Sr. Felix C. Robb, Presidente do Peabody College – Nashville, Tennessee. (cópia).

_____. Correspondência em 1/02/62, para a Sra. Langdon M. Herderlite, Secretária das Missões Norte do Brasil. Recife –

PE, Brasil. (cópia).

_____. Correspondência em 16/07/1962, para Edla G. de Oliveira, Diretoria do Colégio Agnes Erskine. Recife – PE, Brasil. (cópia).

_____. Correspondência em 20/09/1962, para o Reverendo Pierre Dubose Jr. Academia Hampden Dubose – Zellmood, Flórida, USA. (cópia).

_____. Secretário das Missões para a América Latina. (...). Correspondência em 20/03/1963 para Anne Pipkin, Secretária das Missões Norte do Brasil. Recife – PE, Brasil. (cópia).

_____. (...) Correspondência em 23/04/1963, para Ann Pipkin, Secretária da Missão Norte do Brasil. Recife – PE, Brasil.

192

_____. (...) Correspondência em 04/07/1963, para Ann Pipkin, Secretária da Missão Norte do Brasil. Recife – PE, Brasil. (cópia).

_____. (...) Correspondência em 07/06/1963, para Ann Pipkin, Secretária da Missão Norte do Brasil. Recife – PE, Brasil. (cópia).

Missão Presbiteriana do Norte. Boletim Informativo da Missão Presbiteriana do Norte. 1965. (cópia).

PIERRE DUBOSE JR. (Rev.) Correspondência em 30/04/1963 – Zellwood. Flórida – USA, para Ann Pipkin, Secretária da Missão Presbiteriana Norte do Brasil. Recife – PE, Brasil. (cópia).

Relatório do SubComitê do Campo para a América Latina, adotado pela Diretoria das Missões para o Mundo em seu encontro em Nashville, Tennessee, 21-22/ janeiro de 1963.

Relatório do Sub-Comité do Campo para a América Latina, adotado pela Diretoria das Missões para o Mundo em encontro ocorrido em Nashville, Tennessee, dias 11 e 12 de março de 1963. Missão Norte do Brasil – Projeto de Assistência Técnica para Educação Primária. (cópia).

WILLIAN S. SMITH et Alii. North Brazil. In: Annual Report of the board of Word Missions of the Presbiterian Church. Nashville, USA, 1965. P. 105–108. (cópia).

4. OUTROS DOCUMENTOS

FELIX C. ROBB. Presidente do Colégio Peabody. Nashville, Tennessee – USA – Correspondência em 08/02/1962, para o Sr. Joseph R. Woody, Secretário das Missões para a América Latina. (cópia).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA – Carta Convênio – GM/E/604/66 de 30/9/66 – MINIPLAN/USAID/BRASIL, Fundação Agnes Erskine. (cópia).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Convênio celebrado entre o MEC e a Cruzada ABC, visando a colaboração na Educação de Adultos – agosto de 1967. (cópia).

SUDENE – Parecer do DRH sobre o Plano de Aplicação de Recursos da Cruzada ABC no Processo nº 1281/65 – B. Recife – PE. s.n.t.

_____. Parecer do DRH sobre Programa de Educação de Adultos – Cruzada ABC. Recife – PE. 1966, no processo nº 1281/65 – B.

Esta obra foi impressa
nas oficinas da
EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPB



Nos anos pós 64, o Estado fortalecendo sua posição em todas as áreas da sociedade, partiu para incentivar e intervir diretamente nos problemas regionais. Isto ocorreu como forma de acelerar o processo capitalista de produção, solidificando, simultaneamente, os interesses comuns da burguesia e dos proprietários de terra. Desta maneira, passou-se a investir no Nordeste, utilizando um processo de modernização das suas estruturas, sem, contudo alterar as bases que ainda consubstanciavam o grande problema nordestino: a estrutura fundiária. É neste contexto histórico, que nasce e se desenvolve a Cruzada ABC.

Otto Euphrásio de Santana

ISBN 85-237-0311-X



9 798523 703119